

www.etm.com.br

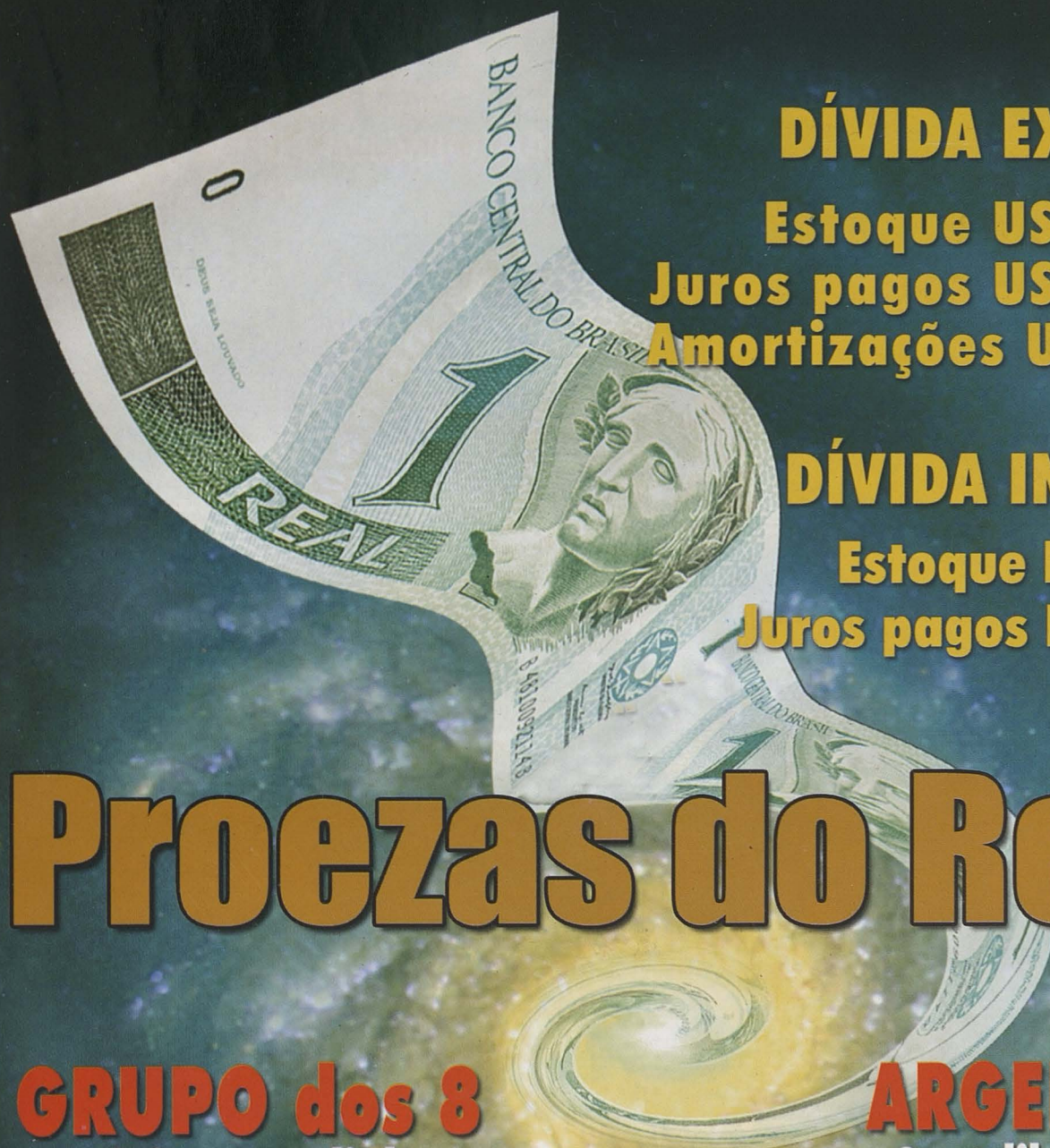
CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

R\$ 6,00

ISSN 0101-7993

234



DÍVIDA EXTERNA

Estoque US\$240 bi
Juros pagos US\$185 bi
Amortizações US\$70 bi

DÍVIDA INTERNA

Estoque R\$620 bi
Juros pagos R\$330 bi

Proezas do Real

GRUPO dos 8

A opinião mundial
contra o poder financeiro

ARGENTINA

O neoliberalismo e
suas crises sem fim

A revista **Ecologia e Desenvolvimento** foi considerada diversas vezes a melhor publicação do Brasil na sua categoria, o que se traduziu em numerosos prêmios recebidos ao longo dos seus dez anos. Pioneira no nosso país, ela goza hoje de grande prestígio em toda a América Latina

1991
MARÇO
2001

ECOLOGIA

E DESENVOLVIMENTO



FAÇA ALGUMA COISA PELO SEU PLANETA. ASSINE ECOLOGIA!

Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa - 20241-080 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (55 XX 21) 2221-7511 - Fax: (55 XX 21) 2252-8455 - e-mail: etm@etm.com.br - www.etm.com.br

Sirene de alerta



PLANO REAL COMPLETOU SETE ANOS e recebeu homenagens e críticas. Muitos lembraram os índices escandalosos da inflação pré-real, os malabarismos empresariais para planejar as atividades, a presença forte do Estado no planejamento e na produção, caracterizando um país de pouca integração internacional. Outros lembraram como era difícil conseguir um telefone e como hoje a oferta de automóveis é imensamente mais variada.

Os críticos olharam para outras coisas. Falaram em índices de desemprego muito altos, lembraram que os sete anos de Plano Real coincidiram com mais uma ida ao Fundo Monetário Internacional para pegar mais 15 bilhões de dólares, dois anos após os mais de 40 bilhões tomados em 1999, quando ocorreu a primeira crise cambial. Assinalaram, inclusive, que o acordo de semanas atrás está datado, sendo operacional até às vésperas das eleições presidenciais, podendo deixar uma batata fervente nas mãos do próximo governo.

A explosão das dívidas externa e interna nos últimos sete anos é outro ponto visado pelos críticos – mais que dobraram estes compromissos, que já consomem dezenas de bilhões de dólares anuais só de juros, dinheiro subtraído aos investimentos, inclusive os de natureza social. Os seguidos déficits comerciais foram consequência da abertura descontrolada das importações, sem que fosse feita qualquer exigência de reciprocidade.

Já a desestatização, às vezes em benefício de estatais de outros países, é outro aspecto polêmico da nova era, uma modelagem da realidade nacional que tende a durar. Os críticos apontam nisso uma redução da soberania nacional e do poder de o país planejar-se de acordo com suas necessidades, o que envolve um risco futuro, que eles enxergam já estar acontecendo na parceira Argentina.

A crise de energia é apontada, ainda, como a culminância das realizações da Era do Real: por força de suposições doutrinárias, fugiu-se ao mundo das realidades, criando um déficit energético que penaliza os consumidores com tarifas mais caras e afeta a economia como um todo, inclusive espantando investimentos.

O debate é forte e tende a crescer, à medida que o tempo passe e se aproxime cada vez o pleito de outubro de 2002, no qual as oposições estão escaladas para vencer; segundo dizem as pesquisas – as mesmas que apontam que a evolução do Plano Real registra-se numa linha declinante no mapa da popularidade do governo.

A matéria de capa – “Proezas do real” – é uma contribuição a esse debate, do qual depende o futuro nacional. A matéria de Alvaro Queiroz fala de muitas contas e ajuda a reflexão sobre os princípios do neoliberalismo aplicado à chamada globalização.

A fumaça que sai das barbas da Argentina é mensagem cada vez mais poderosa para os brasileiros e apita como uma sirene de alerta.

Os editores

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993
Nº 234 - Agosto 2001

EDITORIA  TERCEIRO MILÊNIO

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - Internet: <http://www.etm.com.br>

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITOR: Procópio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam) Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

ASSINATURAS
Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455
E-mail: Assinaturas@etm.com.br
Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito
NÚMEROS ATRASADOS
Ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

PUBLICIDADE
Gerente: Kleber Saboya
Rua Conde de Lages, 44 / 509 - CEP 20241-080 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (21) 2221-7511 -
Fax: (21) 2252-8455 - Correio Eletrônico: etm@etm.com.br
Rio de Janeiro/RJ: LJS Alves Representações
Rua Teófilo Otoni, 15 - sala 913 - Centro - CEP 20090-080
Tel.: (21) 2283-1661
São Paulo/SP: J.R. Comunicação e Publicidade Ltda.
Rua Coronel Ferreira Leal, 201 - 1º andar - Jd Esmeralda
CEP 05589 - 090 - Fone/Fax: (11) 3735-4541 / 3731-5114
Correio eletrônico: janio_oliveira@uol.com.br
Belo Horizonte/MG: KSD Publicidade Ltda.
Rua Catete, 979 - sala 103 - Barroca - CEP 30430-520
Tel.: (31) 9618-7417
Fortaleza/CE: AJS Assessoria e Marketing Ltda.
Rua Guilherme Rocha, 218/503 - Centro - CEP 60030-140
Tel.: (85) 226-7560/999-9924
Brasília/DF: J.C.Z. Comunicações
SRTVS - Quadra 701 - Bloco C - sala 330 - Centro Empresarial - Brasília - CEP 70340-907 - Tel.: (61) 3222034

Porto Alegre/RS: RS Midia
Rua Lloyd de Andrade Polidoro, 15 - Aberta dos Morros
CEP 91751-620 - Tel.: (51) 248-3514

DISTRIBUIÇÃO/BRASIL
Fernando Chinaglia - Tel.: (21) 3879-7766
VENDA NO URUGUAI: Kiosko Salvador
Av. 18 de Julio y Paraguay - tel: 901-5459
FOTOS: Agence France Presse (AFP), Agência Brasil e Centro de Documentação (Cedoc).
CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências de notícias: Angop (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), Wafa (Palestina) e a rede de agências dos Países Não-Alinhados.
PUBLICAÇÕES DA EDITORA TERCEIRO MILÊNIO
Cadernos do Terceiro Mundo (temas políticos e sociais); Ecologia e Desenvolvimento (assuntos ambientais); Revista do Mercosul (informação do bloco econômico); Almanaque Brasil e Enciclopédia do Mundo Contemporâneo (obras de referência)

Filiada à **ANER**

Sumário

Agosto 2001 • Nº 234 • Ano XXVI



4 FRASES

ENTREVISTA

- 5 **Medidas provisórias na mira dos juízes**
O uso abusivo das MPs pelo Executivo está com os dias contados

8 CARTAS

10 PLANALTO

12 PANORAMA NACIONAL

BRASIL

- 15 **Nordeste: Seca reapresenta velhos desafios**
A inclemência do tempo testa mais uma vez os sertanejos

- 20 **Racismo: Conferência pede pressa contra todas as formas de intolerância**
Combate às discriminações mobiliza grupos étnicos, religiões e minorias

- 22 **História: Tempos de Getúlio voltam a debate**
O governo Vargas, marcado por uma política de desenvolvimento econômico e social nacionalista, ganha novo livro de análise

24 LIVROS

38 PANORAMA ECONÔMICO

40 PANORAMA INTERNACIONAL



Foto: AFP



Foto: AFP



Foto: AFP

Sétimo aniversário do REAL



CAPA

26

Os anos do Plano Real realizaram as privatizações, seguiram a cartilha neoliberal, aumentaram dívidas e geraram a crise de energia

Fotos: AFP

47 GENTE

NORTE/SUL

48 Grupo dos 8: As ruas mandam o seu recado

Protestos marcam uma nova fase nas relações entre sociedade mundial e os beneficiários da globalização

AMÉRICA LATINA

56 Argentina: Depois de dar os anéis, cortar na carne

Após a privatização e mais endividado, o país reclama em greves e manifestações de rua, considerando quimera os esperados investimentos da globalização

ÁSIA

60 Indonésia: Megawati assume Presidência

A posse da filha de Sukarno se dá num período turbulento da política do país e aponta uma vingança da história

62 Timor Leste: Construindo a democracia

No final de agosto, os timorenses vão escolher os membros da Assembleia Constituinte que assentará as bases da nova nação, após 25 anos de domínio indonésio

PÁGINA ABERTA/BRASIL

64 As estatísticas e as essências

O que eles dizem...

"Há, portanto, uma ação articulada entre a Justiça e o Poder Executivo, que culmina com a perseguição e prisão política de lideranças camponesas no Brasil. No Pará, é cada vez mais comum a desocupação, seguida de prisões e até mortes"

Nota assinada pelo MST, Comissão Pastoral da Terra-Pará/Amapá, Cáritas Brasileira Norte 2 e Comissão de Justiça e Paz da CNBB, denunciando o aumento de mortes no campo, após a chacina do líder sindical rural José Pinheiro Lima, de sua mulher e de seu filho caçula

"Nos últimos três meses, mais de 2.500 famílias foram despejadas no Pará, isto é, pelo menos 10 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais, crianças, jovens, adultos e velhos foram vítimas da ação violenta da polícia civil e militar"

Mesma nota das entidades

"Existe uma série enorme de irregularidades aqui em Marabá, o que inclui terras com desapropriação decretada para as quais o Judiciário concedeu posse aos ex-proprietários"

Airton Faleiro, secretário de Política Agrária da Contag

"Não adianta ter carros e armas de última geração, se o policial sai de casa deixando o filho com fome"

Deputado Alberto Fraga (PMDB-DF), comentando a disseminação de greves nas PMs

"A variação do piso salarial dos policiais pelo país reflete o desequilíbrio de renda que caracteriza o país. (...) Sinto a inflação. Todos sentem"

Coronel Rui César Melo, presidente do Conselho de Comandantes Gerais das PMs e Corpos de Bombeiros

"O saque é lícito diante da fome, pois não existe uma política pública voltada para a questão"

Padre Hermano Alegre, da Pastoral da Terra do Ceará, sobre os flagelados da seca

"O silêncio dentro da sala não é bom. Se ao menos alguém estivesse gemendo ... seria um sinal de resistência"

Verissimo, em O Globo, estranhando o clima de segredo da equipe econômica nas negociações com o FMI, em busca de mais dólares (15 bilhões)

"O Brasil continuará amargando resultados negativos nas exportações"

Roberto Segatto, presidente da Associação Brasileira de Comércio Exterior (Abracex), prevendo novo déficit e reclamando uma política adequada para o setor

"Já fiz o arroz na janta. É soltinho, sem gosto de fumaça. E o leite condensado já sai como doce de leite"

Ivaldete Ramos, 43, catando restos nos escombros do pavilhão 41 da Ceasa do Rio, destruído por incêndio

"Eu não tenho rabo de palha. Eles vão ver o que é bom para a tosse"

Ciro Gomes, candidato do PPS à Presidência, afirmando que os "poderosos estão incomodados" porque ele defende a soberania nacional

"Eles levaram o país a um impasse, a uma camisa-de-força. Estão construindo um engessamento e nós queremos desengessar para construir um outro governo, democrático e popular"

Deputado José Genoíno (PT-SP), rebatendo o apelo do Planalto para que a oposição se comprometa com a "governabilidade"

"Ao classificarem movimentos sociais de "forças adversas", comparando-as ao crime organizado, e ao admitir "arranhar direitos dos cidadãos", "arbitrio necessário", "mentira útil" e até "eliminação" de adversários, esses documentos demonstram que seus autores preservam todos os vícios da ditadura militar"

Deputado Nelson Pellegrino, em nota da Comissão de Direitos Humanos da Câmara criticando os grupos de espionagem política do exército descobertos pelo Ministério Público

"Como ministro do governo, estou aguardando, com uma certa ansiedade, as explicações que o ministro da Defesa dará. Ele deve estar averiguando"

Ministro José Serra, sobre o sistema de espionagem

"O racionamento deflagrou a crise da economia"

Economista Adilson de Oliveira, professor da UFRJ

"Apesar dos números negativos de junho, o racionamento teve um impacto menor na produção industrial do que o empresariado esperava"

Economista Sílvio Sales, chefe do Departamento de Indústria do IBGE, explicando a queda de 1,1% na atividade

"Será desastroso se atingirmos o ponto em que os principais líderes mundiais cheguem à conclusão de que não podem se reunir"

Tony Blair, à Veja, reclamando dos protestos populares em Gênova

"A globalização é extremamente vantajosa para os países em desenvolvimento, apesar de também criar problemas"

Idem

Medidas provisórias na mira dos juízes

O uso abusivo das medidas provisórias pelo presidente Fernando Henrique Cardoso incomoda o Judiciário

Memélia Moreira

NESTE SEGUNDO SEMESTRE os juízes federais de todo o país começam a questionar as medidas provisórias, um instrumento criado pela Constituição de 1988. Esta figura jurídica, que concede ao Poder Executivo a atribuição de legislar em casos de "urgência e relevância", foi vulgarizada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Esses abusos começam a incomodar não apenas o Congresso Nacional, mas também o Poder Judiciário. Em todas as esferas desse poder, há um sentimento de preocupação que se traduz em críticas contra o presidente da República. Entre os mais severos críticos encontra-se o juiz Flávio Dino, presidente da Associação Nacional dos Juizes Federais (Ajupe).

Atento ao debate parlamentar sobre o uso das medidas provisórias, Dino descê de uma rápida tramitação da emenda constitucional que limita o poder do presidente de editar as MPs. A emenda foi aprovada pela Câmara dias antes do recesso de julho e agora será analisada pelo Senado. "Dificilmente os senadores aprovarão a emenda ainda este ano. Por isso, os juízes vão entrar em ação", disse o presidente da Ajupe, que se sente à vontade para iniciar esta campanha, pois "o Supremo Tribunal Federal já abriu um precedente".

Além de criticar os excessos cometidos pelo Executivo na edição de medidas



O juiz Flávio Dino, presidente da Ajupe: 'O Supremo Tribunal Federal abriu um precedente'

Fotos: Assessoria de imprensa da Ajupe

provisórias, o juiz Flávio Dino alerta contra mais um instrumento que vem sendo usado pelo presidente da República: o incidente de inconstitucionalidade que, na sua opinião, é a hiperconcentração de poder que não encontra precedentes no mundo moderno e só é comparável aos poderes de Hitler.

Em entrevista a **cadernos do terceiro mundo**, Flávio Dino fez considerações sobre a situação política e a instabilidade jurídica vivida pelo Brasil e anunciou que a Ajupe está fazendo um levantamento de quantas leis foram alteradas por cada uma das medidas provisórias de Fernando Henrique Cardoso.

Nos últimos anos, o Judiciário passou a freqüentar mais o cotidiano brasileiro. Juízes se manifestam e até o presidente do Supremo Tribunal Federal é mais acessível. O que aconteceu?

Flávio Dino - Tivemos o crescimento do papel do Judiciário no país. Saímos de uma situação em que o Judiciário era comprimido por outro poder para outra, onde quase tudo pode ser discutido no Judiciário. É consequência do movimento democrático, no qual é possível a convivência da luta política com a luta constitucional. A consolidação democrática traz o Judi-

ciário para o centro da arena. Ampliou-se o direito de se propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Adin. Antes, apenas o Ministério Público tinha esse direito. A partir da Constituição, partidos políticos e confederações sindicais podem propor esta ação. O resultado prático disso é que só em 2000 tivemos 236 Adins.

Esta avalanche de ações não faz o Judiciário parecer moroso?

FD - O caos decorre da transformação em questões jurídicas do que era tratado apenas no campo político. É bom que haja esse espaço onde os movimentos sociais podem se defender. Nesses últimos dez anos, o crescimento do número de juízes no país foi de 340% e o número de processos cresceu em 420%. O aparelho do Judiciário aumentou, mas a clientela também. Isso é muito bom, no entanto não é um processo indolor. Traz ônus para o Judiciário e aumenta sua viabilidade.

Além da ampliação do espaço democrático, o Brasil também vive uma profunda crise. Essa crise tem consequências também no Judiciário?

FD - Com certeza, com a concentração de renda e o aumento do desemprego

cresce também o número de ações na Justiça. Aumentam as ações contra as pessoas na cobrança de tributos, cheques especiais. Temos hoje 2.7 milhões de ações, 1,4 milhão em execuções penais. O total a ser arrecadado chega a 200 bilhões de reais. Em 2000, foram arrecadados, com as ações judiciais, 554 milhões de reais. Pode ser sonegação pura e simples ou crise financeira de pessoa jurídica ou física. Crise faz crescer a quantidade de processos nas duas pontas.

Nesse caso, cria-se uma bola de neve, tornando cada dia mais difícil se promover Justiça.

FD - A tendência é crescer. Daí que vamos ter que mudar o sistema Judiciário. Mas talvez não aumente tanto porque a maioria das ações se refere ao FGTS. Com o acordo, talvez possamos chegar à estabilidade. Mas o problema é estrutural. Por isso, tem que se mudar a lógica do sistema judicial.

De que forma pode mudar a lógica?

FD - Invertendo a prioridade axiológica. Hoje, no Brasil, ela se assenta no valor certeza em todas as instâncias. Temos que temperar o valor certeza com o valor celeridade e eficiência.



“As MPs geram insegurança nos agentes sociais. Por isso, nós, juízes, somos favoráveis à sua limitação. Se não mudar pela via parlamentar, vai mudar pela via judicial... O que não podemos é conviver mais com os abusos do Executivo”

“O uso das medidas provisórias não é apenas a demonstração de uma personalidade autoritária. É bem mais grave do que isso. Elas são a expressão da vontade da alta burocracia do Estado de se emancipar do Legislativo”



Por isso, os juizados especiais são um instrumento prático. Vão resolver as questões que envolvem até 60 salários-mínimos. Assim, as instâncias superiores do Judiciário vão se dedicar ao exame de causas maiores, de maior relevância social. Outra forma de estender a Justiça é simplificando o sistema de recurso. Só com uma decisão final caberia recurso. Há dezenas de projetos no Congresso Nacional sobre esse assunto. Isso é fundamental, pois a modernização do Judiciário não se deu na mesma velocidade em que se ampliou a gama de atribuições.

A Constituição também criou uma figura jurídica que dá plenos poderes ao Executivo. Poderes de legislar via medida provisória. Elas são editadas e até reeditadas no dia seguinte, criando condições de instabilidade social.

FD - O uso das medidas provisórias não são apenas a demonstração de uma personalidade autoritária. É bem mais grave do que isso. Elas são a expressão da vontade da alta burocracia do Estado de se emancipar do Legislativo. Uma tentativa de se estabelecer um novo modo de governar, acima do Legislativo. Para o Judiciário, trata-se de uma mudança de regras no meio do jogo. E essa mudança representa mais processos. De outro lado, o uso ex-

cessivo de medidas provisórias provoca o desordenamento jurídico. O grau de força simbólica de uma lei é bem maior. As MPs geram insegurança nos agentes sociais. Por isso, nós, juízes, somos favoráveis à sua limitação. Se não mudar pela via parlamentar, vai mudar pela via judicial.

Mas de que forma o Judiciário pode limitar o uso das medidas provisórias?

FD - Nós já temos um precedente. O Supremo Tribunal Federal não examinava as MPs por questão de urgência. Atualmente temos um caso em que o Supremo afastou a medida provisória. Foi o caso do julgamento de ação rescisória. O STF afastou dizendo que não havia urgência. E hoje, entre os juízes, há uma forte disposição de, uma vez caracterizada a incapacidade de o Congresso limitar o uso das MPs, os juízes entrarem em ação. Vamos pegar o precedente aberto pelo Supremo.

O ministro Marco Aurélio, presidente do STF, já deu o sinal verde. Se o Projeto de Emenda Constitucional, o PEC, não andar no Senado, a aplicação vai ser generalizada em todo o país. Os juízes federais vão discutir esta questão no encontro de Campos de Jordão, no final de agosto, mas o que não podemos é conviver mais com os abusos do Executivo.

Além de usar as medidas provisórias sem respeitar seus requisitos de urgência e relevância, Fernando Henrique conta agora com o Incidente de Constitucionalidade, instrumento que vem sendo defendido pelo Advogado Geral da União. O Incidente não é a súmula vinculante na prática?

FD - O Incidente de Constitucionalidade segue a mesma lógica da medida provisória, só que, desta vez, em relação ao Judiciário. É bem pior do que a súmula vinculante, porque esta acontece percorrendo todo o caminho de outras instâncias. O Incidente, não. A idéia é concentrar poder. O Incidente evita o debate. Basta pegar o exemplo da crise de energia. As liminares contra o pacote amenizaram o grau de agressividade e abuso da medida provisória. Com o Incidente de Constitucionalidade, isso não aconteceria. É um modelo hiperconcentrador, sem paralelo no mundo moderno. Um modelo que só encontra paralelo, guardando as devidas proporções, na Alemanha de Hitler. ■

Cartas

Desmilitarização da PM

Desde há muito tempo, cientistas políticos, pensadores, intelectuais, sociólogos, filósofos, políticos, sociedade organizada, etc. vêm falando sobre a necessidade de uma profunda reformulação do modelo de Segurança Pública, da atuação das polícias e principalmente da desmilitarização da Polícia Militar, mas este apelo não encontrou eco nas autoridades que preferiram “empurrar com a barriga” a questão, sempre deixando para o próximo governo resolver e hoje vivemos numa insegurança permanente diante da falência total do nosso principal aparato de segurança pública. O comando da Polícia Militar hoje está nas mãos de pessoas que viveram sempre dentro de um regime de força e acham que os problemas, conflitos, etc. só são resolvidos com autoritarismo. São as famosas *blitze*, tanto nas ruas quanto nas comunidades carentes, onde o sistema de abordagem está definido por aparência, cor do indivíduo, modelo do veículo, maneira de se vestir. Não se segue, portanto, nenhum critério técnico legítimo ou legitimado pelos processos democráticos.

Muitos falam em democracia, mas, na hora “H”, usam e abusam da força bruta e da vitimização e sempre culpando os marginais, traficantes e bandidos pelos desmandos da estrutura da segurança pública. Há até autoridade pública falando em filmar as manifestações sociais para identificar e punir seus líderes. A coisa está feia.

Ailson Dalton
Rio de Janeiro - RJ

Desigualdades

O engodo que diz ao povo que, com as privatizações, o Brasil passará de subdesenvolvido a desenvolvido, não passa de uma utópica metempsicose, que implica totalmente a emasculação dos direitos, da identidade e da soberania do povo brasileiro.

Em tempos de pré-eleição, todas as atenções devem estar voltadas para a suposta criação da Alca, pois o futuro presidente eleito, dependendo de quem for, pode transformar o

Brasil em uma nova colônia dos parasitas capitalistas. Então, eu faço um apelo ao povo: que vista sua panóplia de indignação e marche contra a desigualdade social que é uma realidade hoje, mais que pode se tornar colossal com a Alca.

Anderson Martins de Souza Braz
Ananindeua - PA



O sonho de Rose

Sou assinante de **cadernos do terceiro mundo** e *Ecologia e Desenvolvimento* há muitos anos. Parabéns por sobreviverem aos diversos “planos econômicos”, por manterem a integridade acima do lucro, por divulgarem assuntos importantes que não aparecem na mídia, por apresentarem diversos pontos de vista que não aparecem na imprensa nacional, por tudo que já fizeram, fazem e ainda farão...Que bom vocês existirem.

Lendo a última revista, gostaria de saber como conseguir o filme *O sonho de Rose*, de Tetê Moraes. Gostaria que vocês criassem uma seção de filmes, incluindo comentários, principalmente documentários, curtas, e divulgassem como poderíamos adquiri-los. Sou professora de Geografia e utilizo filmes, desenhos, inclusive os filmes comerciais, para debates e pesquisas em sala de aula.

Giany Abreu
Via correio eletrônico

RESPOSTA:

Faça contato com a produtora VemVer Filmes, na Rua João Borges, 83 - Fundos, CEP 22451-100, Gávea, Rio de Janeiro - RJ, telefone (21) 2239-1422, ou pelo correio eletrônico telemoraes@rionet.com.br

Sociedade da informação

Terminei o Doutorado na USP e defendi a tese dia 26 de junho. Ela se intitula “Na teia dos sentidos: análise do discurso da Ciência da Informação sobre a atual condição da informação”. Na verdade, pego o caso da Ciência da Informação para analisar o ingresso – daninho – do discurso neoliberal na academia, travestido de ciência. Queria que vocês lessem o agradecimento que faço a Beatriz Bissio e Neiva Moreira, ao Roberto Remo e à Editora, que na década de 80 me puseram em contato com aspectos da informação que antes não conhecia. Além disso, agradeço a presteza e atenção de Beatriz e da equipe do Centro de Documentação durante a pesquisa. (No texto, há várias citações de artigos de **cadernos**.)

Tudo que aprendi aí se reflete neste trabalho, especialmente no capítulo onde traço a memória polêmica do que hoje se intitula de “sociedade da informação”, apagando e silenciando todas as reivindicações por uma Nova Ordem Informativa Internacional (NOII).

A tese foi aprovada com distinção e louvor! Novamente, obrigada pela atenção.

Lídia Freitas
Rio de Janeiro - RJ

Foro privilegiado

As instituições que atuam em defesa dos direitos humanos no Brasil certamente compartilham nossa perplexidade diante da notícia de que o presidente da República encaminharia ao Congresso Nacional, com urgência, proposta de emenda à Constituição para dar aos políticos foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal para além do encerramento do mandato.

As 573 entidades presentes à VI Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em maio último, foram unânimes ao definir o combate à impunidade como uma das metas prioritárias. Outra resolução da conferência (o mais representativo evento anual da área) foi combater a impunidade, começando com gestões para o fim da imunidade parlamentar em

crimes comuns, por compreender que ela converteu-se nos últimos anos em impunidade parlamentar.

Isso foi atestado em levantamento feito por esta Comissão de Direitos Humanos, que identificou – entre 1995 e 1999 – 137 pedidos de liberação de deputados federais para serem processados pela Justiça, sendo que 109 deles foram arquivados com pareceres contrários à liberação.

Os interesses que determinam a apresentação de semelhante proposta se chocam frontalmente com a plataforma por direitos humanos no Brasil, que inclui não só o fim da imunidade parlamentar, como o aumento geral do acesso da população à Justiça – suprimindo dessa forma uma das carências mais clamorosas existente no país.

A esdrúxula proposição se choca também com a pauta prevista pela Mesa da Câmara para agosto. Em audiência com várias entidades promotoras da Conferência Nacional de Direitos Humanos, na qual estive presente, semanas atrás, o presidente da Câmara, deputado Aécio Neves, anunciou que colocaria em pauta no final de agosto, durante o que chamou de "semana ética", diversos projetos pendentes no sentido de garantir a ética na vida pública, incluindo a proposta que acaba com a imunidade parlamentar nos termos em que está colocada hoje.

Cabe, portanto, apelar para o bom senso e o respeito à cidadania, no sentido de que tal desfaçatez não se concretize, e os esforços do presidente da República convirjam para o estabelecimento de padrões éticos na vida pública.

Dep. Nelson Pellegrino
Presidente da Comissão de Direitos Humanos
Câmara dos Deputados - Brasília - DF

Campo em crise

A legislação recentemente estabelecida para proteger o latifúndio, o gradual abandono, pelo governo federal, da reforma agrária, a impunidade demonstrada pela recente absolvição do mandante do emblemático assassinato de Margarida Maria Alves, na Paraíba, enfim, o conjunto desses fatores inegavelmente favore-

ce ao aumento da violência contra os trabalhadores rurais. E isso torna o governo indiretamente responsável pelos crimes cometidos.

Na ânsia de atender às imposições daqueles que já detêm 65,7% de todo o território nacional, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário fecham os olhos aos hediondos assassinatos, à violência cotidiana imposta aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, à crueldade do trabalho escravo e ao desmando generalizado que impera no campo.

Na ausência do Estado, os mais fortes tomam para si o poder, o poder sobre a vida e a morte. A proliferação de milícias particulares e a utilização das próprias forças policiais do Estado contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais são demonstrações claras da tomada de poder pelo latifúndio.

Um exemplo da omissão e mesmo conivência do Estado com o latifúndio é a divulgação, pela internet, na página do Incra, da informação de que não ocorreu nenhum crime contra trabalhadores rurais este ano no Brasil. Um levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) demonstrou que, contando com os três últimos, foram assassinados 13 trabalhadores rurais, quase todos com indício de autoria de pistoleiros a serviço do latifúndio ou por policiais.

E mais: a CPT divulgou, ainda que, no sul e sudeste do Pará, somente nos últimos três meses, foram presos 119 trabalhadores rurais, ou seja, 20% de todos os trabalhadores rurais presos em todo o país durante o ano de 1999.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) exige, veementemente, que o governo comece a governar e tome para si as responsabilidades para as quais foi eleito. Exigimos a punição exemplar de todos os responsáveis por este e por todos os outros crimes cometidos contra trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiros.

Os governantes não têm o direito de se eximir, de se esconder, de virar as costas ao povo que, bem ou mal, os elegeu. A Contag irá a todas as instâncias, nacionais e internacionais, exigir um retumbante basta à impunidade, à violência e aos desmandos aos quais o país assiste, perplexo e impotente.

Diretoria da Contag

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

a serviço do leitor

Para assinar *Cadernos do Terceiro Mundo* ligue para

(21) 2221-75 11

ou envie um fax:

(21) 2252-8455

Ou pela Internet:

www.etm.com.br

R\$60,00 Preço promocional da assinatura, à vista

O pagamento da assinatura pode ser feito por cheque nominal, cartão de crédito ou boleto bancário, à vista ou em até 4 vezes

Estamos à sua disposição de segunda a sexta, das 9 às 19 horas

Para enviar cartas:



Cadernos do Terceiro Mundo
Editora Terceiro Milênio
Rua Conde de Lages, 44 -
Salas 508 - 510
CEP 20241-080 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

As cartas devem trazer a assinatura, o endereço, o número de cédula de identidade e o telefone do autor.

Para comprar números atrasados:

Se estiverem disponíveis no estoque, serão vendidos ao preço de capa da última edição, acrescido de 30% desse valor para cobrir despesas de correio.

Contate o Departamento de Circulação
Tel: (21) 2221-7511

Para anunciar:

Ligue (21) 2221 - 7511 e contate o Departamento Comercial

Pesquisas

Ligue (21) 2221-75 11 e contate o Centro de Documentação ou os Editores.

Na Internet:

http://www.etm.com.br

E-mail: etm@etm.com.br

A vez de Jäder

Até o fechamento desta edição, ainda estava indefinido o destino do senador Jäder Barbalho (PMDB-PA), presidente do Congresso Nacional. Seus colegas de partido, inclusive o presidente interino do PMDB, senador Maguito Vilella (GO), querem que Jäder peça licença do mandato "para se defender mais à vontade", e o líder do PFL na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE), garante que "a Frente Liberal não deixará prevalecer a impunidade dos crimes" dos quais Jäder Barbalho vem sendo acusado.

No início de agosto, a Comissão de Ética indicou os senadores Jefferson Peres (PDT-AM), Romeu Tuma (PFL-SP) e João Alberto Souza (PMDB-MA) para fazer investigações por um mês, enquanto o Superior Tribunal Federal quebrava os sigilos bancário e fiscal de Jäder.



Jäder Barbalho: pares sugerem renúncia

O senador paraense é acusado ainda de ter se beneficiado de empréstimos do Banpará e venda ilegal de Títulos da Dívida Agrária, quando ministro da Reforma Agrária, no governo Sarney. ■

Foto: Victor Soares - ABr

Bittar quer controle sobre urnas eletrônicas

O deputado Jorge Bittar (PT-RJ) encaminhou projeto de lei que prevê a utilização de programas de softwares abertos no sistema operacional das urnas eletrônicas. Bittar está preocupado com as suspeitas sobre o sistema das urnas eletrônicas evidenciadas no episódio do painel do Senado.

Na sua justificativa, o deputado petista lembra que, atualmente, os partidos políticos só têm acesso aos códigos do programa de votação, mas não podem verificar os códigos-fontes do sistema operacional, programa comum do mercado com direitos autorais garantidos em lei.

Disse Bittar que os softwares de código aberto são confiáveis porque resistem aos ataques dos piratas da internet. ■

Andes contra hidrelétrica

O 42º Conselho Nacional de Docentes do Ensino Superior (Conad) reunido em Uberlândia (MG), em julho, divulgou moção de repúdio contra a construção da hidrelétrica Belo Monte/Kararaô, que vai inundar parte do território indígena dos caiapós. Com o dobro da potência de Tucuruí (seis mil megawatts), a hidrelétrica de Belo Monte terá capacidade de gerar 11 mil megawatts. A nação caiapó já rechaçou a construção desta usina em 1989, quando do encontro entre os povos indígenas da Amazônia com técnicos da Eletronorte. Na ocasião, a índia Tuíra encostou um facão no rosto de um dos engenheiros da empresa, ameaçando matá-lo, caso o governo decidisse pela construção.

No documento, os professores querem um amplo debate com a sociedade para decidir qual a matriz energética a ser adotada pelo Brasil e, sem citar nomes, criticam o físico Luiz Pinguelli, que considera mais racional e limpa a matriz hidrelétrica do que a termoeletricidade de preferência do governo federal. ■

Greves da PM

Depois da Bahia, onde a greve das polícias civil e militar provocaram o assassinato de 15 pessoas, além de saques e violências generalizadas e o envio de tropas militares para assumir a segurança da capital, foi a vez de Alagoas. Agora, a Associação Nacional dos Cabos e Soldados da PM quer deflagrar uma greve nacional em data ainda a ser marcada.

O movimento paredista tem como principal objetivo o reajuste salarial destes servidores e melhores condições de trabalho, além do cumprimento da lei de combate à violência, que prevê maiores investimentos na área de segurança. Em Brasília, o deputado Alberto Fraga (PMDB-DF) – foto ao lado –, coronel da PM, é o intermediário nas negociações entre o governador Joaquim Roriz (PMDB) e a associação dos cabos e soldados que também estão dispostos a acompanhar seus colegas de outros estados. ■



Foto: Agência Brasil - ABr



Mandato de senadores pode sofrer alterações

Para evitar a repetição dos exemplos do ex-senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que, ao renunciar, deixou o cargo para seu filho, Antonio Carlos Magalhães Junior, do mesmo partido, e do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), com seu mandato ameaçado e cujo suplente é o próprio pai, os deputados Paulo Paim (foto acima) e Ana Maria Corso, do PT gaúcho, apresentaram uma proposta de emenda constitucional que proíbe que os suplentes de senadores tenham qualquer grau de parentesco até terceiro grau com os candidatos.

A proposta, de número 380, também reduz o mandato dos senadores de oito para quatro anos. Ao defender a proposta, Paim disse que “não há registro de nenhum aspecto positivo dos oito anos senatoriais”. Ele lembrou ainda que todos os mandatos do país têm duração máxima de quatro anos, tanto de presidente da República quanto de deputados federais, estaduais, governadores, prefeitos e vereadores. “Nosso objetivo” – disse Paulo Paim – “é dinamizar a política, pois reduzindo estes mandatos teremos a renovação do Congresso a cada quatro anos”. ■

História da pesquisa

O Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) vai comemorar seu cinquentenário em setembro lançando um livro sobre a história da pesquisa no Brasil. Coordenado pela professora Mailena Gonçalves, o livro traz na primeira parte uma panorâmica sobre a pesquisa a partir de 1500, com o relato de viajantes estrangeiros nas terras do Brasil Colônia, até 1950. A partir de 1951, quando foi criado o conselho, até os dias de hoje, o livro *Cinquentenário do CNPq: notícias sobre a pesquisa* detalha a história desta instituição apontando ainda para as perspectivas da pesquisa brasileira, que vem sendo esquecida pelos últimos governos. ■

Justiça para o rio Parnaíba

Por iniciativa do juiz federal José Carlos Brandão, de Teresina, foi realizada a “Expedição Nascentes: Parnaíba Vivo” com a participação do Executivo e Legislativo do Piauí, além de mais 30 instituições da sociedade civil, que têm como principal objetivo salvar o rio Parnaíba, que começa a dar sinais de esgotamento com o crescente assoreamento de suas margens, consequência da ocupação desordenada do cerrado.

Brandão quer que o governo federal crie o Parque Nacional das Nascentes para que seja garantida a sobrevivência do rio formador do maior delta do planeta. ■

Assassinatos no campo

O Ministério da Reforma Agrária vem negando, sistematicamente, os números da violência no meio rural onde, até o início de julho, 13 pessoas foram assassinadas, inclusive o líder sindical José Pinheiro Lima, sua mulher e seu filho, mortos na noite de 9 de julho em Marabá. Cada um dos assassinatos citados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) é descrito pela Ouvidoria. Para a morte do líder José de Santana, assassinado em 4 de maio no município Chapadinha (MA), por pistoleiro do fazendeiro William Nagen, o Ministério explicou que “foram lutas sindicais internas”. A mesma explicação foi dada para a morte de José Pinheiro Lima e Nilton Barbosa de Lima, morto em 3 de março por

pistoleiro da fazenda Lucrean, em Cofresma (MT).

A mais grave de todas as explicações do Ministério foi para o assassinato de Lucídio Gomes, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Itaquerai (MS). De acordo com documento divulgado pela Ouvidoria do Ministério da Reforma Agrária, Lucídio “se hospedou no hotel e foi morto por engano”. As justificativas levaram o presidente da CPT, Dom Tomás Balduino, a criticar o ministro Raul Jungmann, dizendo: “Jungmann devia se preocupar em fazer Reforma Agrária e não em gastar dinheiro em propaganda”. ■



Raul Jungmann

O primeiro-ministro britânico Tony Blair e o presidente Fernando Henrique visitaram a Embraer, em julho. A empresa brasileira adquire turbinas inglesas para seus aviões, que são alvo da rivalidade comercial da Bombardier, do Canadá, país da Comunidade Britânica. Em seu giro pela América Latina, Blair defendeu a globalização e não se pronunciou sobre o conflito com os canadenses, que já rendeu ao Brasil uma condenação na Organização Mundial do Comércio (OMC). Blair defende novas negociações na OMC para incrementar o comércio mundial através da abertura dos mercados. Calcula que as trocas poderiam aumentar US\$400 bilhões por ano, ficando 100 bi para o Terceiro Mundo. Blair gaba-se de ter tornado o Partido Trabalhista inglês um "partido sério e responsável"



Foto: AFP

Conjuntura preocupa CNBB

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) debateu um documento crítico sobre a conjuntura nacional, elaborado por seus consultores. O texto começa traçando um quadro preocupante, a partir do "triste espetáculo de corrupção e mentiras, e a crise de eletricidade", e considera que outros temas igualmente despertam temores, como "os caminhos da economia brasileira, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a prepotência dos Estados Unidos".

"Antes de analisarmos o fato das denúncias de corrupção envolvendo personagens destacados na política nacional (nunca esquecer que uma delas envolve Eduardo Jorge Caldas, então secretário da Presidência), convém refletir sobre sua repercussão na opinião pública, já que desde o final do governo Collor não se percebe ta-

manha onda de indignação no país. Até mesmo a imprensa mais alinhada com o governo tem criticado seu comportamento, não poupando sequer o presidente da República."

O caso da violação do painel de votação do Senado, que levou à renúncia dos senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, e o envolvimento do novo presidente do Senado, Jader Barbalho, em diversas denúncias de corrupção, são apontados como exemplos de escândalos que causam indignação à cidadania. O documento lembra, porém, que o Congresso sofre as interferências e jogos do Executivo.

"O ponto fulcral, portanto, não se localiza no Senado, mas no "apagão político" deste governo. Sua base de sustentação política está em pedaços; perdeu a credibilidade diante da opinião pública; já é criticada até mesmo pela grande mi-

dia que sempre o apoiou; não pode mais exibir sequer a estabilidade da moeda como conquista política; a crise de energia elétrica revelou sua incompetência na política de privatizações; fez da "ética de responsabilidade" uma desculpa para seu realismo cínico; em suma, tornou-se uma grande frustração nacional. Só tem sido eficiente no serviço da dívida pública: no ano passado despendeu 160 mil reais por minuto (24 horas/dia e 365 dias/ano) para pagar os juros e a rolagem da dívida", acentuam os analistas da CNBB.

"A sociedade vive um momento interpelador para passar o Brasil a limpo. A mensagem dos Organismos do Povo de Deus falando de "Indignação, solidariedade e compromisso" teve grande repercussão na sociedade, que se pergunta: Para onde vamos? Esses fatos são graves, porque chegam às raízes de um insulto às instituições públicas, quebrando uma credibilidade já débil e criando uma si-

tuação de instabilidade que certamente influenciará as eleições de 2002. Já vem sendo aventada a probabilidade de uma vitória eleitoral da oposição (leia-se Presidência da República e governo de certos estados, mas com base parlamentar minoritária, o que acarretaria graves problemas de governabilidade). Os setores conservadores vêm procurando meios que assegurem a manutenção da atual política econômica, onde reside seu interesse real. A construção de um projeto alternativo torna-se agora imperiosa, sob pena de um governo eleito como oposição ver-se obrigado a assumir uma política antipopular e neoliberal, como já aconteceu noutros países. Esta seria uma frustração ainda pior."

O documento culpa o governo pela crise energética e elogia a população: "O povo, percebendo a gravidade do problema e movido pelo sentimento de responsabilidade social, reduz espontaneamente seu consumo." ■

Sindicalista assassinado

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá (PA), José Pinheiro Lima, sua esposa Cleonice Campos Lima e seu filho de 15 anos, Samuel Campos Lima, foram assassinados por pistoleiros no dia 9 de julho. O sindicalista foi designado, há dois anos, para acompanhar cerca de 120 famílias que estão ocupando a Fazenda São Raimundo, localizada na região do Rio Preto, a 130km de Marabá.

A fazenda, que possui 5.600 hectares, foi vistoriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 1999 e declarada improdutivo através de decreto de desapropriação assinado em janeiro último. Mas as famílias continuam acampadas e ainda não foram assentadas. O proprietário da fazenda, João David de Melo, tem usado de todos os meios para impedir o assentamento das famílias na área.

No início de 2000, após a morte do sindicalista Dezinho, em Rondon do Pará, entidades de Marabá tiveram uma audiência com o secretário de Defesa Social, Paulo Sette Câmara, e entregaram-lhe os nomes de sindicalistas ameaçados de morte na região, e José Pinheiro era um deles. As ações do governo do estado na região de Marabá têm contribuído para o aumento da violência no campo nos últimos meses, segundo entidades dos trabalhadores rurais. ■

Inadimplência recorde

Um levantamento nacional da Serasa, maior empresa de informações e análises econômico-financeiras para negócios da América Latina, revela que de janeiro a julho de 2001 o seu Serviço Gratuito de Orientação ao Cidadão registrou recorde de pessoas atendidas, apesar da inadimplência ter evoluído no período.

Foram contactadas 588.119 pessoas, o maior número já registrado pela empresa, na comparação dos primeiros sete meses deste e do ano passado.

Segundo o estudo, o número de pessoas atendidas de janeiro a julho deste ano é 42,6% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado, que tem a segunda maior marca, 412.394 pessoas atendidas.

Segundo a Serasa, a conjuntura econômica promoveu a retração do consumidor, que priorizou o acerto de suas dívidas. Como o desemprego deve apresentar até o fim do ano poucas oscilações no atual patamar, a reprogramação das dívidas acumuladas fica favorecida, com maior flexibilidade do comércio nas negociações. A Serasa ressalta ainda que o acerto das pendências habilita o consumidor para futuras contratações de crédito. ■

A crise nas polícias militares de diversos estados, com greves e atos de insubordinação, atingiu o clímax na Bahia (foto menor), no início de julho, onde a capital, Salvador, viveu dias de pânico devido aos saques e atos de banditismo na cidade despolicada, obrigando à convocação do Exército para restabelecer a ordem. Segundo analistas, a baixa remuneração gera o desespero que se manifesta em suicídios e greves ou leva os policiais a atos de criminalidade para complementar a renda. Na foto abaixo, o Conselho dos Comandantes Gerais das PMs e Corpos de Bombeiros reuniu-se em Brasília, para debater a crise. O presidente do Conselho, coronel Rui César Melo (quarto a partir da esq.), considerou a causa econômica dos protestos como real: 'Eu sinto a inflação. Todos sentem.' A crise permanece, pois o plano lançado pelo governo foi julgado inconsistente para resolver as causas do descontentamento das tropas estaduais



Foto: AFP



Foto: Agência BR

Tribunal julga as privatizações

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), através da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das empresas públicas estaduais privatizadas e a Campanha Jubileu Sul/Américas estão promovendo, desde o início de agosto, o Tribunal das Privatizações: "Do desmonte do Estado aos apagões!". O projeto consiste em uma série de debates sobre o Programa Nacional de Desestatização (PND) e seus reflexos na vida dos brasileiros. Estes debates pretendem fornecer elementos para a constituição de um Tribunal Ético das Privatizações a ser realizado ao final dos trabalhos.

A sessão de abertura dos trabalhos aconteceu dia 3 de agosto, na Alerj, com os integrantes da CPI das Privatizações. Os deputados estaduais apresentaram o relato dos trabalhos, resultados e perspectivas da CPI. Parlamentares federais fizeram considerações sobre iniciativas semelhantes no âmbito do Congresso Nacional.

No dia 14, será realizado o debate "Privatizações: formulação e resultados", no Sindicato dos Engenheiros. Economistas discutirão o Programa Nacional de Desestatização (PND), sua formulação, execução e resultados, enfocando seus reflexos sobre o endividamento, geração de empregos e qualidade dos serviços.

No dia 21, também no Sindicato dos Engenheiros, será realizado o debate "Privatizações: perspectivas e alternativas", onde se pretende apontar ações e políticas alternativas às privatizações, a partir de um modelo de desenvolvimento auto-sustentável e inserção soberana do país na economia global.

O Tribunal Ético das Privatizações, constando de leitura da acusação, defesa, júri popular e veredicto, está marcado para 3 de setembro, das 10 às 16 horas, no plenário da Assembleia fluminense. O tribunal terá as presenças do jurista Marcelo Cerqueira, presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB); da juíza federal Salete Macalóz, dos economistas Reinaldo Gonçalves e César Benjamin, e do bispo D. Waldir Calheiros, além de um júri popular.

A campanha Jubileu Sul pode ser acessada em <http://www.jubileusul.hpg.com.br>

Transgênico ilegal em Minas

A organização ambientalista Greenpeace pediu, no final de julho, ajuda da polícia para investigar o plantio ilegal de transgênicos na estação experimental da Monsanto, em Cachoeira Dourada, Minas Gerais. Representantes da organização entregaram ao delegado Ricardo Moura Aguiar, de Ituiutaba (MG), documentos que indicam a existência de plantio ilegal de milho transgênico Bt no campo experimental da multinacional.

Em abril deste ano, o juiz substituto da 14ª Vara Federal do Distrito Federal, Charles Renaud Frazão de Moraes, deferiu liminar ao Ministério Público Federal suspendendo todas as autorizações para cultivo de quaisquer sementes geneticamente modificadas, em que os interessados não detenham o Registro Especial Temporário (RET).

São 27 as estações experimentais de empresas como a Monsanto, Novartis e Embrapa, no Brasil, com culturas de milho, soja, algodão, etc. Essas lavouras experimentais foram autorizadas sem o RET. Para Mariana Paoli, coordenadora da Campanha de Engenharia Genética do Greenpeace, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não tem feito praticamente nada para cumprir a ordem judicial de suspender os plantios experimentais.

Em julho, a equipe Caça-Transgênicos denunciara um plantio ilegal de milho inseticida Bt da Monsanto, em Santa Cruz das Palmeiras (SP). Com base na denúncia da organização, o Ibama visitou o campo experimental e deu um prazo para a multinacional suspender a plantação.

Concurso dará R\$100 mil

No Ano da Literatura Brasileira, o III Concurso Nacional de Ensaaios resgata o romance regionalista e a crítica literária. As inscrições vão até o final de setembro. O autor do melhor trabalho em cada tema ganhará 50 mil reais.

As inscrições para o terceiro Concurso Nacional de Ensaaios Ministério da Cultura-Nestlé estão abertas até 28 de setembro, data limite para a entrega das monografias. Os dois temas dessa edição – que ocorre em pleno Ano da Literatura Brasileira – são "O Romance Regionalista" e "A Crítica Literária no Brasil" – mais abrangentes, portanto, que os das edições anteriores, baseados em personagens individuais.

Criado em 1999 pelo Ministério da Cultura e apoiado pela Fundação Nestlé de Cultura – encarregada da divulgação e da premiação –, o concurso é voltado a professores, pós-graduandos, jornalistas e pesquisadores, e visa

a estimular e valorizar o estudo e a pesquisa literários.

"Esse é um dos únicos projetos do gênero no Brasil, num cenário em que predomina a falta de incentivo e estímulo cultural", afirma o diretor da Fundação Nestlé de Cultura e responsável pelo projeto, Francisco Garcia. "Uma das grandes contribuições do concurso, a nosso ver, está no fato de este reconhecer o valor dos ensaios, seja sobre personagens ou, como nesse ano, sobre temas que retratam a nossa riqueza cultural."

Para essa terceira edição, as monografias podem ser desenvolvidas individualmente ou em grupo, devem ser inéditas, escritas em português e conter, pelo menos, 100 páginas, em tamanho A4.

Para mais detalhes acessar o sítio eletrônico www.nestle.com.br ou ainda www.minc.gov.br. A premiação sairá no dia 22 de novembro.

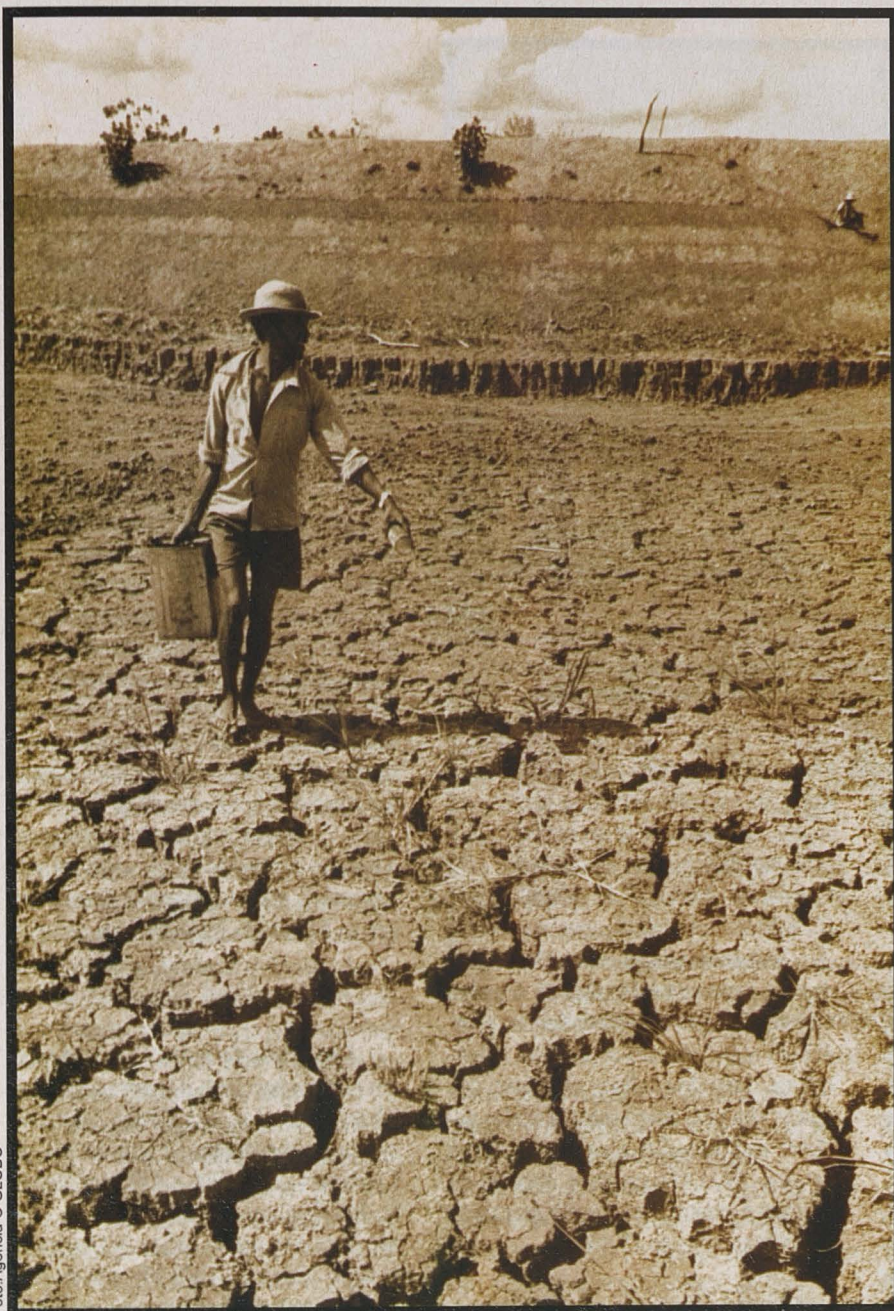


Foto: Agência O GLOBO

Foto: Agência O GLOBO

Seca reapresenta velhos desafios

A inclemência do tempo testa mais uma vez a resistência dos sertanejos nordestinos, intensifica a miséria e expõe os desacertos e imprevidência da administração

Josélia Menezes

O DRAMA DA SECA NO SEMI-ÁRIDO nordestino retornou com força. O governo federal já reconheceu o estado de calamidade pública (decretado pelos governos estaduais) em 770 municípios entre os 1.785 localizados no semi-árido, incluindo o norte de Minas gerais. A perda das safras de sequeiro (cultivadas apenas com chuvas) em Pernambuco chegou a 98%, o que não é muito diferente dos outros estados. As previsões climatológicas são preocupantes. O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) prenuncia o retorno do El Niño, fenômeno associado às grandes secas da região. Pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas divulgaram estudo, baseado em dados estatísticos, que indicam que os próximos 20 anos poderão ser de secas prolongadas. A ocorrência estaria ligada a um ciclo solar chamado de Gleissberg, quando o sol atinge o máximo da produção de energia, que por sua vez coincide com as secas. Apesar dos alertas, o governo federal não planejou com antecedência medidas de prevenção aos efeitos da estiagem sobre a população atingida e a economia da região.

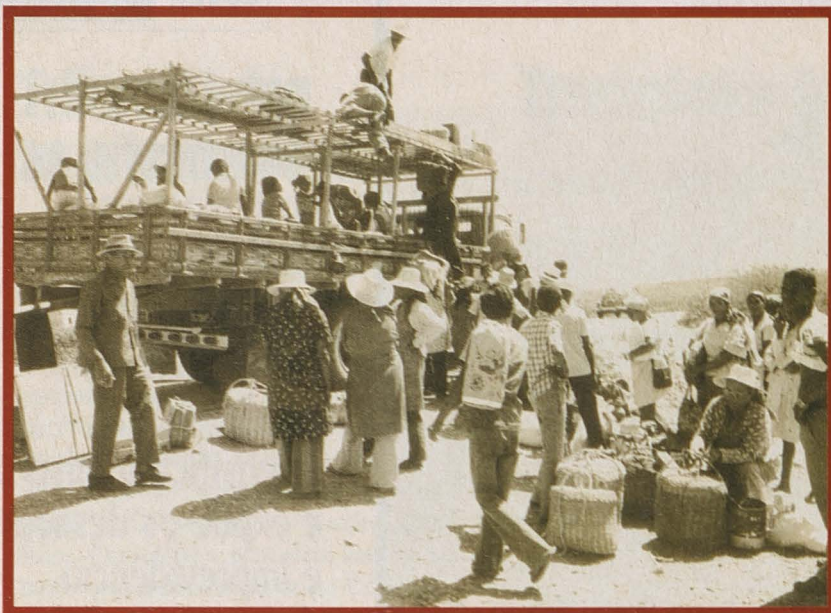


Foto: Agência O GLOBO

A retirada marca as fases de seca, quando parte da população parte em busca de trabalho e sobrevivência em outras regiões dos próprios estados ou de outras partes do país

Apesar dos saques terem sido anunciados desde o início do ano, o programa de apoio às vítimas da seca só foi anunciado por FHC em junho. Durante o lançamento, o presidente prometeu investir quatro bilhões de reais em ações emergenciais e permanentes no semi-árido, área que abrange 700 mil quilômetros quadrados. Não se fala mais em combate à seca, mas em convívio com ela. A palavra de ordem é acabar com a indústria da seca, prática secular onde os chefes políticos se aproveitam do drama dos flagelados para fins eleitoreiros.

Aos poucos, entretanto, o discurso inovador vai se revelando pouco diferente da prática usual, e vai se transformando em simples jogo de retórica. Até agora, as únicas mudanças observadas no Programa Federal de Convívio com a Seca foram a extinção das malfadadas frentes de emergência (símbolo da histórica falta de planejamento para enfrentar o problema) e a distribuição de água através de carros-pipa pelo Exército, antes a cargo da política local. Em substituição às frentes de emergência, foi criada a bolsa-renda, no valor de 60 reais. Permaneceram as medidas emergenciais de sempre, como a distribuição de cestas básicas, contendo 13 quilos e oito tipos de produtos: feijão, fubá, arroz, farinha, açúcar, óleo, fiambre e sardinha.

O macarrão, que fazia parte em anos anteriores, foi excluído, segundo o governo em função da alta do dólar no mercado. Já o processo de aquisição dos produtos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) foi denunciado como fraudulento.

Enquanto isso, as cestas chegam reduzidas para muitas famílias. A desculpa é a redistribuição dos alimentos para atender um maior número de famílias. Sindicatos rurais desconfiam, entretanto, que esta é mais uma artimanha dos chefes políticos para camuflar a velha prática dos desvios. Após três meses, a intenção do governo é substituir a cesta por uma ajuda de custo no valor de 15 reais.

Prefeitos reclamam

As modificações introduzidas este ano não agradaram os prefeitos. A Associação Municipalista de Pernambuco, que representa os 186 municípios do estado, numa atitude definida como "tresloucada", ameaçou boicotar o programa. Só mudou de opinião depois de fazer pressões que, por sua vez, levaram o ministro do Desenvolvimento Agrário e coordenador da Câmara Setorial de Convívio com a Seca, Raul Jungman, a flexibilizar as ações. Ponto para o velho e muito vivo coronelismo que ainda sustenta a indústria da seca.

Os movimentos dos trabalhadores também criticam as ações. Um dos principais alvos foi a bolsa-renda, cujo valor — um terço do salário-mínimo —, foi considerado um dos mais baixos destinados aos flagelados nas últimas secas. Eles também reclamam do número reduzido de beneficiados, da limitação dos recursos destinados a obras estruturais, a pouca ênfase aos programas de capacitação dos trabalhadores e à alfabetização de jovens e adultos. Eles também exigem a renegociação das parcelas vencidas dos empréstimos dos pequenos agricultores e o seguro-safra.

As medidas adotadas até agora não foram suficientes para evitar as tensões. Saques a cargas nas estradas e invasão de supermercados e prédios públicos se intensificaram, principalmente nos estados de Pernambuco, Paraíba, Sergipe e Ceará. Alguns têm o apoio da Igreja, através da Pastoral da Terra. "O saque é lícito diante da fome, pois não existe uma política pública voltada para a questão", afirma o padre Hermano Alegre, da Pastoral da Terra do Ceará.

Indústria da seca

Creuzelídia de Jesus, 35 anos, é mais um número nas listas do assistencialismo oficial, com seus sete filhos, dos quais quatro são epiléticos. Ela é natural de Carnaubeira da Penha, a 492 quilômetros do Recife e um dos municípios de Pernambuco com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Vivendo da precária agricultura familiar, nem todos os dias tem o que dar aos filhos nas refeições. A desnutrição é visível entre todos. Pacientemente, ela aguarda a ajuda prometida e não tem esperanças de que sua vida vá mudar. As perspectivas não são boas. O pesquisador Manuel Correia de Andrade, da Fundação Joaquim Nabuco e um dos mais conceituados conhecedores da realidade nordestina, observa que as secas estão se tornando cada vez mais frequentes, intensas e longas.

No correr de mais de um século, quando a construção de açudes começou a ser desenvolvida pelo governo federal, as en-

grenagens da indústria da seca, fator principal do subdesenvolvimento da região, já consumiram enormes somas de recursos públicos. Não há levantamento sobre o total dos valores investidos. Só no atendimento emergencial da última seca (98/99) foram gastos 2,2 bilhões de reais, de acordo com os dados da Sudene, antigo órgão coordenador do programa de atendimento aos flagelados, extinto este ano em meio a graves denúncias de desvios de recursos.

A prática de se aproveitar do drama dos desvalidos para se beneficiar dos recursos públicos envolve obras de todo porte. Relatório recente do Tribunal de Contas da União mostra sérios indícios de irregularidades em 17 grandes obras hídricas em construção no Nordeste. Elas deveriam estar prontas há 10 anos e já consumiram 834 milhões de reais. Documento recente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape) denuncia que as primeiras propriedades de uma lista para a construção de 25 cisternas pela Secretaria de Recursos Hídricos em uma cidade do sertão são fazendas pertencentes ao prefeito, ao vice-prefeito e um ex-prefeito e um secretário municipal. A indicação para a construção coube a um vereador e um deputado.

Enquanto isso, o agricultor Euclides Inácio, 74 anos, residente no mesmo município, se vê obrigado a buscar água sem qualquer tratamento há três quilômetros, num carro de boi, para dar de beber à família de 15 pessoas, incluindo dez netos. A família não foi cadastrada no programa de convívio com a seca. Toda assistência do poder público que ele recebe é a aposentadoria de um salário-mínimo.

Para o pesquisador Aldo Rebouças, da Universidade de São Paulo, os critérios utilizados na construção de obras hídricas no Nordeste sempre foram mais políticos que hidrológicos ou sociais. Estima-se que existam mais de 70 mil barragens de todo porte e mais 50 mil poços na região. Destes, apenas 20 mil estão em operação. As razões vão da ingerência política e falta de reposição de equipamentos à baixa qualidade da água. A situação, segundo Rebou-



Foto: Roberto Hipólito R. Filho

Escassez de água e redução cada vez maior de alimentos afetam homens e animais. Para os criadores, a seca representa sempre prejuízos pesados, nem sempre recuperados mais tarde

ças, requer uma avaliação hidrológica adequada e a implantação de uma política de racionalização desses mananciais.

A falta de mecanismos eficientes de fiscalização dos recursos públicos investidos no semi-árido é a grande crítica feita por técnicos e organizações sociais. A obrigatoriedade da formação de conselhos municipais para acompanhar e fiscalizar recursos e programas é recente e bem recebida por eles. Mas lembram, entretanto, que os conselhos ainda são fartamente manipulados pelo poder local, no intuito de burlar a transparência das ações.

Alguns conselhos são verdadeiras caixas-pretas. Preceitos como a ampla divulgação das reuniões, transparência e composição paritária (metade poder público, metade sociedade civil) ainda é sonho em grande parte dos municípios. No sertão de Pernambuco, alguns conselhos são constituídos totalmente por funcioná-

rios públicos. Algumas situações são surrealistas: clínicas particulares e departamentos de ensino público aparecem, como organizações não-governamentais (ONGs) e representantes de entidades não-ligadas a prefeituras são indicadas pelo poder municipal à revelia da entidade.

O governo federal denunciou o atraso na liberação de cestas básicas e cadastramento dos flagelados e o atrelou à demora ou falhas na formação dos conselhos municipais. Apesar do Ministério Público Federal estar investigando cerca de 50 municípios, o Ministério Público estadual pouco tem feito, apesar de acionado em alguns municípios. A falta de estrutura física do órgão e de promotores fixos nas Comarcas é mais um ponto a favor da indústria da seca. A Igreja e os movimentos sociais sugerem a capacitação da sociedade civil como um dos caminhos a ser seguido. ■



Rio São Francisco: o governo federal adiou os planos de levar águas do rio para perenizar outras bacias e ganha força idéia de revitalizá-lo com a recuperação de afluentes, reflorestamento e combate ao assoreamento

Transposição de águas para o sertão é adiada

Alternativa é desenvolver projetos que revitalizem o rio São Francisco, antes de jogar parte de suas águas nas bacias das áreas de seca

O POLÊMICO PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO do rio São Francisco, vendido pelo governo como a redenção do Nordeste, acaba de ser engavetado pelo presidente da República. Uma das razões alegadas é o baixo nível atual dos reservatórios das usinas hidrelétricas, que poderia comprometer a produção de energia em até 10% a partir das usinas de Itaparica. Além disso, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não autorizou o início das obras.

A celeuma marcou todas as discussões realizadas até agora sobre o projeto. Segundo os críticos, o projeto pode se revelar como mais um engodo contra as populações atingidas pelas secas no semi-árido, área que abrange 700 mil quilômetros quadrados, o que equivale a 60% do Nordeste. Para eles, a visão de "combate à seca", que norteia o projeto, é ultrapassada, não resolve o problema da seca e deve agravar questões sociais e ambientais existentes.

O projeto, orçado em três bilhões de dólares só em obras de engenharia, foi uma das promessas de campanha de FHC nas duas últimas eleições presidenciais, tem raízes no Império e visa a interligar a bacia do São Francisco às do Paraíba, Jaguaribe, Apodi e Piranhas-Açu, cruzando Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Isso seria possível a partir de uma rede de canais a céu aberto, leitos de rios intermitentes e açudes, num percurso de dois mil quilômetros.

As críticas se voltam principalmente para os estudos hidrológicos e ambientais encomendados pelo governo. O geógrafo Aziz Ab'Saber, da Universidade de São Paulo (USP), acredita que a transposição é inconcebível sem que se aprofun-

dem os estudos oficiais apresentados até agora. A escolha de determinadas áreas beneficiadas é vista com desconfiança. Pesa sobre ela a sombra secular da ingerência política. É o caso do trecho beneficiado do Rio Grande do Norte. Apesar de 90% da área do estado estarem localizados no semi-árido e 90% das reservas hídricas estarem situadas nos dois maiores rios do estado, o Apodi e o Açu, pólos de fruticultura irrigada, são justamente eles os receptores das águas do Velho Chico. "Nenhuma barragem do Seridó, onde o quadro da seca é mais grave, receberá água da transposição", afirma o relatório de estudos hidrológicos e socioeconômicos do projeto, elaborado pela equipe da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Além de a água não chegar aos bolsões de maior carência, ela reforçará a concentração de renda e poder político na área beneficiada.

Para o especialista em recursos hídricos João Suassuna, da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife, a questão mais polêmica é simplesmente água. "O rio não tem vazão suficiente para atender à demanda energética, ao consumo e à irrigação". Sua preocupação encontra eco dentro de outras instituições. Estudos mostram que a vazão do Velho Chico vem caindo sistematicamente há 50 anos, quando foi inau-

gurada a hidrelétrica de Paulo Afonso, a primeira do complexo Chesf. De seis mil metros cúbicos por segundo na época da inauguração, a vazão caiu para os atuais 2,8 mil metros cúbicos por segundo. Técnicos da Chesf, maior usuária das águas do São Francisco, que absorve uma vazão média de 1,8 mil metros cúbicos por segundo, e cuja produção de energia atende a 90% da demanda de oito estados nordestinos, temem que a retirada de água comprometa a produção de energia. Esse índice de queda seria em torno de 2,5, se mantida a vazão atual do projeto.

O custo da água é outra preocupação dos estudiosos. As estações de captação localizadas nos municípios pernambucanos de Floresta e Cabrobó devem bombear a água a uma elevação de 160 metros, o que exige um considerável consumo de energia. Isso oneraria o custo final da água, e colocaria em risco a viabilidade econômica da irrigação, cujo custo de produção pode se tornar proibitivo, perdendo competitividade no mercado. O mesmo relatório alerta para o fato de que a vazão média anunciada pelo governo, em torno de 50 metros cúbicos por segundo, viabiliza uma área irrigada menor que os 300 mil hectares prometidos pelo projeto. Aziz Ab'Saber estima que a área de influência se limita a 13% do semi-árido.

Os estudos apresentados pelo governo não deixam clara uma questão de importância fundamental: a quem caberia e como se daria o gerenciamento das águas transpostas. João Suassuna observa que o abastecimento de água no Nordeste é historicamente caótico e sem qualquer planejamento. Ele teme uma guerra por água. Não é exagero. Conflitos por água já foram registrados em diferentes pontos do Nordeste. Um caso célebre envolveu os usuários do rio Salitre, afluente do rio São Francisco, no norte da Bahia, onde houve até mortes. Suassuna observa que, se um município resolver os seus problemas hidrológicos através da ingerência política em detrimento de outros, pode gerar uma reação em cadeia, com resultados imprevisíveis. Para ele, é preciso deixar claro a

necessidade de um rigoroso planejamento hidráulico em toda a área beneficiada, com a definição exata do volume e dos usos para o abastecimento rural e urbano.

A mesma idéia é defendida pelo professor Aldo Rebouças, da USP, autor do estudo "Águas na Região Nordeste: desperdício e escassez". Segundo ele, esse tipo de cuidado representaria um golpe considerável na política do coronelismo, se aliado ao controle da sociedade organizada.

A questão ambiental também é preocupante. Os estudos de impacto ambiental (EIA/Rima) não convenceram os especialistas e foram contestados pelos governos de Minas Gerais e Bahia e não foram aprovados pelo Ibama.

Para o governo de Minas Gerais, estado que responde por 70% da vazão do Velho Chico, a revitalização deveria ser prioridade do Ministério da Integração Nacional, órgão à frente do projeto. Estudos da Câmara Federal calculam que seriam necessários 1,2 bilhão de reais, distribuídos ao longo de quatro anos, para recuperar o rio, através de reflorestamento, saneamento básico, fiscalização e derrocamento de trechos não-navegáveis. O Orçamento Geral da União (OGU) de 2001, entretanto, só reservou 7,6 milhões de reais para este fim, enquanto estavam previstos 300 milhões para o início das obras de engenharia.

A Secretaria de Meio Ambiente de Minas relacionou 48 impactos ambientais no EIA/Rima do governo federal. Destes, 29 foram considerados negativos, o que representa 60,42% do total. Já o governo baiano considerou que o EIA se limitou à área das obras e não à bacia hidrográfica como um todo, que abrange 640 mil quilômetros quadrados, o que representa 58% do semi-árido, onde vivem 14 milhões de pessoas.

Segundo o próprio governo, foram gastos quatro milhões de reais em estudos e audiências públicas. Acredita-se que, para garantir dividendos políticos em véspera de eleição, o governo poderá direcionar seus holofotes agora para a revitalização do Velho Chico, que está fazendo 500 anos em outubro. (Josélia Menezes) ■

O leito rasecado de um açude transformado numa poça de água atesta o drama nordestino

Foto:AFP

Conferência pede pressa contra racismo e intolerâncias

Combate às discriminações mobiliza grupos étnicos, religiões e minorias

Procópio Mineiro

NA SEMANA DE 31 DE AGOSTO A 7 DE SETEMBRO, representantes mundiais estarão reunidos em Durban, na África do Sul, na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância. Promovida pelas Nações Unidas, a reunião representa o coroamento de esforços que se vêm realizando ao longo das últimas cinco décadas e repercutirá o trabalho de reflexões realizado na maioria dos países.

No Brasil, a Conferência Nacional Contra o Racismo e a Intolerância ocorreu no início de julho no Rio de Janeiro, produzindo um documento com recomendações que servirão para os debates em Durban. Em parte, tais sugestões expressam conceitos gerais sobre o tema e, em parte, revelam aspectos puramente brasileiros. Altamente representativo, o evento contou com a participação de 1.500 delegados de todos os estados, que trouxeram as reflexões efetuadas nas pré-conferências regionais.

Sob a presidência da militante negra e vice-governadora fluminense Benedita da Silva, o encontro nacional contou com a presença do representante das Nações Unidas, Jyoti Shankar Singh, e de vários segmentos.

A conferência realizada no Rio concluiu, entre outros pontos, que é preciso reconhecer que "tais fenômenos têm origem histórica, persistiram através dos anos e se manifestam, atualmente, face ao agravamento dos problemas da desigualdade social".



Benedita preside a conferência nacional e participará da reunião mundial em Durban

Foto: Gervásio Baptista - ABr

O avanço das práticas neoliberais mundo afora, com fortes repercussões também no Brasil, parece demonstrar que o relógio social da humanidade caminhou algumas horas para trás: o impulso igualitário foi contido e em seu lugar foi reposta uma espécie de darwinismo, que justificaria as desigualdades como algo natural da vida, a ser aceito sem contestação. Isto explicaria os sentimentos xenófobos crescentes – por causas raciais, econômicas e de origem – em todos os países ricos.

Descompasso

As conclusões que se tiram a respeito dos vários tipos de intolerância – dos quais o de origem racial se revela o mais contundente – não apontam para um quadro otimista. Os desafios parecem crescer. Além do racismo contra não-brancos, em especial contra os negros, listam-se hoje muitas outras formas de intolerância que prejudicam grupos humanos por variados

motivos: formas de religião, origens nacionais, níveis sociais e até orientações sexuais. O objetivo de se chegar à abolição das discriminações e ao reconhecimento fraterno de todos os tipos de humanidade parece tão distante, quanto o de se alcançar o fim das desigualdades sociais.

O congresso brasileiro, realizado nas instalações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), envolveu o trabalho de treze grupos temáticos, sugeridos a partir dos principais problemas identificados com o racismo e a intolerância: raça e etnia, cultura e comunicação, religião, orientação sexual, educação, saúde e trabalho, acesso à Justiça e defesa dos direitos humanos, questão indígena, necessidades especiais, gênero, remanescentes de quilombos, xenofobia, migrações internas e juventude.

Segundo o documento, "os grupos temáticos coincidiram nos seguintes pontos: repúdio ao racismo, à xenofobia, às discriminações e à intolerância que marcam as relações sociais e a vida de significativos segmentos da população nacional, com ênfase em seus grupos mais vulnerabilizados".

Além disso, os participantes concluíram que "as discriminações se manifestaram sob múltiplas formas, tendo sido destacado, nesse processo, o papel das diversas instâncias educacionais (do ensino fundamental às universidades) e dos meios de comunicação de massa. Esses foram considerados fundamentais em virtude da importância que assumem na visibilidade dos problemas da sociedade contemporânea e na formação da opinião pública de seus cidadãos". Outro ponto de concordância foi o da "necessidade de políticas afirmativas



Foto: AFP



Foto: Fernanda Cavalcanti

“A discriminação entre os seres humanos por motivos de raça, cor ou origem étnica é um atentado contra a dignidade humana e deve ser condenada como uma negação dos princípios da Carta das Nações Unidas, uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, um obstáculo para as relações amistosas e pacíficas entre as nações e um fato suscetível de perturbar a paz e a segurança entre os povos”

Declaração das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial

que possibilitem a superação e o fim da reprodução de práticas e políticas socialmente discriminatórias”, como também a “necessidade de articulação dos poderes públicos e da sociedade civil na formulação e execução de políticas de combate ao racismo e à intolerância”.

Promover a igualdade

O relatório sobre Raça e Etnia, apresentado por Edna Roland, destaca a dimensão mundial do problema de discriminação, apontando que “os conflitos étnicos constituem 80% dos conflitos nacionais e internacionais, segundo relator especial da ONU”. Conclui também que “a manutenção do atual padrão de desigualdade racial no Brasil compromete qualquer projeto de desenvolvimento sustentável de sociedade, limitando, econômica e politicamente, as possibilidades de inserção do país no cenário internacional”.

Entre as 29 sugestões feitas pelo grupo, está a de que se cumpra a lei 10.172, que estabelecia aplicações de 7% do PIB em educação, item que foi, porém, vetado pelo presidente da República. Outro ponto considerado importante, por representar abertura do mercado de trabalho, é o de que os contratos de publicidade do setor público tornem obrigatória a participação de figurantes negros nas peças. Também nas concorrências públicas, pede-se que o fator étnico seja levado em conta quanto à contratação da mão-de-obra. Igualmente, nos cargos públicos comissionados, sugere-se que haja reserva de vagas para afrodescendentes.

Combate à violência nas favelas, criação de centros culturais, realização de campanhas periódicas contra o racismo no sistema educacional e nos meios de comunicação, reserva de quotas para negros nas universidades e inclusão, nos currículos escolares, da história da África e da con-

tribuição do negro na formação brasileira foram outras sugestões do grupo que tratou da questão racial e étnica, que contemplou também os ciganos.

A área da Cultura e Comunicação foi considerada também muito sensível na questão étnica, por seu poder de formar a opinião e de fixar estereótipos. Sob este aspecto, os participantes do grupo de Cultura e Comunicação consideraram importante a legalização de rádios comunitárias, hoje um canal de expressão à margem dos interesses dominantes, e que os programas de incentivo à cultura desaprovem produções com conteúdo discriminatório e que imponham a participação de atores procedentes de grupos minoritários nos elencos. Outra proposta é de que fundos públicos financiem a montagem de uma rede nacional de tevê a ser gerenciada por instituições negras, além de rádios, com programações voltadas para estimular a cultura afro. ■

Tempos de Getúlio voltam a debate

O governo Vargas, iniciado em 1930, fora marcado desde o início por um programa trabalhista, com uma política de desenvolvimento econômico de caráter nacionalista capaz de expandir o mercado interno e gerar mais e melhores empregos. A Era Vargas conta essa história

José Augusto Ribeiro

HÁ MUITO TEMPO, pesquisei a história do presidente Getúlio Vargas – desde a noite de 24 de agosto de 1954, há 45 anos, quando comecei a guardar jornais sobre o suicídio do presidente, indignado, nos meus 16 anos, com o que tinham feito com ele e emocionado com sua coragem, sua serenidade e sua inteligência. Decidiram infamar o presidente Vargas para derrubá-lo e levá-lo a uma situação humilhante, na qual seria possí-

vel tentarem desfazer realizações dele já consumadas, como a Petrobrás, e frustrar as que ainda estavam a caminho, como a Eletrobrás. O presidente, porém, deu uma resposta que não esperavam. Com o suicídio, ele consolidou suas realizações – até hoje não conseguiram acabar com a Petrobrás – e retardou por dez anos o retrocesso que teria início em 1954 e só veio a ocorrer em 1964. Foi tão forte o impacto do gesto trágico do presidente Vargas que nenhum dos governos militares, nem o do general Castello Branco, o mais identificado com os interesses dos Estados Unidos, ousou tocar na Petrobrás.

Em 1999, eu trabalhava, com Mauro Salles (graças à energia com que ele viabilizou esse projeto), numa biografia do presidente Tancredo Neves, que fora ministro da Justiça do presidente Vargas de 1953 até o desfecho de 24 de agosto de 1954. Os capítulos sobre esse período ocupariam, nesse livro, um largo espaço, e absorviam todo o material de pesquisa que eu tinha acumulado para escrever, futuramente, um livro sobre o presidente Vargas.

Sem maior estudo, dizia-se nos círculos intelectuais, ainda hoje antigetulistas, que o trabalhismo no Brasil era uma cópia superficial do trabalhismo inglês, que vencera as eleições na Inglaterra, em 1945, no fim da Segunda Guerra Mundial, e estava em moda e nas manchetes, com a nacionalização da siderurgia, do carvão e das ferrovias e a socialização dos serviços médicos.

Mal comecei a pesquisar dei de

cara com o próprio fio da história: o PTB só seria fundado em 1945, mas o primeiro governo Vargas, iniciado em 1930, fora marcado desde o início por um programa trabalhista, com a criação não só do Ministério do Trabalho como do Ministério da Educação e Saúde, com o conjunto da legislação trabalhista e com uma política de desenvolvimento econômico de caráter nacionalista capaz de expandir o mercado interno e gerar mais e melhores empregos.

Raízes libertárias

Esse programa trabalhista não foi improvisado nem surgiu do nada. O presidente Vargas fizera sua carreira política, desde a juventude, no Partido Republicano Riograndense, o PRR, fundado por Júlio de Castilhos na época da campanha abolicionista e republicana. Os partidos republicanos eram regionais e seu único denominador comum era a República.

O Partido Republicano Paulista era escravagista, ora às escâncaras, ora dissimuladamente. Já o Partido do Rio Grande era apaixonadamente abolicionista e conseguiu libertar tantos escravos que, quando veio a Lei Áurea, em maio de 1888, praticamente não havia escravos no Rio Grande.

No início da República, especialmente no Congresso Constituinte, em 1890 e 1891, Castilhos e os republicanos de sua corrente lutaram para introduzir na Constituição as primeiras disposições em defesa dos direitos do trabalhador e dos antigos



Foto: Agência O GLOBO

escravos. Foram derrotados. Talvez estivessem muito adiante de seu tempo, porque só em 1917, na Constituição do México, votada depois da Revolução de 1910, dispositivos dessa natureza tiveram espaço numa Constituição em nosso continente.

O programa trabalhista do presidente Vargas não foi adotado de surpresa em 1930. Na campanha presidencial iniciada em 1929, ele estava exposto detalhadamente na chamada plataforma da Aliança Liberal, a coligação partidária que lançara a candidatura Vargas.

Esse programa resgatava a herança do Partido Republicano de Castilhos, mas tinha também outras inspirações, bem mais remotas: as propostas de José Bonifácio na Constituinte de 1823, logo depois da independência: abolição gradual da escravidão e a entrega de terras aos antigos escravos – uma verdadeira reforma agrária – e até algumas das propostas da Inconfidência Mineira.

Em 1945, o PTB era a retomada de todas essas heranças e nada teve a ver com o Partido Trabalhista inglês, apesar da evidente simpatia despertada pelas iniciativas deste, depois de assumir o governo da Inglaterra. O PTB já tinha sido fundado e estava em plena fase de organização e propaganda, quando os trabalhistas venceram a eleição na Inglaterra, para surpresa geral, em julho de 1945. Só em 1947 ou 1948, quando teve de assumir a presidência nacional do PTB, o então senador Getúlio Vargas mandou pedir, em Londres, documentos e literatura sobre o Partido Trabalhista inglês.

Não tem cabimento, portanto, achar que nosso trabalhismo é o transplante de um projeto europeu. Se quisermos ir mais longe, o Partido Republicano Riograndense, de Júlio de Castilhos, já estava no fogo da batalha abolicionista e republicana, quando foi fundado o Partido Trabalhista inglês, já nos anos 90 do século XIX.

Neiva Moreira e Nelson Fredrichs, presidente da Fundação Pasqualini, sugeriram que escrevesse um livro com toda essa pesquisa, chamado *O que é o trabalhismo*. O livro saiu grande porque conta uma longa

história, na verdade várias histórias, que começam com Júlio de Castilhos e chegam ao suicídio do presidente Vargas.

O primeiro volume de *Era Vargas* (Casa Jorge Editorial) cobre todo o primeiro governo de Getúlio e tem três capítulos sobre a questão social, que era negada por Washington Luís. Um dos capítulos reconstitui o debate na campanha presidencial; outro trata da criação dos Ministérios do Trabalho e da Educação; nele eu defendo a opinião de que Getúlio, com isso, retomava as propostas sociais de José Bonifácio na fundação do Brasil independente. O terceiro discute a legislação trabalhista de Vargas e contesta a alegação de seus adversários, de que essas leis seriam de inspiração fascista e copiadas da Carta del Lavoro, de Mussolini.

Os dois capítulos seguintes tratam da política nacionalista do primeiro governo Vargas, dos avanços democráticos da Revolução de 30 (como o voto da mulher e o voto secreto). Em seguida, entramos na controvérsia sobre o golpe de 1937, sobre a questão do petróleo e a política nacionalista do Estado Novo e sobre o verdadeiro papel do Brasil diante de Hitler e da Segunda Guerra Mundial.

Sobre essa questão da guerra, publiquei nestes **cadernos do terceiro mundo**, em 1995, dois longos artigos sustentando, com base em documentos, que Getúlio Vargas sempre se opôs a Hitler e na prática entrou na guerra contra ele antes mesmo que os Estados Unidos. É, naturalmente, o ponto de vista que defendo no livro.

Os capítulos finais tratam do desmonte do Estado Novo pelo próprio presidente Vargas, do movimento queremista e da fundação do PTB, da proposta de Getúlio para deixar o governo antes mesmo da eleição de um novo presidente (proposta que seus adversários escamoteiam ainda hoje), da queda de Getúlio em outubro de 1945 e das eleições de dezembro desse ano, quando umas poucas palavras dele elegeram o general Dutra para a Presidência da República. Esse primeiro volume termina com um capítulo sobre o período 1946-1950: “Getúlio entre o exílio e a luta”.

O segundo volume de *A Era Vargas* começa na campanha presidencial de 1950, que levaria Getúlio Vargas de volta à Presidência. Mostra o que Getúlio disse em seus comícios, sobre a política nacionalista do petróleo, sobre a extensão das leis trabalhistas aos trabalhadores rurais, sobre o desenvolvimento da agricultura e até sobre a reforma agrária (embora evitando essa expressão). Os capítulos seguintes resgatam as ações e decisões do presidente Vargas em seu segundo governo: o projeto da Petrobrás; o aumento do salário mínimo; o avanço no rumo da reforma agrária; o controle da remessa de lucros dos capitais estrangeiros; a recusa de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia; a proposta de criação da Eletrobrás; a criação e instalação da Petrobrás. Esse volume vai até o mês de julho de 1954, quando já são mais que evidentes os sinais de estar em curso uma conspiração para derrubar o presidente.

A crise de agosto

O terceiro volume, afinal, é inteiramente dedicado à crise de agosto de 1954, o acontecimento mais trágico, mas também um dos atos de sacrifício mais fecundos da história da República. Achei necessário recontar a história toda, porque ela mostra claramente como, em todos os momentos, buscou-se favorecer um golpe militar contra o governo.

Se alguém achar que *A Era Vargas* não é um livro imparcial, não precisa ter dúvida alguma: acertou. Há tantos livros contra Getúlio Vargas, direta ou obliquamente, que achei adequado escrever um livro a favor dele. Pensei até em sugerir à editora que colocasse em volta do livro uma dessas cintas nas quais se diz do que ele trata. Uma cinta dizendo: “Se você quer um livro contra Getúlio Vargas, procure outro. Este é a favor.” Seria, porém, agressivo e despropositado. Até porque minha intenção sempre foi escrever um livro que não contestasse com mentiras, mas com verdades documentadas – as inverdades até hoje repetidas contra Getúlio. Mais que um livro a favor, portanto, um livro verdadeiro. ■

Postal Norte-Sul

AUTO-AJUDA



A PAZ DE TODO DIA

Cláudia Nogueira e Sandra Nedopeltski
Cód. 85-86448-08-7

Com os olhos voltados para a força íntima é que nos revestiremos da capacidade de enxergar a verdadeira essência. 203págs. (15cmx11cm). R\$10,00 - Editora Brahma Kumaris

BIOGRAFIAS



PRESTES

Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes
Dênis de Moraes e Francisco Viana
Cód. 020015

Este é o livro para o qual, em vida, Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 páginas. R\$39,00 - Ed. Mauad

DICIONÁRIOS



DICIONÁRIO CRÍTICO DO PENSAMENTO DA DIREITA

Idéias, instituições e personagens

Vários organizadores Cód. 0100-92

Obra que ratifica a importância dos campos direita/esquerda para os debates políticos contemporâneos apresenta cerca de 300 verbetes escritos por 120 autores de diversas universidades ou pesquisadores independentes, de vários estados e países, de diferentes visões e posicionamentos. 260págs. R\$78,00 - Editora Mauad

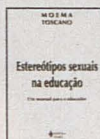


DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL (1500 - 1808)

Ronaldo Vainfas (direção)
Cód. 85.7302.320-1

Primeiro dicionário crítico sobre as nossas raízes coloniais. Os primeiros séculos de nossa história estão representados de A a Z, em forma de verbetes atraentes e concisos. Mostra todos os personagens que nos ajudam a compreender melhor os sentimentos e o modo de vida de uma sociedade meio encantada e meio diabólica como a colonial. 599 páginas. R\$49,90 Editora Objetiva

EDUCAÇÃO



ESTEREÓTIPOS SEXUAIS NA EDUCAÇÃO

Um manual para o educador

Moema Toscano Cód.: 85.326.2285-2

Militante feminista desde os anos 70, a autora discute o papel da escola e do professor como obstáculos (quase sempre) ou como alavancas (às vezes) na mudança do relacionamento homem/mulher. 116 páginas. R\$ 14,30 - Editora Vozes

Filosofia



O DESPERTAR DA ÁGUIA

Leonardo Boff Cód.5-326-1977-0

O livro continua o anterior A águia e a galinha, e relaciona a dimensão-águia e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas. R\$14,00 Editora Vozes



A ÁGUIA E A GALINHA

Uma metáfora da condição humana

Leonardo Boff Cód. 85-326-1845-6

Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se busque o equilíbrio. 208 páginas. R\$18,00 Editora Vozes

HISTÓRIA



CIDADANIA E GLOBALIZAÇÃO

Liszt Vieira

Cód. 4775-9

O livro aborda com profundidade e competência os desafios trazidos pela globalização, em particular o papel das organizações da sociedade civil na promoção da democracia na esfera global. 142 páginas. R\$18,00 - Editora Record



ESCRavidÃO OU MORTE

Jorge Preta de Souza

Cód. 0100-20

O autor propõe uma questão candente: por que lutavam os escravos de uma pátria que os oprimia? A obra analisa a participação de escravos como soldados do exército brasileiro, durante a guerra do Paraguai, construindo sua liberdade através da vida militar. 136 páginas. R\$22,00 - Ed. Mauad



HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

Nelson Werneck Sodré Cód. 0100-68

O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas teses, pesquisas, estudos, ensaios e trabalhos dos mais diversos.

501 páginas. R\$59,00 - Editora. Mauad



NAS FRONTEIRAS DO PODER

Conflito e direito à terra no Brasil do séc. XIX

Márcia Maria M. Motta Cód. A-025

O livro permite compreender a complexidade das relações sociais e de poder no mundo agrário fluminense de meados do século XIX. 247 páginas - R\$21,00 - Arquivo Público



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA

Leonid Ieremeev

Cód. 0084

Relato dramático e fartamente documentado que revive momento crucial para a sobrevivência dos valores humanitários. 128 páginas. R\$12,00 - Editora Revan



MINAS DO OURO E DO BARROCO

As raízes históricas da cultura mineira

Washington Albino Cód. BA 7014

O livro reconstitui o barroco mineiro, a primeira manifestação artística autenticamente nacional. Imprescindível para o conhecimento da História do Brasil. 248págs. R\$38,00 - Barlavento Grupo Editorial

Literatura



A REPÚBLICA DOS BUGRES

Ruy Tapioca

Cód.85.325.1028-0

O livro surge em um momento oportuno para uma reflexão sobre a História do país e a nossa formação como povo. 532páginas. R\$35,00 - Editora Rocco



CHICA DA SILVA

A mulher que inventou o mar

Lia Vieira

Cód. 15503-8

Texto e literatura configuram um processo de interlocução pleno de subjetividade, idéias significativas e com riqueza de imagens, onde a presença da arte, cultura e estética tem um olhar crítico, dinâmico e atual. 64págs. R\$15,00 - Editora OR

Memórias



EUROPA 1935 - UMA AVENTURA DE JUVENTUDE

Moacir Werneck de Castro

Cód. 85.01.05771-1

A partir das lembranças de uma viagem à Europa, o autor faz uma reflexão alternando memória e substância, reinterpretando fatos que ajudam o leitor a pensar o Brasil de hoje. 223 páginas. R\$20,00 Editora Record



HERANÇA DE UM SONHO

Marcio Antonio Tavares Coelho

Cód. 85.010.576-2

Neste livro de memórias, o autor conta a sua trajetória pessoal e política, marcada pela dedicação à luta por um mundo melhor e as experiências de suas atividades legais e clandestinas. 532 páginas. R\$45,00 - Editora Record

Política



A FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL

Bernardo Mançano Fernandes

Cód. 85.326.2345-X

O autor analisa os processos de formação e territorialização do movimento, desde sua origem - em 1979 - até 1999, em 22 estados, onde o MST está organizado. Importante referência para se compreender a trajetória dos sem-terra em todas as regiões brasileiras. 318págs. R\$26,00 - Editora Vozes



ARANDO O MAR

Michael Fairbanks & Stace Lindsay

Cód.85.7303.264-2

As tremendas vantagens que as nações em desenvolvimento possuem em recursos naturais, mão-de-obra barata e solo fértil na realidade as mantiveram na pobreza. 338págs. R\$60,00 - Editora Qualitymark



AS REGRAS DO JOGO

Plano Real: 1997-2000

Jorge Vianna M. Cód.85.225.0317-6

A economia brasileira tem sido um laboratório de experimentações que, se por um lado aparenta ser uma sucessão de lugares-comuns, por outro produz evidências sempre fascinantes como se desdobra o poder de governar. 308 págs. R\$31,00 Editora FGV



DOIS ESTUDOS PARA A MÃO ESQUERDA

Cabanagem - Guerrilha ou luta de massas

Renato Guimarães

Cód. 0205

O autor apresenta dois ensaios sobre episódio marcante da história brasileira do século passado, como reflexão dirigida aos jovens. 112págs. R\$14,00 - Editora Revan



CORRUPÇÃO E REFORMAS POLÍTICAS NO BRASIL

O impacto do impeachment de Collor
Keith S. Rosenn & Richard Downes
Cód. 85.225.0314-1

Como os outros fatores ligados ao impeachment permanecem ativos na vida social e política brasileira: uns com o testemunho de amadurecimento institucional, outros como dilemas não-resolvidos e portanto como focos potenciais de novas crises. 240págs. R\$34,00 - Ed. FGV



CAPANEMA

O ministro e seu ministério
Angela de Castro Gomes
Cód. 85.225.0323-0

O livro retoma eventos e debates ocorridos no primeiro governo Vargas e, em particular, tudo o que ele marcou nas complexas áreas da saúde, da educação e da cultura em nosso país. 276 págs. R\$25,00 Editora FGV



GLOBALIZAÇÃO E GLOBOBAGENS

Verdades e mentiras do pensamento econômico
Paul Krugman
Cód. 20412-1

O autor comenta como pensamentos econômicos provocam o aumento desenfreado do desemprego, fala sobre especulação financeira, crescimento econômico, administração empresarial. 224 páginas. R\$39,00 - Editora Campus



O APAGÃO

Por que veio? Como sair dele?
Luiz Pinguelli Rosa
Cód. 6227-7

O livro reúne vários artigos publicados pelo autor sobre a gestação da crise de energia que atinge hoje a população brasileira, afligindo as famílias e abalando a perspectiva de desenvolvimento econômico e social do país. 125págs. R\$15,00 - Ed. Revan



O FIM DA URSS E A NOVA RÚSSIA

De Gorbachev ao pós-Yeltsin
Angelo Segrillo
Cód. 85.326.2393-X

As fases da Perestroika, o processo de privatização e ida ao capitalismo da Rússia na década de 1990, além de diversas outras informações da época atual. 152págs. R\$12,50 - Ed. Vozes



QUE BRASIL QUEREMOS?

Depois de 500 anos
Leonardo Boff
Cód. 85.326.2328-X

A forma como o novo Brasil trabalha criativamente esse drama poderá oferecer uma colaboração inestimável à Humanidade unificada na casa comum, no planeta Terra. 128págs. R\$12,00 - Editora Vozes



DOMINAÇÃO PELA FOME

Economia política do abastecimento
Miranda Neto
Cód. 00124

A fome em meio à abundância constitui o maior escândalo nas sociedades atuais. 136págs. R\$9,90 - Forense Universitária



DESMONTE DA NAÇÃO

Ivo Lesbaupin (Org.)
Cód. 85.326.2174-0

O governo FHC prometia levar o Brasil à modernidade e ao desenvolvimento, mas vem produzindo um desastre - é a análise da obra. 200 páginas. R\$17,60 - Editora Vozes



ESTADO FEDERATIVO E POLÍTICAS SOCIAIS:

Determinantes da descentralização
Marta Arretche
Cód. 85.7106.194-7

A autora analisa as relações entre o jogo político-institucional e os resultados de políticas de governo. 304págs. R\$29,00 - Ed. Revan



NO TEMPO DE VARGAS

Memórias, reflexões e documentos
Francisco Antonio Dória
Cód. 0075

É um livro indispensável a todos os que se interessam por conhecer a política brasileira deste século. 170págs. R\$16,00 - Ed. Revan



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro
Cód. 517

Diários da guerrilha cubana são revelados com todos os bastidores da Revolução. Reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes inéditos. O prof. Emir Sader (Unesp) faz a apresentação. 306 páginas. R\$34,00 Oficina do Autor



BRIZOLISMO

João Trajano Sento-Sé
Cód. 225.02862

Leitura indispensável para quem se interessa pela história contemporânea do Brasil. 365 páginas. R\$31,00 - Editora FGV



AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Estratégias de bem-estar e políticas públicas
Maria Lúcia W. Vianna
Cód. 0156

As políticas implantadas pela ditadura entre 1964 e 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter antidemocrático. A autora busca identificar os fatores de natureza política que vêm produzindo barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256págs. R\$30,00 - Editora Revan

REPORTAGEM



HAVANA - DEZEMBRO DE 1999

Emílio Azevedo
Cód. M 0268

Conheça a vida comum na capital cubana, em uma reportagem competente e atrativa. 145 páginas. R\$19,00 Editora Multitexto

SOCIOLOGIA



GLOBALIZAÇÃO

Teoria social e cultura global
Roland Robertson
Cód. 85326.2247-X

Mostra como a cultura tornou-se questão contestada globalmente. Por que concepções rivais de uma "ordem mundial" têm consequências políticas e econômicas. 312págs. R\$32,00 - Ed. Vozes



OS ARGONAUTAS DA CIDADANIA

A sociedade civil na globalização
Liszt Vieira
Cód. 5949-8

O autor propõe a reinvenção dos conceitos de democracia, de cidadania e de sociedade civil de modo a servir de base à construção de uma política eficaz contra a globalização hegemônica, neoliberal. 405 páginas. R\$38,00 - Editora Record

SAÚDE



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM

Uma Abordagem Natural
Michael T. Murray
Cód. 20310-0

O autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188págs. R\$29,00 - Editora Campus



MENOPAUSA

Uma Abordagem Natural
Michael T. Murray
Cód. 20311-0

Tire proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais. Uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. 224 páginas. - R\$29,90 - Editora Campus



O LIVRO DA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS

Várias Autoras
Cód. 2210

O livro serve de instrumento na coordenação de ações conjuntas entre mulheres que trabalham por justiça social. 356 páginas. R\$26,00 - Editora Pallas

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____ Profissão: _____
Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

- () Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
() Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____

Cartão Validade até ____/____/____

Nº _____

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO, SEM PARCELAMENTO (inclusive em cheque)

Data: ____/____/____

Assinatura do comprador

CADERNOS 234

Os preços estão sujeitos a alteração
VALIDADE: até durar o estoque

CÓDIGO	QUANT.	FRETE	TOTAL R\$

Preencha em letra de forma e envie para a
Editora Terceiro Milênio Ltda.
Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-080
Tel.: (0XX21) 221-7511 - FAX: (0XX21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - http://www.etm.com.br

ATENÇÃO: O frete será cobrado à parte no valor de R\$2,50 por livro e o prazo máximo de entrega em 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e nos pedidos acima de 10 exemplares.



	COMPRA	\$	VENDA
AR US\$	2 50		260
L AUSTRAL	1,24		1,4
OL CANADA	1,50		1,7



Números contestam
estabilidade e revelam
empobrecimento
da população



Ano e dúvidas do

Real

Álvaro Queiroz

O SALDO DE SETE ANOS DO PLANO REAL FOI altamente positivo, segundo peças publicitárias que o governo mandou inserir em amplos espaços da grande mídia, sem esquecer-se das referências ao consumo de frango, iogurte e de pãozinho, promovidos a "ícones de uma época de avanços no poder aquisitivo".

Os dois anos do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, de fato, foram de euforia e incremento da demanda, graças à pletora de dólares que estimulou o crédito para o consumo e contribuiu para lastrear o real, enquanto se fazia possível a sua supervalorização, até meados de 1997. Estabilidade monetária, o dólar inferiorizado diante do real, salário-mínimo com poder de compra em ascensão, mas limitado à cesta básica, consumo generalizado, inclusive de bens duráveis e produtos de certa sofisticação. A mídia sugeria que as classes economicamente desfavorecidas haviam, afinal, encontrado o paraíso. Ai de quem ousasse fazer o uso da razão e tentasse antever um futuro de complicações a partir das inconsistências da política econômica e do que se desenhava no horizonte do projeto neoliberal.

Hoje, apenas o governo, mesmo desanimado, festeja a façanha interrompida, mas sem o coro espontâneo da mídia, nem o entusiasmo dos comensais de frango e iogurte.



O entusiasmo popular cedeu espaço para algumas reflexões na campanha eleitoral de 1998. Mas o presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu despolitizá-la, mesmo diante da grave crise cambial que resultou na primeira maxidesvalorização da moeda nacional e na fuga de 52 bilhões de dólares, o que reduziu as reservas cambiais a 19 bilhões no início de 1999.

O eleitorado já mostrava sua desconfiança, pois o presidente reelegeu-se pelos chamados "votos válidos". Importa lembrar que o resultado do pleito acusou em primeiro lugar o conjunto de abstenções e votos nulos e brancos, correspondentes a 40% do eleitorado; em segundo lugar, o presidente reeleito, com 34%, e os 26% restantes distribuídos entre os demais candidatos. FHC obteve, então, a credencial das umas para perseverar na abertura econômica e comercial, na desregulamentação financeira, liberdade do capital estrangeiro, na chamada reforma patrimonial (leia-se privatização) e na internacionalização de importantes espaços geoeconômicos, hoje ocupados pelas transnacionais.

Da maxidesvalorização do real, consumada em 1999, até hoje, tem sido uma crise só, que se vem desdobrando em fases de gravidade crescente, com inflação reprimida, endividamento externo de alto custo e uma dívida pública interna hoje superior a 620 bilhões de reais. Somada à dívida externa, o montante em moeda nacional é superior a 1,3 trilhão, para um Produto Interno Bruto que no ano passado mal chegou a 1,080 trilhão de reais. Para além dos sete anos do Plano Real, o déficit em transações correntes está próximo dos 30 bilhões de dólares; a amortização da dívida externa até o fim do ano exigirá 40 bilhões; os investimentos diretos serão insuficientes para cobrir o déficit em conta-corrente; a oferta de crédito externo se retrai e o risco-país se eleva. A moeda nacional sofre constantes desvalorizações. Tapar o rombo externo só é possível com a emissão de novas dívidas e o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Não obstante, o governo insiste no mito da "estabilidade". Os gráficos im-

pressos nas páginas seguintes, baseados em dados levantados e divulgados por insuspeitos órgãos governamentais, revelam uma realidade bem diferente daquela que o governo insiste em apresentar como sendo as suas grandes realizações. Eles contam melhor a história de sete anos de um modelo econômico que empobrece o país e aprofunda a dependência externa.

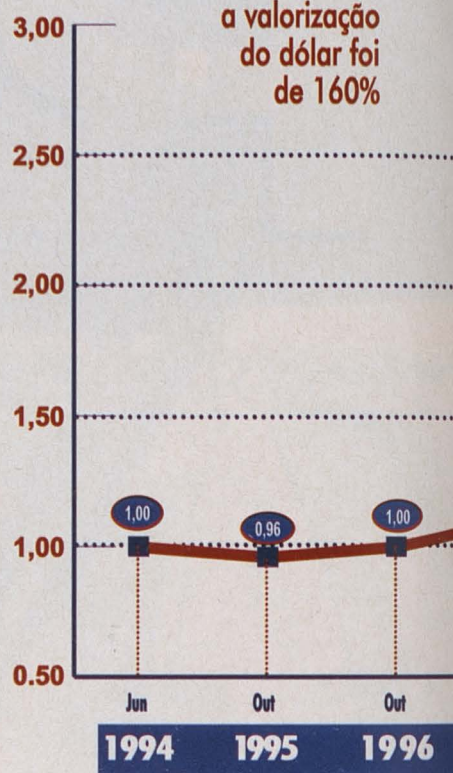
São amplamente conhecidos os caminhos que o governo tem feito o Brasil percorrer até os impasses atuais, todos eles inibidores das atividades econômicas reais – da produção de bens e serviços, da criação de riqueza e do aumento do emprego e da renda.

A abertura econômica, acompanhada de subsídios cambiais, expôs as empresas nacionais a uma competição perversamente desigual. Muitas delas foram absorvidas pelo capital estrangeiro. A chamada reforma patrimonial acelerou a internacionalização da economia nacional. A supervalorização (artificial) do real acentuou os desequilíbrios do balanço em conta-corrente e o processo de endividamento interno e externo.

A incumbência de conduzir a economia do país, Fernando Henrique Cardoso a transferiu para o FMI e para o Banco Mundial (Bird), que nos submetem a permanentes ajustes internos e externos insustentáveis.

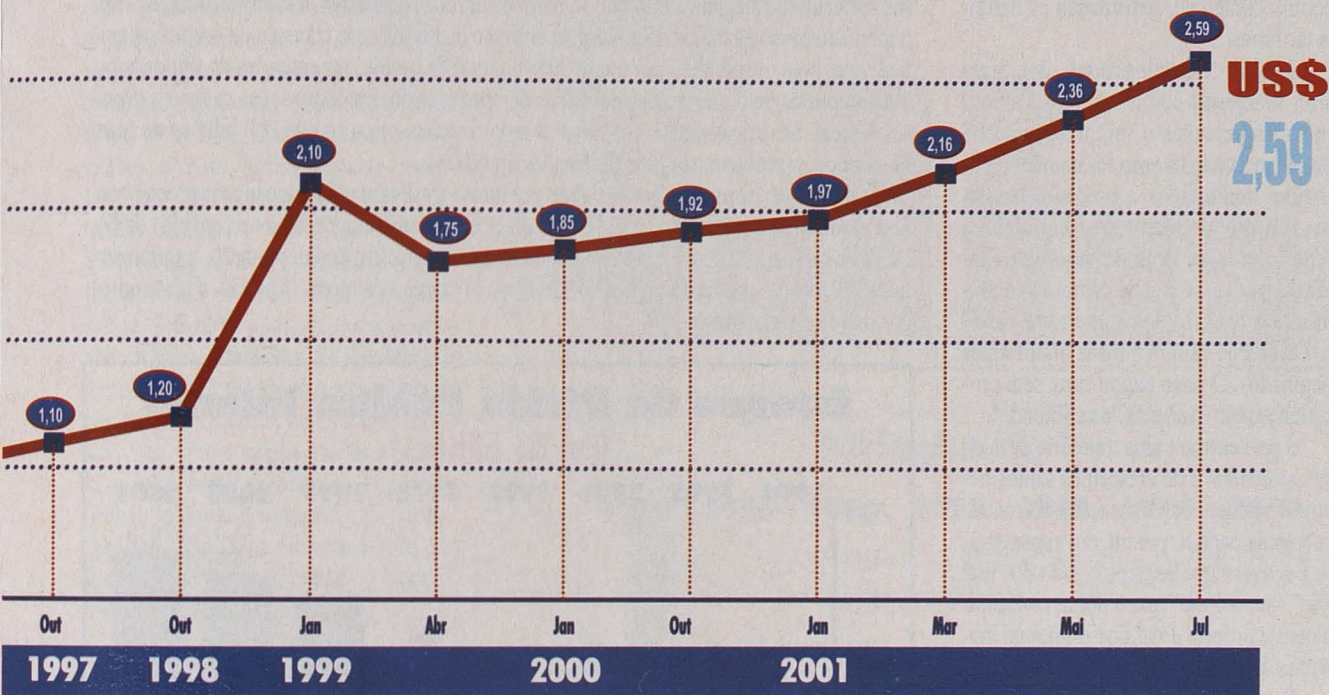
Por fim, a crise de energia, fruto das políticas adotadas pelo governo, surge como a maior ameaça à indústria brasileira. Podem os empresários do setor secundário se preparar, desde já, para pressionar o governo a alterar rumos e prioridades ou, então, para produzir a custos crescentes, o que os impedirá de promover competição externa vantajosa. Crédito caro e limitado, tanto para investimento, quanto para o consumo; empenho em transferir para transnacionais o que ainda nos resta de patrimônio público; endividamento interno e externo que esteriliza a poupança que deveria ser canalizada para investimentos, e a desorganização ininterrupta da nossa base produtiva são variáveis de um modelo que condena o país ao retrocesso.

A evolução da taxa de câmbio (real/dólar) de julho de 1994 a agosto de 2001. Neste período a valorização do dólar foi de 160%



O governo do presidente FHC transferiu para o Banco Mundial e para o FMI a incumbência de dirigir os destinos da economia brasileira

Retrato sem retoque da estabilidade



MUITOS ECONOMISTAS, até mesmo os intelectualmente mais honestos, creditam ao Plano Real e ao presidente FHC "o grande mérito de haver extinguido uma inflação de milhares por cento ao ano" que afetava o Brasil até o começo dos anos 90. Na verdade, não é bem assim.

O mal foi apenas amenizado, às custas de artifícios que incorporaram a taxa de câmbio como instrumento de política monetária e não mais de ajuste do balanço de pagamentos. Excedentes comerciais e na conta-corrente do balanço das contas eram coisas de um passado que não voltaria, proclamava o então presidente do Banco Central, Gustavo Franco. Importa-

va, sim, a profusão de recursos em dólares que passava a entrar no país, graças ao prestígio do governo e à eficácia do Plano Real. E as dezenas de bilhões de dólares foram se internando sob as formas de empréstimos fáceis e aplicações em títulos do governo e no mercado de ações – capitais voláteis que se retirariam mais tarde em demanda de praças mais seguras. Para atrair tais recursos, o governo oferecia taxas de juros generosíssimas e estimulava o mercado de Bolsa.

Isso não podia ir muito longe (e não foi), porque não se tratava de excedentes das nossas transações externas, mas de recursos que mais cedo do que se esperava tiveram de ser devolvidos. É bem verdade, sob a forma de fuga. De repente, evapo-

rou-se o lastro da moeda, que permitiu, nos primeiros dois anos do Plano Real, a cotação de um dólar por R\$0,84 a R\$0,98. Por essa variação, a taxa de câmbio permaneceu praticamente fixa de 1994 até começo de 1997. Festejou-se a farra do consumo. Quando essa relação real/dólar começou a deteriorar-se, o Banco Central apelou para variações da taxa de câmbio pelo regime de bandas estreitas, mais tarde alargadas.

E em 1997, a paridade real/dólar chegou a R\$1 por US\$1. Daí para a frente, desvalorizações em percentuais cada vez maiores. Mas aqueles dólares, que chegaram a 72 bilhões, não eram nossos e teriam de ser devolvidos aos verdadeiros donos, a partir da constatação de que o



real estava supervalorizado. A fuga desses capitais começou a engrossar em 1998, para atingir o seu auge no ano seguinte. Intensificou-se a debandada de dólares, e as reservas cambiais ficaram reduzidas a magros 19 bilhões de dólares.

Simultaneamente ao artifício do real supervalorizado, o governo promoveu a abertura comercial, derrubando as barreiras tarifárias.

O dólar "desvalorizado", por outra parte, funcionou como subsídio, estimulou as importações e inibiu as exportações. O mercado interno foi inundado por produtos importados a preços subsidiados. E a oferta externa foi acrescida da oferta interna de bens de fabricação nacional, que a taxa alta de câmbio não permitiu que fossem para o mercado externo. Os preços caíram a pisos nunca antes imaginados. O povo pagou caro, sem sentir muito, pela chamada "estabilidade".

O país entrou numa trajetória de déficits comerciais e de crescentes saldos negativos também nas transações correntes. A conta de capital, porém, era superavitária. Foi assim que se criou o mito do "real forte", "mais forte" que o dólar, confundido com o próprio dólar nos primeiros momentos do Plano Real.

A moeda nacional entrou em declínio mais acentuado em meados de 1998, mas a mistificação continuou, pois as desvalorizações não foram de todo repassadas à taxa de câmbio. Foi assim que o governo do real "extinguiu" a inflação.

Hoje, o dólar custa cerca de R\$2,50, ponto mais alto de uma corrida a partir de R\$0,84, em outubro de 1994. O governo ainda terá de incorporar à inflação as majorações das tarifas de serviços públicos hoje explorados por multinacionais e aumentos de preços de insumos e produtos importados.

A taxa de câmbio é um dos preços básicos da economia, e o gráfico (relação real/dólar) publicado na página anterior apresenta um retrato sem retoque da trajetória do real em sete anos. Nesse caso, de qual estabilidade se fala com tanta desenvoltura? ■

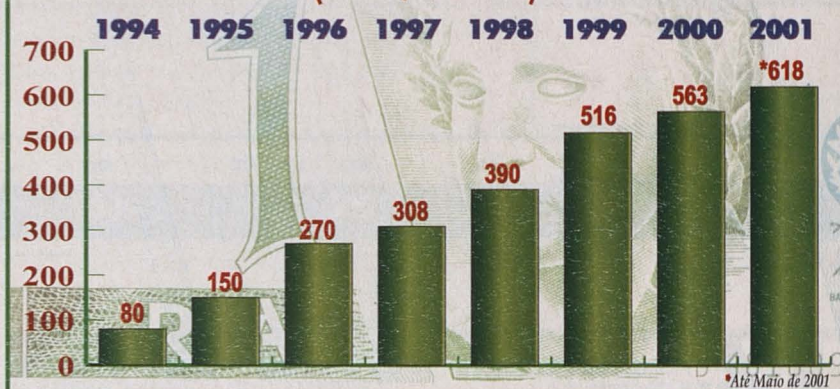
Dívidas em cascata

ATUALMENTE NA CASA DOS 620 BILHÕES DE REAIS, o estoque da dívida pública interna já acarretou encargos acumulados de mais de 330 bilhões, só em juros, entre 1995 e 1999. No final desse período, a dívida era de 516 bilhões de reais.

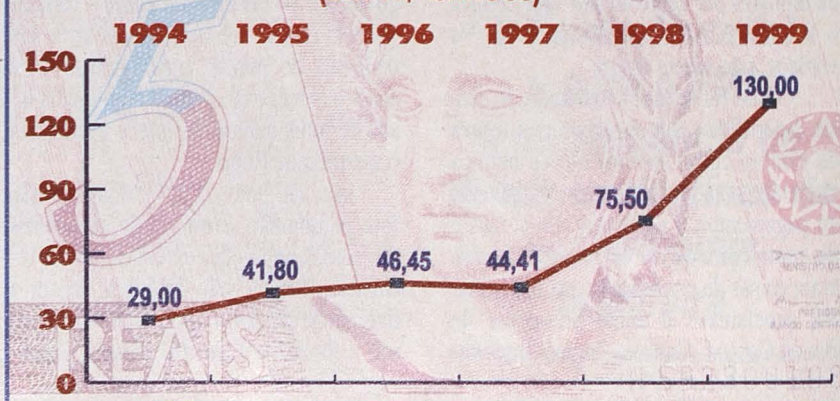
As principais determinantes de encargos de tal grandeza são as altíssimas taxas de juros aplicadas à rolagem. Logo que se manifestaram as primeiras desvalorizações do real, o mercado passou a exigir do governo a emissão de títulos com cláusula de correção cambial, que, hoje, respondem por quase 30% do total da dívida. As emissões de títulos cambiais impostas pelo mercado se devem às perspectivas de desvalorizações cada vez maiores do real. Se acrescentadas aos juros as amortizações, em torno de 200 bilhões de reais no período, o problema assume dimensões dramáticas.

Quando se afirma que parcela cada vez mais significativa da poupança nacional é refém da dívida do governo, o que se quer dizer com isso é que centenas e centenas de bilhões de reais alimentam e realimentam o circuito financeiro. Estão, portanto, inteiramente descoladas da produção de bens e serviços, da criação de novas riquezas, mais empregos, renda e crescimento. ■

Estoque da Dívida Pública Interna (Em R\$ bilhões)



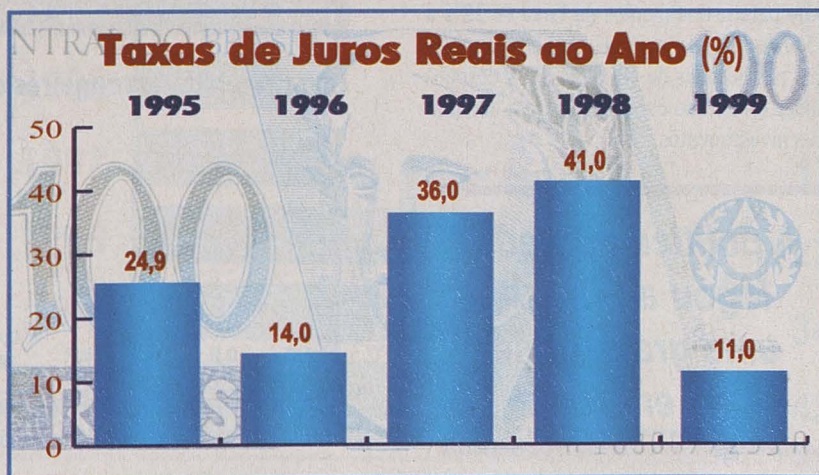
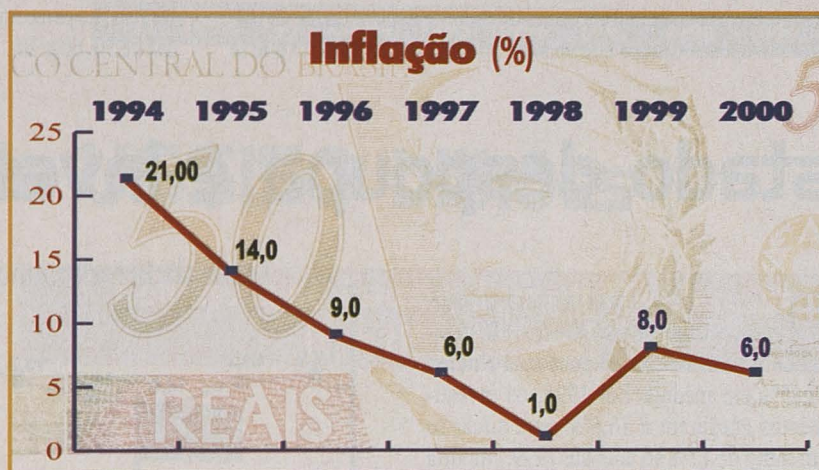
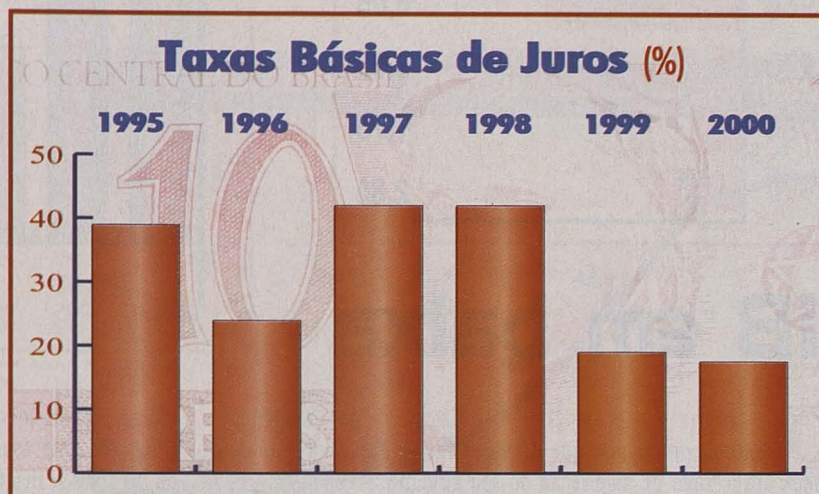
Gastos com Juros da Dívida Interna (Em R\$ bilhões)



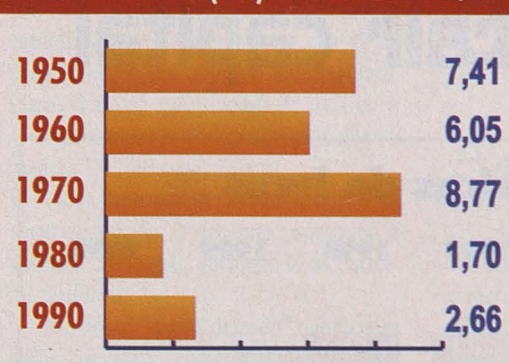
Juros altos para atrair capital

A DESPEITO DAS DESVALORIZAÇÕES do real e dos graves desequilíbrios nas contas externas, a inflação se manteve em queda acentuada, contrastando com a elevação das taxas de juros a patamares injustificáveis. O objetivo era assegurar alta remuneração ao capital estrangeiro aplicado em títulos, para evitar a sua fuga, diante das desvalorizações à vista, principalmente entre 1997 e 1999. As taxas básicas de juros (reais) alcançaram 36% em 1997 e 41%, no ano seguinte. Os índices de inflação foram de 6% e 1% respectivamente. Nos dois anos, as taxas nominais de juros foram de 42%. Ao mesmo tempo em que estimulava a entrada de capitais especulativos através dessas taxas, o governo continha o consumo, para manter baixa a inflação. Mas isso acabou inibindo o consumo e os investimentos produtivos no período, daí as baixas taxas de crescimento, próximas da estagnação econômica. ■

Ao mesmo tempo em que estimulava a entrada de capitais especulativos através dessas taxas, o governo continha o consumo, para manter baixa a inflação

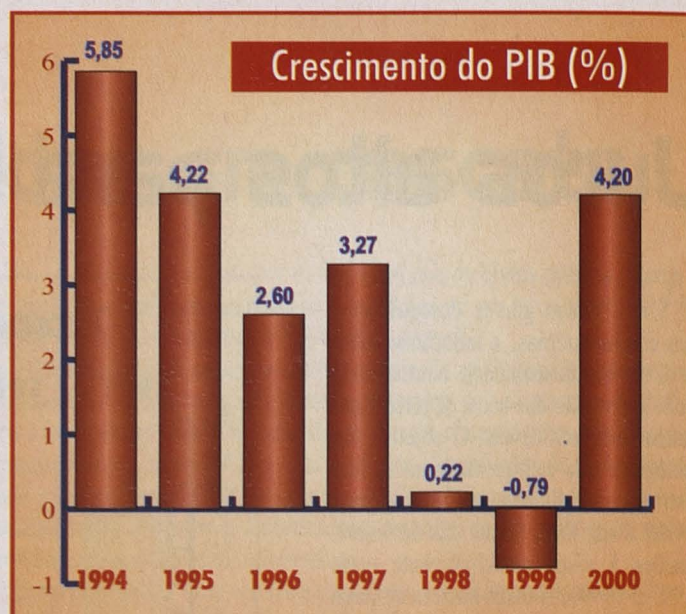


Taxas Médias de Crescimento Anual do PIB (%) - Décadas 50/90



PIB em baixa

O PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, em campanha eleitoral, proclamou que o ex-presidente Juscelino Kubitschek era a fonte de inspiração do seu governo. Acenou, assim, com o propósito de retomar o desenvolvimento do Brasil para fazê-lo crescer a taxas significativas e repetir a façanha de JK de realizar em apenas cinco o que só seria possível em 50 anos. O que se



viu, no entanto, foi o declínio do aumento do Produto Interno Bruto (PIB) em 1995, tomado por base o ano anterior. Nos anos posteriores, as taxas se mantiveram em declínio, e só em 2000 é que o crescimento do PIB se aproximou dos 4,22% de 1994. Tais percentuais em nada se parecem com os do crescimento médio anual nas décadas de 50, 60 e 70. ■

Estado despoupa e investimento cai

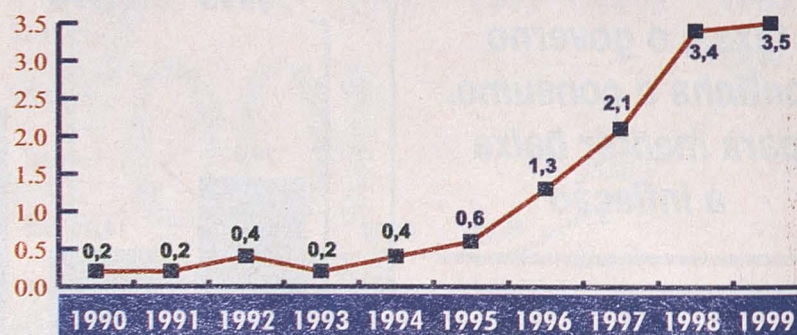
DE 1990 A 1994, a taxa média de investimentos caíra para 15,8% do PIB, aí incluída a contribuição da poupança externa (0,35% em média). Em 1995, os investimentos chegaram a 16,6%, para situar-se em torno de 17% ao ano, até 1999. Importa assinalar que a poupança interna contribuiu para investimentos na faixa de 22% a 25% do PIB, e a externa, com 2%, em média, nas décadas de 50, 60 e 70. A despoupança do Estado contribuiu para o declínio dos investimentos. ■

**A política adotada
legou ao Brasil
uma grave crise
de energia**

Taxas de Investimentos nos anos 90 - (% do PIB)

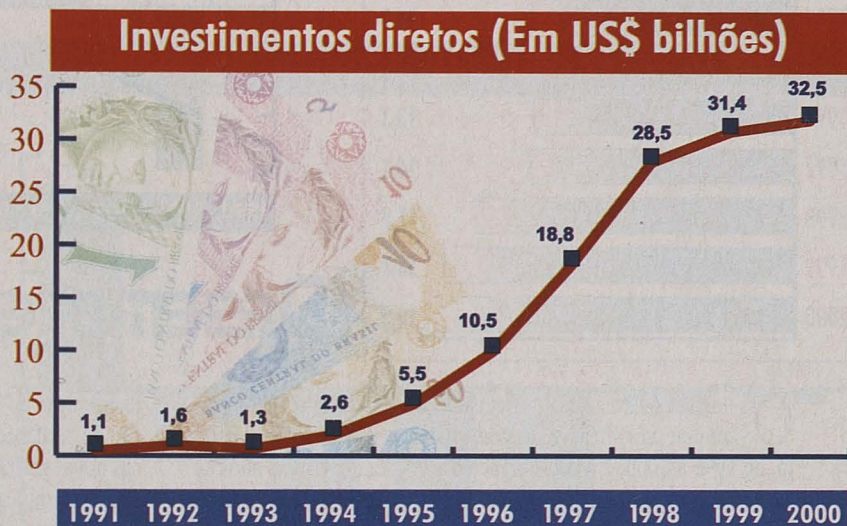


Investimentos estrangeiros como proporção do PIB - (%)



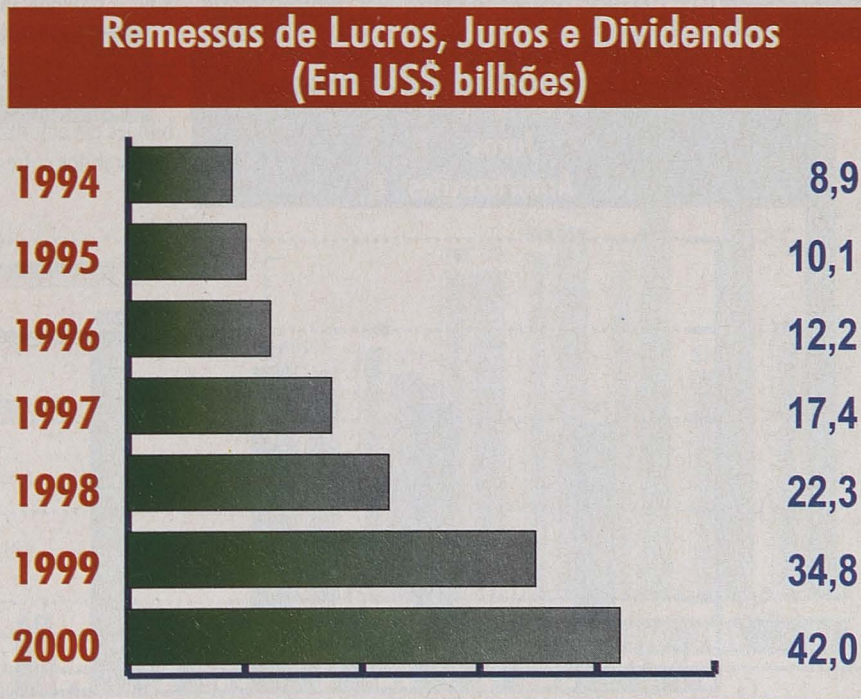
O capital que veio para desnacionalizar

OS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS pouco significavam até 1994, quando chegaram ao máximo de 2,6 bilhões de dólares. Mais do que dobraram em 1995, primeiro ano da era FHC, para aumentarem em proporções significativas nos anos seguintes. Mas o crescimento do Produto Interno Bruto não corresponde à versão do governo, segundo a qual esses investimentos contribuíram para o aumento da riqueza nacional. Na verdade, tais recursos foram canalizados para a compra de empresas estatais e privadas, de capital brasileiro. Contribuíram, assim, para a desnacionalização da economia e para a geração de encargos. Como tais recursos se concentraram na compra de estatais do setor de serviços, as remessas não puderam ser compensadas com receitas de exportações. ■



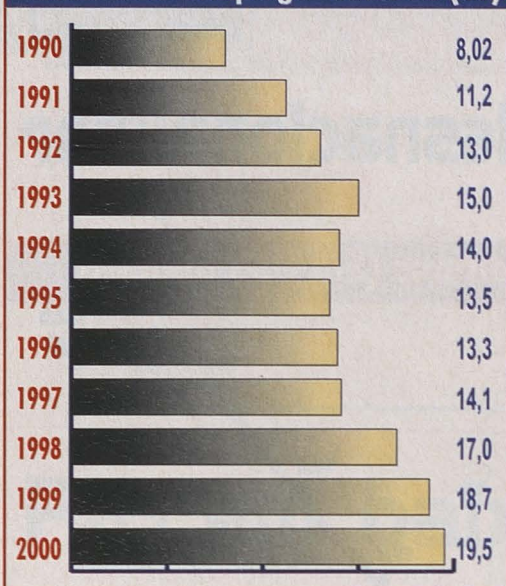
Remessas de US\$150 bilhões

ALÉM DE REDUZIREM A RIQUEZA NACIONAL, com a transferência de empresas estatais para as transnacionais, as privatizações geraram obrigações crescentes em remessas de lucros, juros e dividendos ao longo dos sete anos do Plano Real. Somadas as remessas anuais entre 1994 e 2000, o país sofreu uma sangria de 147,7 bilhões de dólares. ■

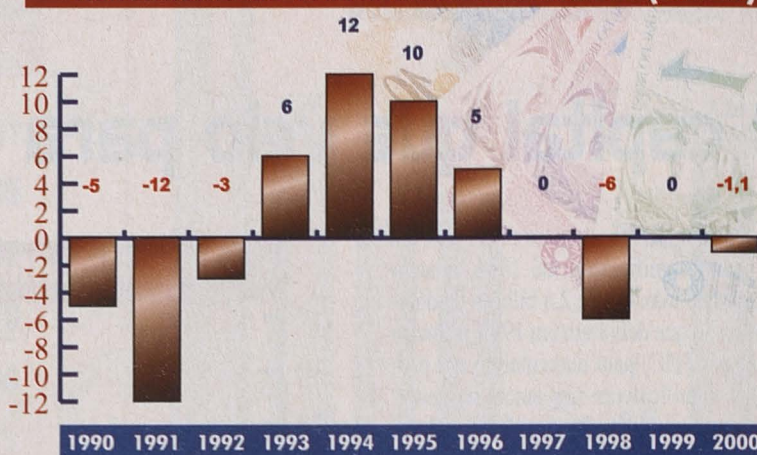


**Nem o presidente
teve ânimo
para festejar
o sétimo aniversário
do Plano Real**

Índice de Desemprego - Anos 90 (%)



Rendimento do Trabalhador nos anos 90 (Em %)



Desemprego e salários

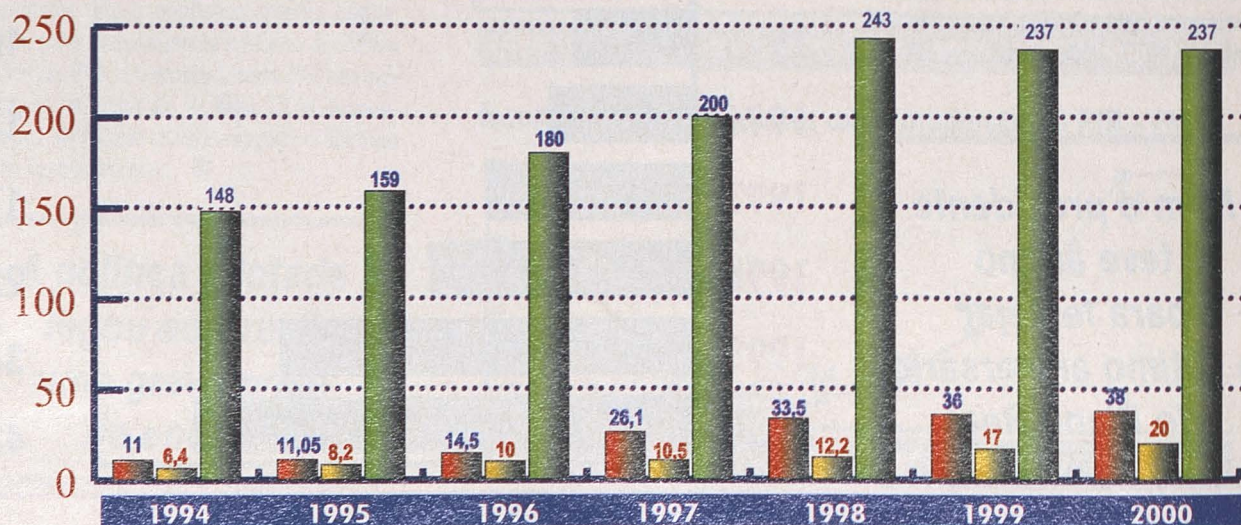
OS ÍNDICES DE DESEMPREGO registrados entre 1991 e 1995 agravaram-se até o final da década, quando o Produto Interno Bruto, de 1996 a 2000, cresceu em média 1,9% a.a., com dois anos de recessão – 1998, crescimento de apenas 0,22%, e 1999, menos 0,79% – induzida pelas altas taxas de juros, que inibiram tanto os investimentos quanto o consumo. As privatizações também resultaram em massas de desempregados, principalmente nos setores de

distribuição de energia elétrica e de telecomunicações. A substituição de fornecedores das antigas estatais por fornecedores globais nas novas gestões, por outra parte, reduziu os investimentos e gerou mais desemprego. A massa de salários comprimiu-se, não apenas devido ao desemprego, mas também em consequência dos salários menores que passaram a ser pagos aos novos trabalhadores que conseguiram ingressar no mercado de trabalho. ■

Dívidas explodem

Dívida Externa - (Em US\$ bilhões)

Estoque ■
Juros ■
Amortizações ■



AUMENTO DOS PASSIVOS EXTERNOS é uma das características do modelo neoliberal, onde quer que seja implantado. No Brasil, hoje, o seu montante já supera os 600 bilhões de dólares.

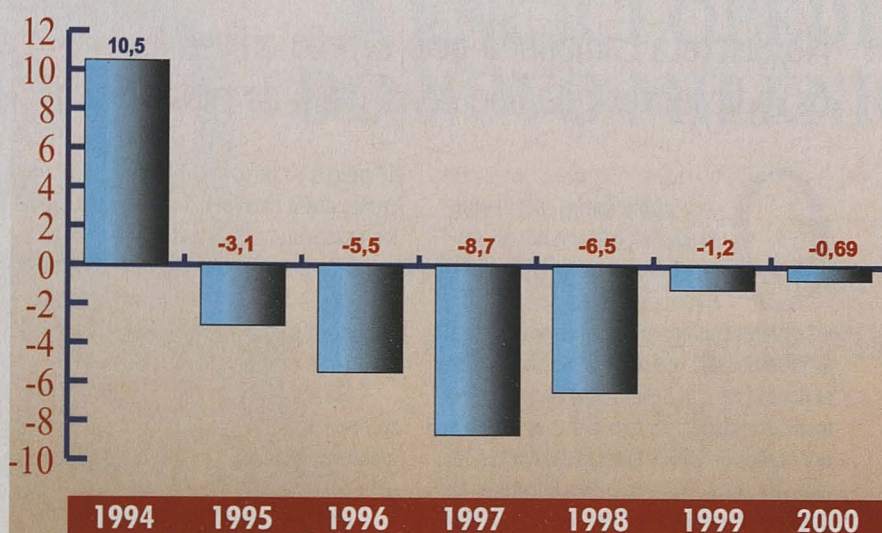
O gráfico mostra particularmente a evolução da dívida, cujos encargos acarretaram um dispêndio total de 255,46 bilhões de dólares nos sete anos do Plano Real – 170,16 bilhões em juros e 84,30 bilhões em amortizações. Por aí, grande parte do esforço brasileiro foi parar nos cofres dos bancos internacionais. ■

Déficits comerciais agravam quadro

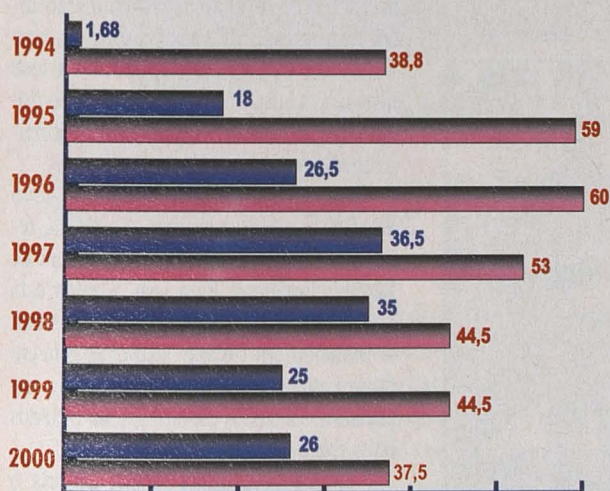
DURANTE OS QUASE 10 ANOS que antecederam a era FHC, o Brasil vinha apresentando superávits comerciais anuais na faixa de 10 bilhões a 15 bilhões de dólares, o que permitiu certo desfogo no balanço de pagamentos. A partir de 1995, os superávits na conta de mercadorias deixaram de ser importantes. Entendia o governo que era melhor para o país absorver significativa parcela de recursos disponíveis no mercado internacional de capitais, fáceis e a custos relativamente atraentes, do que os costumeiros superávits.

O presidente do Banco Central, na época, chegou a desdenhar da preocupação com excedentes comerciais e na conta de serviços, assinalando que os saldos negativos seriam compensados na conta de capital. Isso aconteceu, de fato. As reservas cambiais se avolumaram, mas a dívida externa aumentou e, com isso, elevaram-se os encargos externos do país. ■

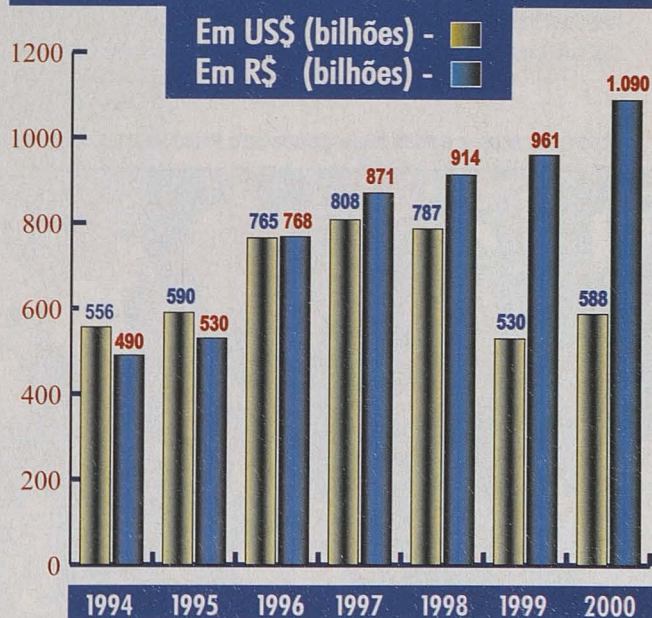
Balanco comercial - (Em US\$ bilhões)



Déficit em Transações correntes
Reservas cambiais



Produto Interno Bruto (PIB)



As fontes dos dados em que se baseou a confecção destes gráficos são: Banco Central do Brasil, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese)



O sucesso na versão governamental

Na discreta campanha pelo sétimo aniversário do real, o governo evitou citar os indicadores que não confirmam as proclamadas realizações do período

O GOVERNO DIVERSIFICOU AS PEÇAS publicitárias nas comemorações (discretas) do sétimo aniversário do Plano Real. Evitou as séries de indicadores macroeconômicos que não confirmam as proclamadas realizações no período para dar ênfase a indicadores sociais que destoam dos dados levantados e divulgados por órgãos da ONU. O texto de abertura de uma das peças começa com a afirmação de que com a volta do iogurte, do frango e do pãozinho (ícones de uma época de avanços no poder aquisitivo) à lista de compras dos brasileiros, "milhões de pessoas sentiram no estômago, de forma palpável, o que é ter uma moeda estável e uma inflação baixa sob controle". Atualmente, com a alta

de preços, o próprio feijão está sendo excluído dessa lista, bem como outros produtos essenciais na dieta de muitos brasileiros. Educação e saúde são outras realizações que o Informe Publicitário destaca — do percentual de crianças na escola à vitória dos genéricos.

No setor de telecomunicações, a ênfase recai sobre a "explosão na telefonia", creditada à substituição do modelo estatal pelo controle privado.

Essa "explosão" certamente teria acontecido muito antes da privatização, se as estatais do setor não tivessem sido vítimas da proibição de fazerem os investimentos necessários ao atendimento da demanda e as autoridades governamentais, tolerantes em face das irregularidades co-

metidas nos principais escalões das empresas, notadamente o mercado secundário de telefones, que chegou a ser quase institucionalizado.

Quanto às privatizações em geral, o governo não deveria ter permitido a divulgação da receita de "um incrível total de 100,4 bilhões de dólares". Incrível, decerto, por se tratar de mais de uma centena de empresas cujo valor real ultrapassaria a soma de dois trilhões de dólares, se doadas ao capital privado, estrangeiro em particular, não fosse a intenção do governo.

Por fim, a atual crise de energia elétrica teve as suas origens atribuídas "à dura estiagem que vem secando os reservatórios das hidrelétricas — responsáveis por 90% da geração de eletricidade no Brasil — nos últimos anos". Divulgado não faz muito tempo, o relatório da comissão incumbida de identificar as causas da crise no setor é um formal desmentido à tese oficial. A causa básica foi, segundo o documento, a falta de investimentos, principalmente na geração de energia.

Diz a peça publicitária que "o novo desafio do governo é ampliar a oferta, reduzindo cada vez mais a dependência de fatores climáticos. Para isso, a saída está no petróleo e no gás natural que alimentam as termelétricas". Isto é: a solução está em fatores escassos internamente, por isso importados e a custos elevados, com pesados ônus sobre o balanço de pagamentos.

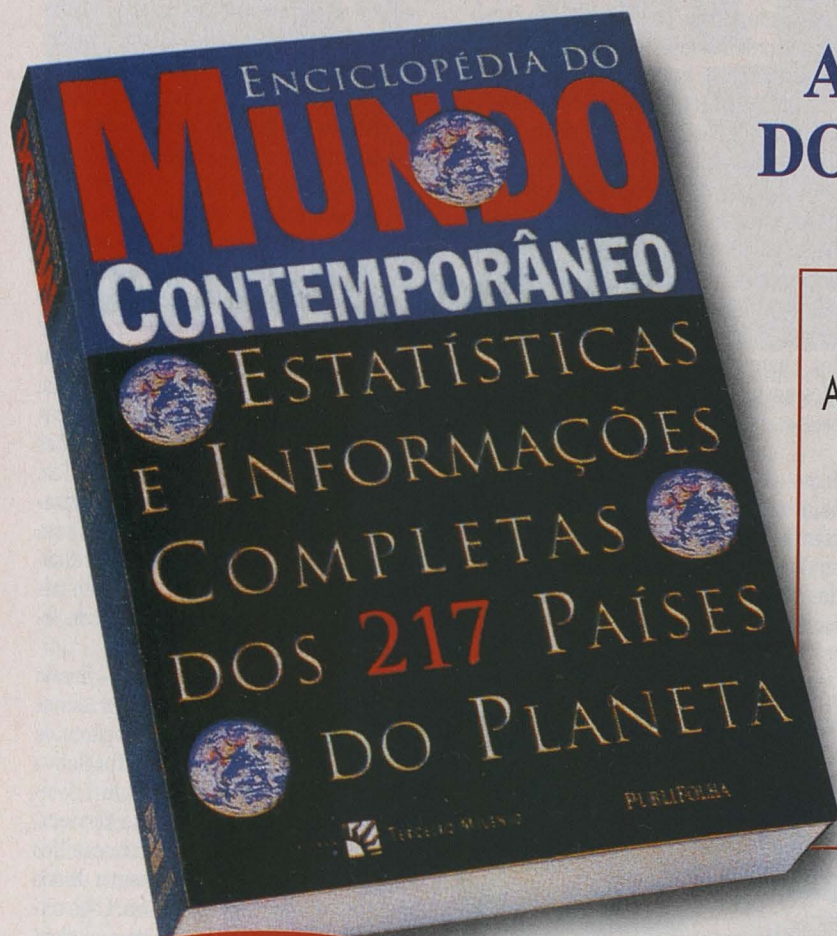
O governo, dessa forma, decreta o fim da era da energia abundante e barata no Brasil. ■

Após sete anos, a euforia inicial gerada pelo Plano Real deu lugar a protestos e descrença



OFERTA ESPECIAL

VOLTA ÀS AULAS!



Preço normal: R\$54,00
Promoção: R\$45,00*

*Frete não incluído

A Enciclopédia do Mundo Contemporâneo é um livro completo e atualizado sobre os 217 países do planeta em pleno fim de milênio. São 628 páginas com um panorama da história, sociedade, economia e organização política de cada país. Mais de 220 mapas, estatísticas e análise dos grandes problemas contemporâneos. Uma fonte de consulta indispensável para estudantes e profissionais de todas as áreas.

A ENCICLOPÉDIA DO NOVO MILÊNIO

PREÇO NORMAL DA ASSINATURA ANUAL DA REVISTA + A ENCICLOPÉDIA
R\$126,00

PROMOCÃO VOLTA ÀS AULAS
À VISTA = R\$99,00

OU PARCELADO EM
2 x R\$52,00 = R\$104

*Promoção Volta às Aulas - Quantidade Limitada

Tel.: (0xx21) 2221-7511

Se preferir, faça o seu pedido por

Fax: (0xx21) 2252-8455

Ou pela internet

e-mail: etm@etm.com.br

www.etm.com.br

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

PUBLIFOLHA

Desconfiança abala o real em meio ao risco de estagnação

A crise cambial de 1998/99 resultou da insustentável supervalorização do real e suas seqüelas nas contas externas do Brasil. Tínhamos, então, reservas internacionais de 72 bilhões de dólares, um falso lastro da moeda nacional, pois a maior parte, cerca de 53 bilhões, eram capitais voláteis que rapidamente migraram para terras mais firmes.

A crise atual tem, como principais ingredientes, as dúvidas dos credores quanto à capacidade do país de honrar os seus compromissos externos e o complicador da crise econômica dos Estados Unidos, que contamina as economias européias e as do Sudeste Asiático, mais dependentes das exportações para o mercado norte-americano. O Japão, por sua vez, ainda não emergiu da crise, completando, assim, um cenário mundial que agrava as dificuldades dos países cujos governos abraçaram o credo neoliberal e aprofundam a dependência externa.

Essa é a grande diferença em relação à crise que culminou na primeira maxidesvalorização da moeda brasileira.

Há cerca de dois anos, a expectativa era de que a esperada recessão nos Estados Unidos seria compensada por uma era de

prosperidade das economias européias e japonesa. Mas o que se verifica, atualmente, é a economia mundial ameaçada por uma estagnação. Não estivessem os governos do Brasil e da Argentina, por exemplo, dispostos a perseverarem na tentativa de consolidarem o modelo já falido, teria soado a hora de deixarem um barco que se aproxima rapidamente de uma zona tempestuosa.

Em edições mais recentes de **cader-nos**, tivemos a oportunidade de chamar a atenção dos leitores para os obstáculos com os quais o governo vem se defrontando para fechar as contas externas, diante da persistência dos déficits no balanço em conta-corrente, devido à redução significativa dos fluxos de investimentos diretos externos e da preferência dos chamados investidores por aplicações nos mercados emergentes com problemas menos graves.

Causa estranheza, pois, que o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, haja confundido a atual crise cambial com uma simples "bolha especulativa", tendo ele adquirido a fama de ás no jogo dos mercados financeiro e cambial e de haver contribuído para o megaespecu-

lador George Soros ganhar rios de dinheiro nas arbitragens que nos anos 90 fizeram os países subdesenvolvidos mergulharem em graves crises.

O modelo econômico, que se fundamenta na liberalização dos mercados, na competição desigual entre fracos e fortes, na livre movimentação dos capitais, na privatização dos bens do Estado, na abertura das economias etc., funciona como camisa-de-força, a partir do momento em que se esgotam as opções que oferece como saídas das crises por ele próprio geradas.

O modelo empurrou o Brasil para um passivo externo que já acumula 400 bilhões de dólares. Seu custo anual está na casa dos 150 bilhões de dólares em amortizações e juros da dívida, remessas de lucros, dividendos e outras obrigações que tendem a pesar cada vez mais, na medida em que as transnacionais ampliam a sua ação sobre os mais importantes espaços geoeconômicos do país. Hoje, as opções se restringem a novas emissões de dívida, a créditos condicionados a mais privatizações – créditos estes escassos e caros para os países da América do Sul – e a facilidades para eles atraírem novamente capitais voláteis. São muito altos os custos do fechamento das contas externas.

O Brasil, particularmente, ostenta déficits expressivos em todas as contas do balanço de pagamentos. Na conta de mercadorias, até dezembro, a expectativa é de um saldo negativo perto de 1,5 bilhão de dólares, e, na conta de serviços, 28 a 30 bilhões. E para amortização dos compromissos relacionados com a dívida externa, precisará de 40 bilhões. O governo espera superávit na conta de capital, às custas de novos empréstimos para fechar o balanço de pagamentos. Mais dívida, portanto.

'Bolha' para esconder a crise

Baseado no pressuposto de que os movimentos no mercado de câmbio não passavam de "uma bolha especulativa", o Banco Central manteve por pouco tempo a livre flutuação do real. Inacreditável, pois ninguém melhor do que a

A crise argentina teve reflexos imediatos no mercado brasileiro, forçando a alta do dólar



Foto: AFP



Foto: Eliza Fiuza/ABr

A foto mostra a reunião, no Salão Oval do Palácio do Planalto, da Câmara de Gestão da Crise de Energia, da qual participam o presidente Fernando Henrique e vários ministros. O governo, que enfrenta grande desgaste junto à opinião pública por causa das medidas restritivas ao uso de energia elétrica, espera superávit na conta de capital, às custas de novos empréstimos para fechar o balanço de pagamentos

cúpula da Autoridade Monetária sabe quais são os compromissos internos e externos do país e da situação do balanço de pagamentos. Depois, passou a praticar intervenções que se revelaram infrutíferas. O dólar rompeu a barreira dos R\$2,50 e cedeu pouco para situar-se na faixa dos R\$2,37 a R\$2,49. Seria esse o piso estabelecido pelo mercado.

O BC desistiu de intervir, mas, numa atitude de "confrontação" com o mercado, anunciou que dispõe de seis bilhões de dólares para futuras intervenções, através de uma disponibilização de 50 milhões de dólares/dia ao longo dos próximos seis meses. O mercado, porém, considerou irrisória essa média. Bancos e empresas do setor produtivo querem remeter juros, lucros e dividendos, amortizar suas dívidas externas e se prevenir contra as desvalorizações do real. Quem pode demanda dólares para fazer turismo. Com ou sem intervenção, o mercado não obedece ao comando da Autoridade Monetária.

Ora, os dirigentes do BC não são neófitos em política cambial e em política monetária. Há de se convir, por conseguinte, em que a instituição, na verdade, trabalha no interesse dos ban-

cos e outros agentes do mercado, assegurando-lhes, não apenas moeda forte, mas também taxas muito altas de juros em reais e títulos indexados à taxa de câmbio. Essas políticas cambial e monetária chegam a ser escandalosas, porque são absolutamente incompatíveis com os verdadeiros interesses da nação. Uma farra que o país não tem condições de sustentar.

FMI adia o desfecho da crise

Com o empréstimo de mais 15 bilhões de dólares patrocinado recentemente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo brasileiro adia por mais algum tempo – até as próximas eleições – o "estouro" final do Plano Real. O presidente Fernando Henrique Cardoso e sua equipe econômica, claro, fazem todos os esforços no sentido de evitar, o quanto puderem, o agravamento da crise em plena campanha eleitoral. A verdade é que em 2002 os compromissos com amortizações da dívida externa estarão próximos dos 46 bilhões de dólares. Somados os 15 bilhões do FMI com os esperados 15

bilhões em investimentos diretos e mais cinco bilhões que o governo pretende buscar junto ao Banco Mundial (Bird) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o total é de 35 bilhões de dólares. Como das atuais reservas cambiais (37 bilhões de dólares), o governo poderá fazer uso de 17 bilhões, já que o piso dessas reservas caiu para 20 bilhões, por concessão do FMI. O Brasil disporá de 52 bilhões de dólares, inclusive para saciar a fome dos especuladores do mercado de câmbio.

No entanto, as necessidades de recursos externos devem chegar perto de 90 bilhões de dólares, uma vez adicionados os compromissos com as remessas de juros, lucros e dividendos. Mesmo se raspado o fundo do tacho das reservas, ainda serão necessários alguns bilhões de dólares para que o governo feche as contas externas.

Há, ainda, motivo para dores de cabeça adicionais: projeta-se para 2002 um estoque da dívida pública interna da ordem de 750 bilhões de reais. Somados os compromissos das duas dívidas, só ai tem-se a magnitude real do legado de dificuldades que ficará para o próximo governo. ■

Oriente Médio

Frustração palestina ativa a violência

A Intifada teve mais um episódio dramático no dia 10 de agosto: um terrorista suicida palestino detonou uma bomba em uma pizzeria em Jerusalém, matando 18 pessoas e deixando mais de cem feridos. A pizzeria Sbarro, situada no centro da cidade, estava lotada, pois era hora de almoço. O atentado, um dos piores dos últimos anos, voltou a acir-

Fotos: AFP



rar os ânimos entre palestinos e israelenses. O Movimento de Resistência Islâmica (Hamas) assumiu a autoria, informando que o militante suicida se chamava Ezzedin Al-Masri. O brasileiro Jorge Balaz, de 60 anos, morreu no atentado, e sua mulher, Flora, e sua filha, Débora, ficaram feridas. Pelo menos mais 15 pessoas foram internadas em estado grave.

O primeiro-ministro Ariel Sharon, que representa a linha dura da política israelense, convocou uma reunião do Gabinete de Segurança e no mesmo dia decidiu retaliar os palestinos, disparando mísseis contra uma delegacia da Autoridade Palestina (AP), liderada por Yasser Arafat.

A AP, que tem poderes administrativos sobre parte da Cisjordânia e da faixa de Gaza, condenou o atentado. "Sempre estivemos contra qualquer tipo de violência a civis", afirmou o ministro de Infor-

A mãe e a irmã do mártir que se imolou no atentado à pizzeria beijam a sua fotografia, enquanto um ar de pesar toma conta de Yasser Arafat, que vê, a cada dia, a sua autoridade ser mais questionada pela frustração das negociações com Israel

mação, Yasser Abed Rabbo. Mas ele culpou o governo israelense. "Acreditamos que Sharon é o único responsável pelo ciclo de violência," afirmou.

Os enfrentamentos e a espiral de violência entre Israel e os palestinos só poderão cessar quando ambas as partes se dispuserem a negociar seriamente, retomando o espírito dos Acordos de Oslo, assinados em 1993 por Yasser Arafat e pelos dirigentes israelenses Yitzhak Rabin e Shimon Peres. Estes acordos estabeleciam um cronograma de devolução aos palesti-



nos dos territórios ocupados por Israel e marcavam a data limite de 1999 para a criação do Estado Nacional Palestino. Entre os especialistas na política do Oriente Médio, cresce a convicção de que esta é uma condição indispensável para a paz e que, na medida em que os sucessivos governos de Israel protelam a entrega dos territórios ocupados à AP, só estão contribuindo para o desgaste dos moderados, liderados por Arafat. Os grupos terroristas lucram com a falta de definição da questão palestina, e a frustração que essa situação cria nos jovens, sobretudo nos mais religiosos, empurra-os a entregar a vida em prol da causa da libertação da sua pátria.

Em São Paulo, o grupo Shalom-Salam (paz, em hebreu e árabe), formado por judeus e palestinos, manifestou-se contrário ao atentado, reafirmando sua posição de que a convivência harmoniosa entre os povos só poderá vir com uma solução justa para ambas as partes. ■

China-Rússia

Histórico acordo de cooperação

Os presidentes da Rússia, Vladimir Putin, e da China, Jiang Zemin, assinaram em julho, no Kremlin, um histórico acordo de cooperação nas áreas comercial, econômica, científica, de transportes, técnica-militar e de energia nuclear, aproximando os países pelos próximos 20 anos. Proposto pela China, o tratado apresenta as preocupações de ambas as potências com a atual ordem mundial, dominada pelos Estados Unidos, e as obriga a se opor a essa hegemonia.

Putin e Zemin explicaram que pretendem defender uma ordem mundial justa e racional, sem se opor diretamente a uma nação ou a um grupo delas. Entre os 25 ar-

tigos do documento, consta o apoio russo à reivindicação da China de soberania sobre Taiwan e o apoio chinês à unidade nacional russa, frente aos movimentos separatistas chechenos. Os independentistas de Taiwan contam com a simpatia dos Estados Unidos, seu maior fornecedor de armamentos de alta tecnologia.

As duas nações também defendem o Tratado de Mísseis Antibalísticos, de 1972, como forma de manter a estabilidade mundial, evitando a corrida armamentista. O governo norte-americano considera esse tratado obsoleto e defende um plano de defesa antimísseis para o seu país. ■

O aperto de mão de Putin e Zemin sela o acordo histórico entre as duas potências asiáticas



União Européia

Ampliação para leste

A União Européia (UE) incluirá nos próximos 30 anos cerca de 30 países, com uma população de mais de 500 milhões de pessoas, mais do dobro da norte-americana e quatro vezes a do Japão. Isto ocorrerá com a incorporação de países do leste, permitindo o que está sendo chamado de "reunificação da Europa".

Segundo Javier Solana, ex-secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e atual represen-

tante da UE para a Política Exterior, a Europa terá "uma influência muito maior no mundo" com a incorporação prevista, embora o grupo passe a incluir países que por muito tempo foram "adversários potenciais". Solana acredita que a ampliação da União Européia também servirá para fortalecer a estabilidade do continente. "Nossos interesses estão tão entrelaçados que a única forma de resolver as diferenças será a via pacífica", afirmou. ■

França

Relatório compromete Chirac

A França continua acampanhando o escândalo da possível compra de passagens aéreas com dinheiro público pelo presidente francês Jacques Chirac, quando prefeito de Paris. Um especialista contratado por juízes franceses divulgou um relatório especificando os gastos, de um total de 2.839.189 francos (cerca de 378 mil dólares). Por enquanto, Chirac está protegido pela imunidade presidencial, mas o rumo das investigações já o comprometem perante a opinião pública e desgastaram a coabitação, o acordo político com o primeiro-ministro socialista, Lionel Jospin.

O relatório revela, além do valor, dados como destino e tempo de estada de cada uma das viagens feitas entre dezembro de 1992 e julho de 1995. Os pagamentos sempre foram feitos em espécie à agência Gondard Voyages de Neuilly. Em muitas das vezes, a identidade de Chirac e seus convidados era disimulada pelo uso de pseudônimos. Segundo o relatório, "o resultado é apenas parcial, pois os livros de caixa de 1989 a 1992 não foram encontrados e muitas faturas desapareceram".

Atingido também por suspeitas de corrupção, em casos de financiamento ilegal de campanhas de seu partido, o PRP, Chirac negou as acusações e aproveitou para atacar o primeiro-ministro Jospin, seu provável adversário nas eleições presidenciais de 2002. A decisão sobre o possível depoimento de Chirac à Justiça foi adiada para o final de setembro. A princípio, decidiu-se que não é da competência dos juízes franceses convocar o presidente para depor. O Conselho Constitucional afirma que somente a Alta Corte pode fazer esta convocação. Mas o procurador de Paris, Jean-Pierre Dintilhac, entrou com um recurso para revogar esta decisão, dando aos juízes a competência para a convocação. ■

Índia-Paquistão

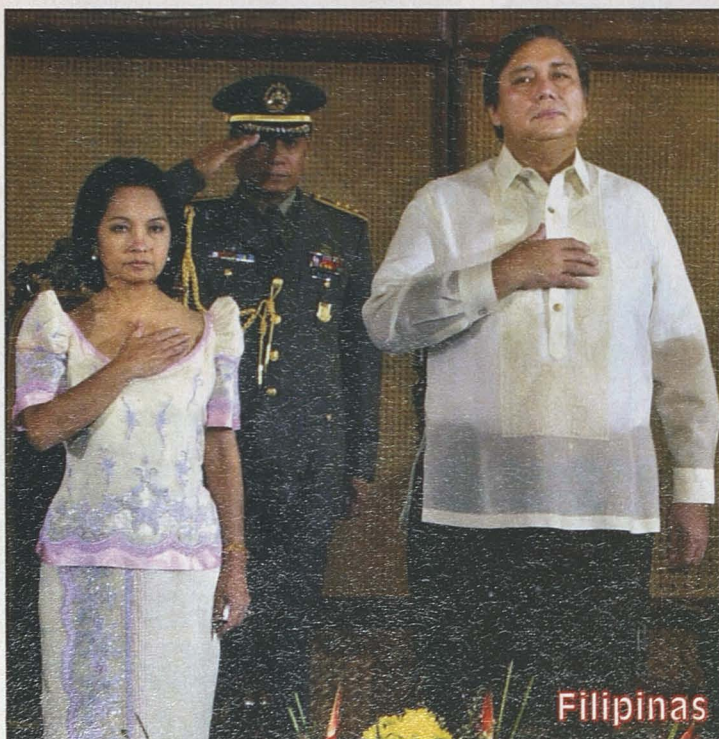
Cúpula fracassa

A reunião de cúpula dos dirigentes da Índia e do Paquistão, realizada em meados de julho, terminou sem nenhum acordo sobre a questão da Cachemira. A rodada extra de negociações sobre a região estava carregada de esperanças, mas acabou sendo improdutiva. As polêmicas foram tão grandes que o presidente paquistanês, general Pervez Musharraf, e o primeiro-ministro indiano, Atal Bihari Vajpayee, não emitiram sequer um comunicado com os resultados do encontro, como de praxe.

A Índia, país de maioria hindu, acusa o Paquistão de fomentar a guerrilha separatista na região, de maioria muçulmana. A Cachemira vem sendo palco de muitos conflitos, desde a independência dos dois países, em 1947. Em 1990, os conflitos voltaram a se agravar e milhares de pessoas morreram nestes 11 anos. ■



Milhares de cidadãos da Cachemira marcham com o corpo de Mustafá Khan, comandante do grupo separatista pró-Paquistão, Hizbul Mujahidin, em Goigam. Três militantes que estavam refugiados em um santuário muçulmano, entre os quais Khan, morreram em um confronto com as forças de segurança da Índia, em 30 de julho



A foto, de 23 de janeiro, mostra a presidente filipina Gloria Arroyo e seu marido José Miguel Arroyo durante cerimônia no palácio presidencial. A nova presidente pediu à promotoria pública que investigue as acusações de corrupção contra seu marido. Um assessor da Presidência acusa José Miguel de aceitar suborno de multinacional de telecomunicações para fazer 'lobby' conjugal

Iraque

França perde preferência comercial

O governo iraquiano anunciou que a França deixa de ser considerada sócio comercial preferencial, em função de seu apoio à proposta britânica e norte-americana de impor ao país "sanções inteligentes", substituindo o embargo econômico. As "sanções inteligentes" consistiriam em permitir um fluxo ilimitado de bens para o Iraque, com o reforço do embargo de armamentos.

Nas últimas três décadas, a França e a Rússia foram consideradas como principais sócios comerciais do Iraque, tendo prioridade nas licitações de contratos para desenvolver a indústria petroleira do país. O ministro de Comércio Exterior iraquiano, Mehdi Salé, anunciou que a decisão de Saddam Hussein inclui ainda recompensas aos países que apoiaram a posição iraquiana de que todas as sanções fossem levantadas imediatamente. "Os países que apoiaram o Iraque terão prioridade para obter contratos nas negociações comerciais com o país", assinalou o ministro. Além da Rússia, a lista de prioridades conta com Síria, Jordânia, Turquia, Índia e Malásia.

O embargo econômico ao Iraque foi imposto depois da ocupação do Kuwait, em 1990. A ONU afirma que ele só pode ser interrompido quando Bagdá se desfizer de todas as armas de destruição massiva. O Iraque insiste em que já cumpriu as condições impostas para o fim das sanções, e se nega a aceitar a visita de novos inspetores das Nações Unidas. ■

Refugiados

Recorde nada louvável

A Colômbia, a Chechênia e a Indonésia são os países que hoje apresentam o pior quadro em suas respectivas regiões em matéria de refugiados e migrantes internos. Esse foi o resultado de uma pesquisa desenvolvida pela Organização Não-Governamental Comitê dos Estados Unidos para os Refugiados (USCR, em sua sigla em inglês).

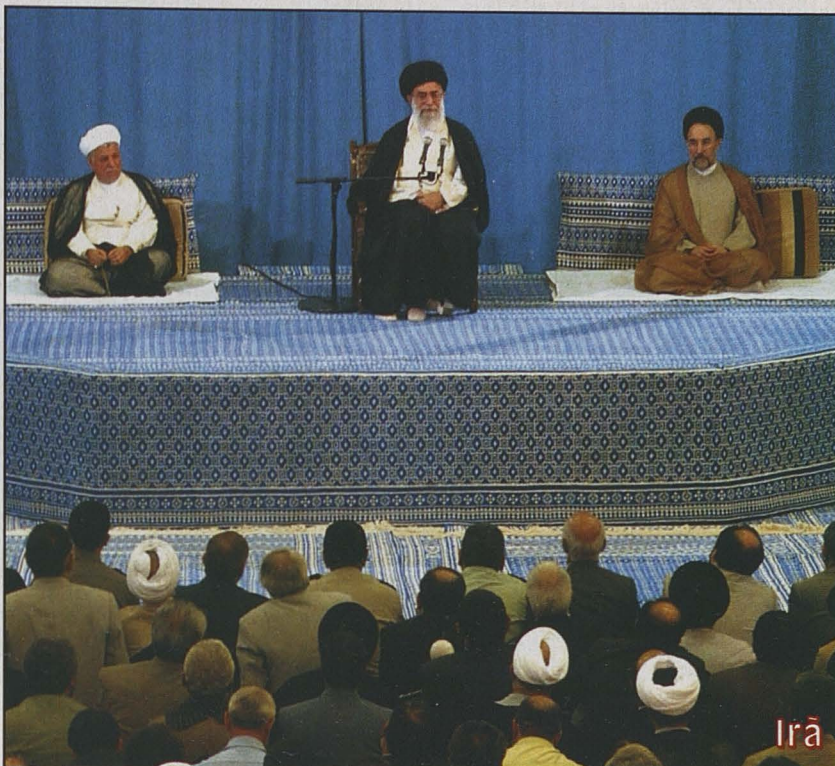
Em todo o mundo a quantidade de pessoas obrigadas a fugir de seus lugares de origem aumentou em quase cinco milhões nos últimos dois anos, atingindo a cifra de 35 milhões no final de 2000, seja como refugiados num país estrangeiro ou deslocados em seu próprio país.

Segundo a USCR, 315 mil colombianos fugiram da região que habitavam no ano 2000, elevando o número total de deslocados internos a 2,1 milhões.

Enquanto a guerra civil não acaba, 225 mil pessoas fugiram para outros países, como os Estados Unidos. Grande parte dos deslocados internos são negros ou indígenas. Especialmente afetados no último ano foram os agricultores de coca da região sulista de Putamayo, foco do Plano Colômbia, a campanha antiguerrilha do exército colombiano, com o apoio dos Estados Unidos.

“Os Estados Unidos podem destruir alguns cultivos de coca, mas ao preço de um imenso sofrimento humano e importante dano ambiental”, afirma Hiram Ruiz, especialista da USCR.

É contraditório que, em um momento em que aumenta no mundo o número de refugiados, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, enfrente a “pior crise financeira em mais de uma década”. Os países patrocinadores só doaram 900 milhões de dólares de sua cota anual, 100 milhões a menos que o necessário para o bom desempenho dessa agência da ONU. ■



Irã

Ao centro, o líder supremo do Irã, aiatolá Ali Khamenei, na solenidade em que decreta o início do segundo governo do presidente Mohamed Khatami (à sua esq.), reeleito com 77% dos votos no início de junho. Khatami, de linha moderada e considerado modernizador, tem enfrentado a oposição do clero mais conservador, mas goza do apoio da opinião pública. À direita de Khamenei, está o ex-presidente Ali Akhbar Rafsanjani, agora líder do Conselho de Guardiães

Sri Lanka

O leite vale ouro

O custo mensal do leite em pó para alimentar uma criança supera a receita familiar da metade da população do Sri Lanka, como consequência da privatização e da importação de quase 80% dos produtos lácteos. Neste país insular do oceano Índico, uma família com um filho de cinco anos necessita de no mínimo 10 pacotes de leite em pó por mês, que custam 13,2 dólares. Nos últimos seis anos, desde que o Sri Lanka iniciou a liberalização de sua economia, o preço do leite em pó aumentou mais de 100%.

Em 1981, o governo privatizou a produção de leite, fechando o Conselho Nacional Leiteiro e assinando um acordo com a companhia multinacional de origem suíça Nestlé, com o objetivo de desenvolver a indústria láctea. Duas décadas depois, o monopólio multinacional é acusado de ter liquidado essa in-

dústria nacional. A produção dos pequenos produtores era eficiente antes da privatização. A indústria local atendia de 70 a 80% das necessidades nacionais de leite. Com a privatização, essa participação caiu para 33% em 1986 e a 18% em 2001.

Metade dos 19 milhões de habitantes da ilha tem uma receita mensal familiar inferior a oito dólares, segundo dados oficiais.

O Movimento de Mães para Combater a Desnutrição acusou o governo e as multinacionais de colocar em perigo a saúde da população e vender leite em pó a preços exorbitantes.

Em 1994, mais de 60% das crianças menores de cinco anos do Sri Lanka sofriam de desnutrição, segundo estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência (Unicef). ■

Porto Rico EUA mantêm bombardeios

A prática de tiro das Forças Armadas norte-americanas em Vieques, Porto Rico, será interrompida somente em 2003. Apesar do referendo realizado em 29 de julho na ilha porto-riquenha, no qual quase 70% dos porto-riquenhos se pronunciaram pela retirada imediata dos militares norte-americanos, o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, confirmou a decisão de interromper os bombardeios apenas em 2003. (O plebiscito teve comparecimento de 80% dos eleitores.)

Analistas criticaram a decisão de Bush, acusando-a de total falta de lógica. "Se o bombardeio é algo negativo, deve ser interrompido imediatamente", afirmou a comentarista norte-americana Mary McGrory.

A ilha de Vieques é utilizada como principal centro de prática de tiro da Marinha norte-americana desde a década de 40 (ver **cadernos do terceiro mundo** nº 219). Os 10 mil habitantes temem as consequências dos exercícios militares no meio ambiente, indústria pesqueira e, principalmente, na saúde. Pesquisadores acreditam que a exposição aos fortes ruídos aumenta o risco de problemas cardíacos. A polêmica aumentou a partir de 1999, quando uma bomba de exercício provocou a morte de um habitante de Vieques. O movimento de resistência cresceu muito nos últimos 18 meses, e cerca de 700 pessoas já foram presas em protestos contra a presença dos militares norte-americanos. ■



Nicarágua

Um camponês de Villanueva, Nicarágua, se empenha em encontrar alguma produção no seu milharal, ameaçado pela intensa seca que atinge o país. Villanueva, a 130 km da capital, Manágua, é um dos 40 municípios mais atingidos pela seca na América Central. O Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas tem um registro de 470 mil pessoas afetadas pela seca na Nicarágua

Chile

Sem trégua para Pinochet

Apesar da decisão da Corte de Apelações de Santiago, Chile, de interromper temporariamente o processo contra o ex-ditador chileno Augusto Pinochet, alegando incapacidade mental, o general não terá descanso. O juiz espanhol Baltasar Garzón afirmou que o processo de genocídio, torturas e terrorismos continuará aberto na Espanha, assim como o pedido internacional de captura. "Aqui não vemos Pinochet como louco", declarou Garzón.

Os advogados de acusação preparam um recurso de queixa contra a sentença, para ser apresentado na Corte Suprema chilena. Segundo eles, a suspensão do processo é ilegal e abusiva,

pois os juízes aplicaram a Pinochet normas que só entrarão em vigor no país em 2004.

No Chile, os promotores também já se preparam para novas ações, como solicitar mais exames médicos, pedir a anulação da sentença e, em última instância, recorrer aos tribunais internacionais através da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Enquanto isso, o ex-ditador chileno, de 85 anos, é obrigado a se manter afastado de toda função política no seu país. Qualquer atuação que revele plenas faculdades mentais será seguida imediatamente por uma petição de reabertura do processo, que dificilmente seria recusada. ■



Guatemala

Manifestantes queimam equipamento de computação de uma repartição pública em Totonicapán, Guatemala. Junto a diversas manifestações ao redor do país, durante a greve geral, várias organizações de trabalhadores e estudantes universitários apresentaram um recurso de inconstitucionalidade para anular um aumento de 10% a 12% no imposto de Valor Agregado (IVA), que começaria a vigorar em 1º de agosto

Cuba

Demonstração de força

O governo de Cuba comemorou o aniversário do início da Revolução Cubana dando uma demonstração de força. Dia 26 de julho, 48 anos depois do assalto ao Quartel de Moncada, marco inicial da revolução, a cidade de Havana parou em função de uma passeata com a participação de mais de um milhão de pessoas, cerca de 10% da população do país (11 milhões), sendo considerada a maior manifestação pública da história do país.

A marcha em comemoração ao Dia da Rebelião Nacional protestou contra as agressões praticadas pelos Estados Unidos desde a vitória da revolução, em 1959. Além disso, os manifestantes pediram o fim das sanções econômicas norte-americanas, com palavras de ordem, tais como "abaixo o bloqueio ge-



Hassan Khomeini, neto do aiatolá Khomeini, desfilou ao lado de Fidel Castro pelas ruas de Havana

nocida". Representantes de dois adversários históricos dos Estados Unidos prestigiaram a manifestação: o iraniano Hassan Khomeini, neto do aiatolá Khomeini, e o ministro de Defesa do Vietnã, Pham Van Tra.

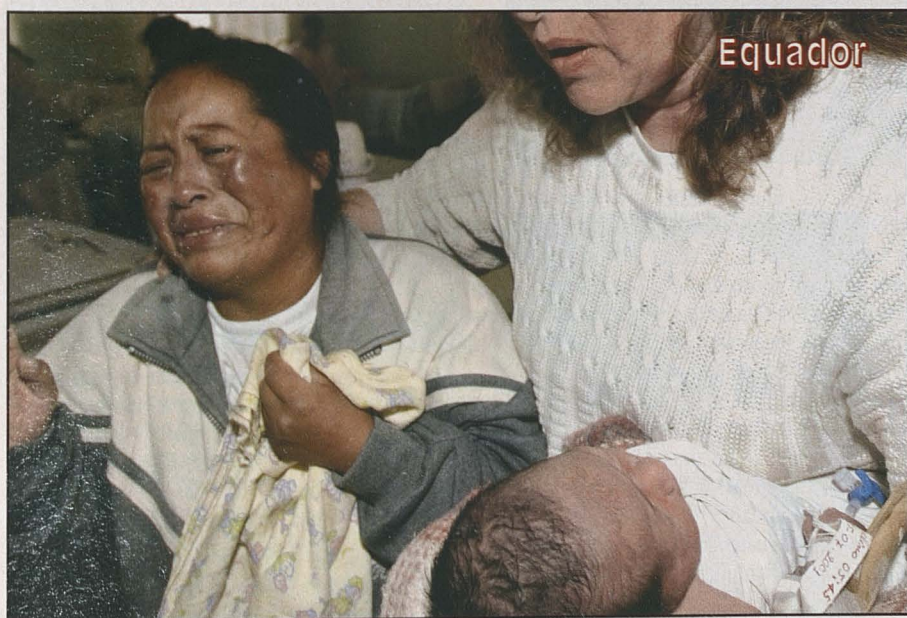
A manifestação foi importante ainda para diminuir as preocupações quanto ao estado de saúde do presidente

Fidel Castro. Em junho, ele desmaiou durante um ato público, levantando dúvidas sobre sua saúde, e apressando as discussões sobre sua sucessão. No entanto, Fidel, de 75 anos, liderou a passeata de três quilômetros, mostrando boa disposição.

Enquanto isso, nos Estados Unidos, a linha dura dos exilados cubanos anticastri-

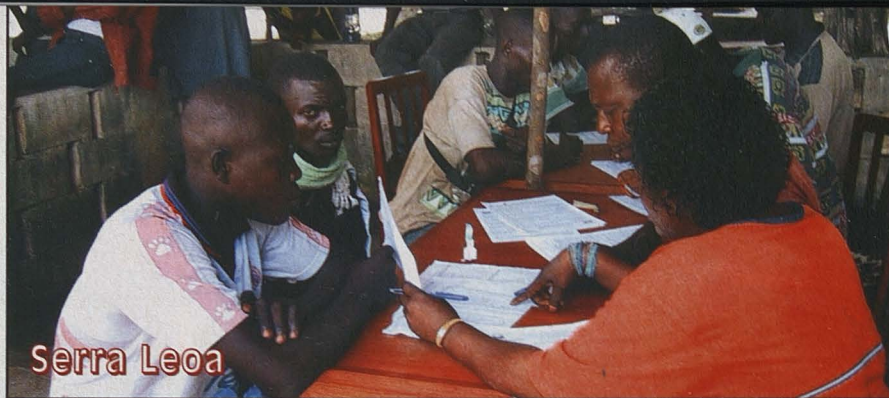
tas está em baixa. A facção ultradireitista foi derrotada dentro de sua própria organização, a Fundação Nacional Cubano-Americano (FNCA), que começa a ser liderada pela ala mais moderada.

A falta de unidade já provocou, por exemplo, a saída de diversos líderes históricos, que pretendem criar outra organização. ■



Equador

Maria Yuniyinga (à esquerda) chora preocupada por seu filho de oito meses, uma das crianças intoxicadas pelo gás lacrimogêneo utilizado pela polícia em repressão a uma manifestação de funcionários da saúde contra o governo equatoriano, às portas da maternidade Isidro Ayora, em Quito, dia 26 de julho. Médicos e trabalhadores da saúde pública paralisaram o atendimento nos hospitais em âmbito nacional desde o começo de julho, reivindicando aumentos salariais. Várias marchas contra o governo do presidente equatoriano Gustavo Noboa vêm sendo realizadas no país



Serra Leoa

Ex-combatentes da Frente Revolucionária Unida (RUF) e da milícia pró-governamental se apresentam em um campo DDR (Desarmamento, Desmobilização e Reintegração), em Lunsar, a 50km de Freetown, capital de Serra Leoa, para entregar suas armas e registrar seus nomes, reintegrando-se à vida civil. Desde o acordo de desarmamento, em maio, mais de sete mil ex-combatentes já compareceram aos diversos campos DDR espalhados pelo país

África

No rumo da união continental

A 37ª Cúpula da Organização da Unidade Africana (OUA) aprovou a adoção de um plano para transformar o organismo em uma União Africana, com uma moeda, um parlamento continental e um tribunal de justiça em comum para os 54 Estados membros. A União Africana será radicada em Adis-Abeba, capital da Etiópia, assim como o organismo que substitui, e seguirá o modelo da União Européia para unir os Estados membros nos âmbitos político, social e econômico. O plano prevê que o parlamento e o tribunal entrem em vigor no próximo ano. A cúpula, realizada na Zâmbia, elegeu o ex-chanceler da Costa do Marfim, Amara Essy, para substituir Salim Ahmed Salim no cargo de secretário-geral da OUA, com a missão de criar as principais estruturas da União Africana.

A união continental implica que os Estados africanos renunciem a aspectos de sua política exterior, como a não intervenção nos assuntos internos de outros países. "Devemos repensar nosso mecanismo continental de resolução de conflitos para que seja mais eficaz", declarou o presidente da Zâmbia, Frederick Chiluba, que assumiu a presidência da OUA.

Organizações Não-Governamentais (ONGs) de toda a África, participando de uma reunião paralela, denunciaram que "a sociedade civil africana esteve excluída dos processos que conduzem à criação da União". As ONGs divulgaram um documento, afirmando que "a África só poderá enfrentar seus problemas se houver uma associação efetiva entre a sociedade civil e os governos africanos".

O projeto de criação da União, discutido na cúpula oficial, faz referência à necessidade de incluir as ONGs e o setor privado na estrutura e administração do organismo continental,

prestando assessoria. Mas as ONGs consideram que isto não basta, e exigem a criação de estruturas que facilitem a participação da sociedade civil na administração da União Africana. "A OUA fracassou porque não tinha um mecanismo para relacionar-se com o povo. Agora queremos que nossos governos criem um ambiente que estimule a participação e a relação das organizações sociais com a União", declarou Ngande Mwanajiti, diretor executivo da ONG Afronet, que defende os direitos humanos.

Apesar disso, governantes e ONGs estão de acordo nos principais objetivos da União Africana. Ambas as partes desejam fortalecer o mecanismo continental de resolução de conflitos, acabar com as violações aos direitos humanos, combater a epidemia de AIDS e reduzir a pobreza.

Os chefes de Estado e observadores internacionais presentes no encontro assinalaram que os conflitos armados são um grande obstáculo para a criação da União Africana. O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, lembrou que muitos destes conflitos são provocados por preconceito e ódio vinculados a diferenças étnicas, às vezes até estimulados por "governos equivocados". "A crescente tendência à xenofobia deve ser combatida, pois pode frustrar a esperança de uma maior integração do continente", advertiu Annan.

Outros temas discutidos foram a dívida externa e a epidemia de AIDS no continente. A ONU anunciou que nos próximos meses os organismos internacionais devem aumentar as doações destinadas ao combate da doença. Quase 70% dos 36 milhões de vítimas do HIV no mundo vivem no continente africano. ■

África do Sul

Combate à pobreza

Uma coalizão de organizações civis apresentou ao governo sul-africano um projeto para ajudar os 22 milhões de pessoas que vivem abaixo do nível de pobreza, mais da metade da população do país. O grupo de treze organizações, entre as quais o Congresso de Sindicatos da África do Sul, aliado político do governante Congresso Nacional Africano, lançou no Parlamento uma campanha propondo ao governo que doe 13 dólares mensais a cada pobre do país.

A coalizão descreveu a subvenção proposta como "um importante mecanismo para enfrentar a pobreza que atinge a maioria das famílias da África do Sul". O projeto exigirá um custo de 3,2 bilhões de dólares por ano, quase 10% do orçamento estatal da África do Sul, mas duplicaria a renda mensal das pessoas que vivem em pobreza extrema. A coalizão reivindica para a administração da concessão um sistema eficiente, para evitar atos de corrupção ou decisões burocráticas. A ajuda não seria limitada aos desempregados, mas incluiria todos os cidadãos que vivem na pobreza, sem representar um incentivo para não trabalhar.

A Constituição da África do Sul obriga o governo a prover as necessidades econômicas e sociais da população (comida, água, previdência social, saúde e habitação). Segundo a coalizão, a subvenção seria uma forma importante de cumprir com este mandato constitucional. O projeto seria financiado através de impostos dirigidos às classes mais favorecidas. Contudo, o aumento dos impostos não é bem visto pela equipe econômica. ■

Gente

Fotos: AFP



Jorge Amado morreu no dia 6 de agosto, aos 89 anos, de ataque cardíaco, em Salvador (BA). O nosso mais conhecido escritor criou em seus romances tipos e ambientes bem brasileiros que percorreram 52 países em inúmeras traduções. Do jornalismo migrou para a literatura, estreando em 1931 com 'País do carnaval'. Deputado comunista em 1946, foi cassado em 1948, exilando-se até 1952. Em 1958, lançou 'Gabriela, cravo e canela', o maior sucesso de sua carreira



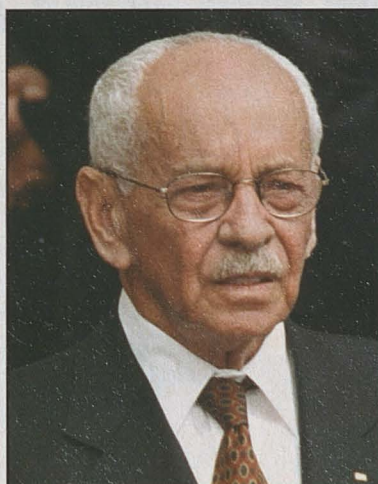
Rigoberta Menchu (dir.), Nobel da Paz, e Marta de Vásquez, presidente da Associação das Mães da Plaza de Mayo, encontraram-se em Bogotá, Colômbia, em julho, onde defenderam a continuação do processo de negociações entre o governo e a guerrilha e denunciaram a matança de lideranças sindicais e de pessoas ligadas a entidades de defesa dos direitos humanos



Aos 87 anos, morreu em Lisboa o marechal e ex-presidente Francisco da Costa Gomes, de Portugal. Costa Gomes teve participação importante na Revolução dos Cravos, em 1974. O Movimento das Forças Armadas, impulsionado pela jovem oficialidade portuguesa, depôs a ditadura que já durava 46 anos, a maior parte do tempo sob Antônio Oliveira Salazar. A revolução promoveu também a descolonização das possessões do país na África e na Ásia



A cubana Devorah Andollo comemora, levantando a bandeira de seu país, a conquista do recorde mundial masculino e feminino na modalidade mergulho de corpo livre, em 27 de julho, na Ilha da Juventude, sul de Cuba. Devora mergulhou à profundidade de 74 metros em 2 minutos 36 segundos, superando em um metro a marca masculina e, em quatro, a feminina



Vitimado pelo câncer, o presidente e ex-ditador Hugo Banzer, da Bolívia, renunciou ao cargo no início de agosto, para evitar que o vácuo político agravasse a situação no país, onde a crise econômica alimenta protestos dos trabalhadores rurais e urbanos. No discurso de despedida, ele pediu desculpas pela repressão durante a ditadura que impôs ao país



A morte de Carlo Giuliani (foto acima) ficará para sempre associada à cúpula do G-8 em Gênova e suscitou o repúdio em todo o mundo. Na foto maior, uma gigantesca marcha em Roma acusa o governo de assassino. Na foto menor, os cantores Bob Geldof, Bono Vox – do grupo musical irlandês U2 – e o italiano Lorenzo Jovanotti denunciam a repressão e defendem o cancelamento incondicional da dívida do Terceiro Mundo

GRUPO DOS 8

As ruas mandam o seu recado

Beatriz Bissio

*Gênova marca o início
de uma nova fase nas relações
entre a sociedade mundial
e os responsáveis
pelos rumos da globalização*

“**A** RAIVA DAS RUAS É COMPREENSÍVEL ante a obscenidade de um planeta dividido entre ricos e excluídos.” A frase é de Bono Vox, líder do U2, presente em Gênova, e resume o sentimento de boa parte dos manifestantes e da opinião pública mundial, que acompanhou em casa, pela tevê, jornais e internet o desenrolar, no final de julho, da reunião de cúpula do G-8, que reúne chefes de Estado das principais potências capitalistas, aos quais têm se somado, recentemente, o presidente da União Européia, Romano Prodi, e o chefe de governo russo, Vladimir Putin.



Transformada em “fortaleza medieval com controle de alta tecnologia”, como foi descrita por jornalistas, Gênova passará à história como a cidade em que, pela primeira vez nesse tipo de evento, a repressão deixou uma vítima fatal, atuando com requintes de crueldade dignos de uma “ditadura terceiro-mundista”. Essa foi a qualificação utilizada por cronistas do Primeiro Mundo, espantados ao desco-

brirem que, também nos aparatos policiais da opulenta e desenvolvida Europa, há assassinos profissionais à espera de dar vazão aos seus ódios.

Os chefes de Estado do G-7 (G-8 mais a Rússia) se reúnem uma vez por ano, em diferentes países do mundo, com uma agenda ambiciosa, mas sem grandes compromissos de viabilizar mudanças reais. A origem dessas reuniões remonta aos anos 70, quando o então presidente da França, Valérie Giscard d'Estaing, com o apoio do primeiro-ministro alemão, Helmut Schmidt, convocou os dirigentes das cinco principais potências para uma reunião informal no castelo de Rambouillet.

Nesse período, alguns anos depois, aos líderes originais (Reino Unido, Fran-

ça, Alemanha, Japão e Estados Unidos), juntou-se o Canadá e, mais tarde, o representante da União Européia. Com o fim da Guerra Fria, Gorbatchov foi convidado a aderir ao grupo. Nos anos 90, a informalidade inicial deu lugar a reuniões rígidas, rodeadas de grande aparato policial e de pesado marketing, uma vez que ganhar espaço na mídia passou a ser um dos objetivos principais do grupo.



Jovens e até mesmo crianças italianos protestaram pelo assassinato de Carlos Giuliani, colocando um alvo na testa, para denunciar o fato de a polícia ter atirado para matar e não para dispersar os manifestantes



O assassinato de Giuliani provocou manifestações de repúdio em várias partes do mundo, e deve ainda ter desdobramentos políticos no futuro. Na foto acima, jovens alemães demonstram em Berlim a sua indignação, acusando o sistema capitalista pela morte do militante italiano

“Que os sentimentos de paz, tolerância e solidariedade sejam valores autênticos nos quais se reconheça que a absurda morte de Carlo não foi inútil”

Pais do manifestante morto

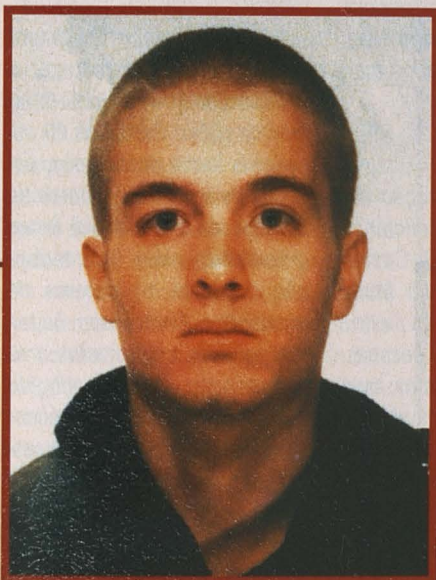
Um novo Cristo

Carlo Giuliani talvez seja visto no futuro como o primeiro mártir do novo milênio. Não que muitos outros não tenham tombado desde o início de 2001, em diferentes partes do planeta, em defesa das mais diversas causas. Mas esse italiano, com sua cara de garoto, apesar dos 23 anos de idade, parece estar destinado a se transformar em símbolo da luta mais representativa da época em que vivemos: aquela que visa colocar a serviço das maiorias os benefícios de tudo o que está contido na palavra globalização. O jornal de centro-esquerda La Repubblica, de Roma, o chamou de “Cristo moderno”.

A chocante imagem do corpo sem vida de Carlo, em meio a uma poça de sangue, numa rua de Gênova, baleado e esmagado

O grande aparato repressivo e o fato de nunca terem desdobramentos concretos nas questões sociais, que são as que afligem a maior parte da humanidade, fizeram com que essas reuniões de cúpula virassem alvo de críticas, mesmo na opinião pública dos países desenvolvidos. Em junho de 1999, em Colônia, na Alemanha, a reunião do G-8 suscitou uma primeira grande manifestação em frente ao local do encontro, em favor do perdão da dívida dos países mais pobres.

Quatro meses depois, em Seattle, nos Estados Unidos, cem mil manifestantes conseguiram a suspensão de uma reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), onde quem dá as cartas são os mesmos dirigentes das grandes potências.



Carlo Giuliani: primeiro mártir do novo milênio

pelo carro dos carabineiros do qual partiram os tiros fatais, percorreu o mundo. O policial que o matou é mais jovem ainda, 21 anos. Um outro tipo de vítima, de um corpo policial que, segundo as centenas de manifestantes que passaram pelas prisões de Gênova, está impregnado dos ideais fascistas, ao ponto de reverenciarem Mussolini e o ditador chileno Augusto Pinochet enquanto torturavam os jovens manifestantes antiglobalização.

A partir de então, todos os encontros dos líderes mundiais tiveram a contrapartida de manifestações de rua nas cidades onde estavam reunidos e em outras partes do mundo. (Ver quadro "Cronograma da resistência".)

Os jornalistas que cobrem os encontros começaram a projetar a atuação desses jovens e a indagar-se a respeito de suas bandeiras, reivindicações, filiação,

objetivos. Simplista e até preconceituosa, como costuma ser na apresentação dos temas, até os mais complexos, a grande mídia colocou a ênfase na crítica que esses manifestantes fazem à globalização promovida pelas grandes potências e abriu generoso espaço para a divulgação da criatividade que eles costumam usar para exprimir os seus pontos de vista: corpos e rostos pintados, fantasias coloridas, etc.



Na Espanha, os manifestantes acusaram o primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi e o Grupo dos 8 de fascistas, pela brutal repressão às passeatas em Gênova e pela morte de Giuliani



Em Seattle (EUA), no final de novembro de 1999, pela primeira vez, manifestantes vindos de todo o mundo questionaram as regras do jogo impostas à humanidade pelos que controlam os rumos da globalização

Cronograma da resistência

COLÔNIA

Em **junho de 1999**, manifestantes cercaram o prédio onde se realizava o encontro dos líderes do G-8, defendendo o perdão da dívida externa dos países mais pobres do planeta.

SEATTLE

Em **novembro de 1999**, cerca de 100 mil manifestantes conseguiram interromper o encontro da Organização Mundial do Comércio. Foi declarado estado de emergência na cidade e 500 pessoas foram presas.

DAVOS

Em **janeiro de 2000**, durante encontro do Fórum Econômico Mundial, manifestantes desafiaram a proibição de protestos na cidade suíça.

BANCOC

Em **fevereiro de 2000**, representantes de cerca de 100 ONGs aproveitaram a 10ª Assembleia de Desenvolvimento e Comércio das Nações Unidas para protestar contra a política de desenvolvimento da ONU.

WASHINGTON

Em **abril de 2000**, cerca de 30 mil pessoas protestaram contra as reuniões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Houve conflitos entre os manifestantes e os dez mil policiais encarregados da segurança do encontro.

PRAGA

Em **setembro de 2000**, milhares de pessoas protestaram por ocasião de uma reunião do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. A capital tcheca se transformaram em um campo de batalha, e o encontro terminou antes do prazo. Cerca de cem pessoas ficaram feridas e 427 foram detidas. Representantes do movimento antiglobalização se reuniram com diretores das instituições monetárias.

PORTO ALEGRE

Em **janeiro de 2001**, o movimento antiglobalização realizou o 1º Fórum Social Mundial, paralelamente ao Fórum Econômico Mundial, em Davos. O encontro, que contou com a

participação de mais de mil entidades do mundo inteiro, foi considerado um sucesso.

QUEBEC

Em **abril de 2001**, milhares de pessoas protestaram na Reunião de Cúpula das Américas. Houve choques violentos com a polícia, que usou bombas de gás lacrimogêneo e canhões de água. Quatrocentas pessoas foram presas.

GOTENBURGO

Em **14 de junho de 2001** começou o "Verão da Resistência". Milhares de pessoas protestaram durante a reunião de cúpula da União Européia. A polícia sueca, sem experiência nestes casos, abriu fogo real, ferindo gravemente vários manifestantes.

BARCELONA

Apenas a convocação de manifestações foi suficiente para o cancelamento da Conferência Anual do Banco Mundial, marcada para **24 de junho**. Ainda assim, 20 mil pessoas participaram de protestos, que acabaram em conflitos violentos. A polícia usou balas de borracha e gás. Uma semana

depois, o movimento antiglobalização realizou uma manifestação pacífica na cidade, protestando contra a violência policial. O Banco Mundial realizou o debate por teleconferência.

SALZBURGO

Ainda em **junho**, a Áustria suspendeu o Tratado de Schengen, que permite a livre circulação de cidadãos na União Européia, para tentar evitar a entrada maciça de manifestantes contra a reunião do Fórum Econômico Mundial. Ainda assim, houve protestos com milhares de pessoas, e novamente foram duramente reprimidos pela polícia.

GÊNOVA

Uma operação de guerra foi planejada para proteger a reunião dos líderes do G-8, no **final de julho**. Cerca de 20 mil policiais foram destacados, canhões de água e lançadores de bombas de efeito moral foram preparados, além da interrupção de parte do sistema de transportes. Ainda assim, ou talvez por isto, os protestos anti-globalização tenham atingido seu momento mais dramático: um italiano de 23 anos foi assassinado por um policial.

Em 2001, pouco mais de um ano após as primeiras manifestações, na reunião do G-8, em Gênova, Itália, caiu a primeira vítima fatal



Mas pouco ou nada vazou na cobertura da mídia a respeito do que eles tinham a dizer. Passaram a ser equivocadamente chamados de “manifestantes antiglobalização”, procurando dar a idéia de que estariam tentando frear o relógio da história, negando os avanços e as conquistas da civilização.

Assim, grupos anarquistas, ou personagens excêntricos que fazem alarde de não usar computador nem gostar de televisão ou automóvel, ganharam mais projeção do que Organizações Não-Governamentais (ONGs), acadêmicos, grupos feministas, pacifistas, de defesa dos direitos humanos, sindicatos, que ao longo destes anos têm amadurecido propostas não antiglobalização, mas em favor de uma alternativa à globalização imposta pelo capital financeiro, algumas multinacionais e organizações multilaterais como o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), oriundas de um mundo de pós-guerra que já não existe mais.

O fato é que, a cada nova reunião dos líderes mundiais, cresce o número de manifestantes que recebe um expressivo apoio nos quatro cantos do mundo. Há poucos anos seria impensável que no verão europeu – durante as sagradas férias de julho e agosto – centenas de milhares de pessoas, a maioria composta de bem nutridos e belos europeus, em contraste com os famintos maltrapilhos emigrantes terceiro-mundistas, saíssem às ruas do velho continente exigindo um novo rosto para a globalização. Foi isso o que se viu em Gênova, em Paris e em muitas outras cidades da Europa durante a última cúpula do G-8.

É fácil perceber que quase nenhum desses manifestantes é uma vítima direta das trágicas consequências do processo promovido pelos grandes controladores do planeta. Mas esses manifestantes são bem informados o suficiente para entender que o perverso modelo que vem sendo imposto ao mundo está inviabilizando o futuro não só para os famintos da África, que agora obtiveram do G-8 o perdão parcial de sua dívida externa. Essa globalização é insus-



Os presidentes Abdelaziz Bouteflika, da Argélia; Oumar Konare, do Mali; Olesegun Obasanjo, da Nigéria, e Thabo Mbeki, da África do Sul, se reuniram com os líderes do G-8, em Gênova

África busca apoio do G-8

Quatro presidentes africanos foram ao encontro dos líderes do G-8 pedir apoio para um plano voltado para o desenvolvimento econômico e a redução da dívida externa dos países do continente. Os presidentes Abdelaziz Bouteflika, da Argélia, Oumar Konare, do Mali, Olesegun Obasanjo, da Nigéria, e Thabo Mbeki, da África do Sul, apresentaram o plano, chamado Nova Iniciativa Africana, cuja meta é alcançar um crescimento econômico anual de 7% para a África. Esta foi a primeira prova internacional da Nova Iniciativa, que é resultado da fusão do Programa Milênio África, de Mbeki, e do Plano Ômega, do líder do Senegal, Abdoulaye Wade, e foi aprovado como plano de ação da futura União Africana. Além de fixar metas de crescimento econômico, a Iniciativa procurará aumentar o perdão da dívida externa e a ajuda para o desenvolvimento.

A estratégia a médio prazo é criar um fluxo crescente de investimentos estrangeiros diretos. A participação africana no comércio mundial caiu a menos de 1% nos anos 90, contra 2,5% no final dos anos 80. Apesar disso, os investimentos estrangeiros diretos cresceram quase nove bilhões de dólares anuais.

O porta-voz da Presidência da África do Sul, Nazeem Mahathey, garantiu que a iniciativa inclui a preocupação com o fortalecimento do setor industrial, através do incentivo a empreendimentos cooperativos e consórcios entre empresas africanas e internacionais. “Junto com os investimentos internacionais, a economia local e a acumulação de capital são essenciais para promover o desenvolvimento africano”, explicou. A Nova Iniciativa compromete ainda os países africanos a procurar governabilidade e estabilidade econômica em troca de melhores acordos comerciais e da ajuda das economias mais avançadas.

Mbeki tentou mostrar no encontro os avanços concretos quanto à finalização dos conflitos e guerras na região. As 19 partes que negociavam o fim da guerra civil no Burundi aceitaram criar um governo de transição até a conclusão do acordo de paz. Ainda há avanços na República Democrática do Congo (RDC), onde o presidente Joseph Kabila parece decidido a terminar a guerra civil. Uganda e Ruanda já estão abandonando o território congolês, e Angola e Namíbia prometeram fazê-lo até o final de agosto.

Depois da reunião do G-8, a Nova Iniciativa será apresentada em uma sessão especial da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em busca de maior apoio internacional. Em outubro, será realizado no Senegal um encontro de líderes mundiais para discutir o financiamento do plano.



O pedido do primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi de que os genoveses não estendessem sua roupa, para secar na janela durante a reunião do G-8, provocou a primeira manifestação antiglobalização na cidade. Os habitantes de Gênova não só se recusaram a interromper um hábito tradicional, como fizeram uma provocação: em inúmeras janelas da cidade, foram penduradas peças íntimas, provocando aplausos durante as manifestações de rua

G-8: combate à exclusão digital

No encontro do Grupo dos Oito, em Gênova, os líderes das sete nações mais ricas do mundo e a Rússia aprovaram um plano para combater a chamada digital divide, ou exclusão digital. Os líderes do G-8 deram sinal verde para o estudo do Digital Opportunity Task Force (dot.force), uma entidade composta por representantes dos governos do G-8, organizações internacionais e entidades sem fins lucrativos, criada após a reunião do G-8 de 2000, em Okinawa, no Japão.

O estudo destacou o importante papel que as tecnologias da informação e comunicação podem exercer para melhorar as taxas de crescimento dos países em desenvolvimento e detalhou passos futuros que devem ser dados para que as nações mais pobres possam se beneficiar da Tecnologia da Informação (TI).

A principal mensagem embutida no plano é a criação de estratégias nacionais de tecnologia da informação por parte de países do Terceiro Mundo. Essas "e-estratégias" devem compor a base para as políticas de desenvolvimento em cada nação e podem ser formuladas pelos próprios países em desenvolvimento, mas especialistas do G-8 estarão disponíveis para providenciar apoio técnico e operacional, se necessário.

Os especialistas serão parte de uma "rede internacional de fontes de e-desenvolvimento", a ser criada em janeiro de 2002, e estará composta por membros do setor público, privado e de organizações sem fins lucrativos. Foi destacada ainda a necessidade de disseminar as novas tecnologias em áreas rurais. (Martyn Williams – IDG News Service)

tentável na própria lógica dos que a promovem. Como lembra Boaventura de Souza Santos, catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, teórico engajado no desafio de propor alternativas à globalização que aí está, essa contradição fica explícita nos documentos da recente cúpula.

O relatório – elaborado por ministros das Finanças dos países do G-8 e considerado o mais importante da reunião – intitulado *O alívio da dívida e para além dele*, reconhece que a participação das nações menos desenvolvidas no comércio mundial diminuiu na última década e, por isso, empobreceram. Também reconhece que as pandemias como a Aids, a malária e a tuberculose "matarão 15 milhões de pessoas por ano", mas insistem em que a produção de remédios mais baratos deva ser feita sem violação da propriedade intelectual das multinacionais farmacêuticas".

Por isso Boaventura afirma que "o diálogo entre as duas globalizações é ina-



Os líderes do G-8 (na foto, em primeiro plano, o presidente norte-americano George W. Bush e o primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi) sabem que Seattle, Davos, Porto Alegre e Gênova estão sinalizando um divisor de águas. Nada voltará a ser como antes

Principais resoluções

O encontro dos líderes do G-8 foi encerrado dia 22 de julho, com promessas vagas de humanização da globalização, talvez por influência dos manifestantes que saíram às ruas em todo o mundo. Entre os principais temas do documento final, estão resoluções sobre pobreza, Aids, violência e meio ambiente.

✓ **Foram perdoados 53 bilhões de dólares da dívida externa dos 23 países mais pobres do mundo.** Na declaração se diz

que esta é apenas uma das possíveis contribuições para o desenvolvimento econômico das nações pobres. Segundo o documento, "inserir os países mais pobres na economia mundial é a melhor maneira de responder às suas necessidades fundamentais". No caso específico da África, está previsto um fórum com líderes continentais para discutir um plano para o desenvolvimento do continente.

✓ **Ficou decidida a criação, em parceria com a Organização**

das Nações Unidas, de um fundo de 1,3 bilhão de dólares para combater epidemias de doenças como a Aids, a malária e a tuberculose. A idéia é que este fundo possa estar em operação antes do fim do ano.

✓ **Os líderes declararam acordo absoluto sobre a necessidade de reduzir a emissão de gases poluentes,** e aprovaram a proposta da Rússia de convocar uma conferência mundial sobre as mudanças climáticas, para 2003. As divergências sobre os termos do Protocolo de Quioto foram relegadas a segundo plano.

✓ **A declaração foi receptiva aos organismos geneticamente modificados (OGMs),** alegando que é um esforço para aumentar a produtividade agrícola. "A introdução de novas tecnologias tem o potencial de aumentar substancialmente a produção nos países em desenvolvimento, utilizando menos água e pesticidas que nos métodos convencionais."

✓ **Os líderes defenderam ainda a paz no Oriente Médio,** pedindo que israelenses e palestinos aceitem a presença de observadores internacionais em seus territórios.

diável. "O capitalismo global", escreveu o acadêmico, "que pensava ter o caminho livre depois do Muro de Berlim, é obrigado a erigir muros de aço e de cimento para que os seus representantes possam continuar a tomar decisões. (...) O diálogo é inadiável, para que passemos de uma retórica cínica, de concessões vazias, à elaboração de um novo contrato social".

Ele sintetiza assim o que poderia ser a agenda inicial de uma reunião entre ambas as partes confrontadas hoje: "perdão efetivo da dívida; impostos Tobin; democratização dos processos de decisão das agências fi-

nanceiras multinacionais; sujeição a referendo das mais importantes iniciativas de liberalização do comércio; inclusão dos direitos humanos, em especial os direitos laborais e ambientais, nas novas negociações comerciais (sobretudo no âmbito da OMC).

Os líderes do G-8 sabem que Seattle, Davos, Porto Alegre e Gênova estão sinalizando um divisor de águas. Nada voltará a ser como antes. A expressão mais nítida de que o mundo mudou é que a próxima reunião de cúpula dos mais ricos, em junho de 2002, terá que se realizar num esconderijo nas montanhas canadenses: na

quase desconhecida estação turística de Kananasskis. O primeiro-ministro do Canadá, Jean Chrétien, afirmou que Kananasskis tem apenas 400 empregados da indústria turística e dois hotéis com 350 habitações, freqüentados por quem gosta de contato com a natureza, caminhadas e esqui.

Os líderes do G-8 estão tão isolados que sabem ser impossível marcar sua reunião em um lugar habitado do planeta. É viável supor, então, que concordarão em abrir um diálogo com a sociedade que rejeita o seu poder de decidir o futuro da humanidade, mas de costas para ela. ■

Depois de dar os anéis, cortar na carne

COM A LEI DO DÉFICIT FISCAL ZERO, afinal aprovada pelo Senado, o governo da Argentina já executa o corte de 13% nos salários dos servidores públicos e nas aposentadorias superiores a 500 dólares. O resultado da votação, 22 a 21, graças ao voto de Minerva do presidente da Casa, senador Mario Losada (UCR), no entanto, gerou no mercado certas dúvidas quanto à implementação efetiva das medidas, por não ter o presidente Fernando de la Rúa conseguido obtê-las consensualmente.

Após privatizar tudo o que podia e endividar-se cada vez mais, o país percebe a quimera dos esperados investimentos da globalização: o desemprego se intensifica, o governo pede mais dinheiro emprestado e começa a reduzir salários e pensões para fechar as contas do ano e manter a capacidade de enviar dólares ao exterior em pagamento de juros e remessa de lucros das transnacionais

O Senado argentino acabou cedendo, no caso do pacote econômico: aprovou o corte de 13% nos salários dos servidores públicos e nas aposentadorias superiores a US\$500. Ensaçou rejeições, como em outras ocasiões, mas de novo se submeteu às pressões do Executivo





Fotos: AFP

Acompanhado de Carlos Ruckauf (esq.), governador da província de Buenos Aires, do Partido Peronista, o presidente argentino

Fernando de la Rúa (dir.) assinou em julho um acordo, chamado 'Apoio Institucional para a Governabilidade', com os governadores oposicionistas, para atingir o déficit zero nas contas públicas

A proposta original encaminhada ao Legislativo previa a incidência do corte sobre salários e proventos a partir de 300 dólares. A Câmara alterou esse piso para 500 dólares e o Senado cogitou de elevá-lo para 1.000, mas as pressões do Executivo se intensificaram e o Senado acabou por ceder, como, aliás, já se esperava, uma vez que tem sido praxe no comportamento do Poder Legislativo ensaiar rejeições, mas, no essencial, ceder às pretensões do Poder Executivo.

Agora, em face da decisão do Senado, as autoridades econômicas aguardam que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras instituições multilaterais de crédito antecipem o desembolso de 4, 5 bilhões de dólares, previstos nos últimos arranjos em que a Argentina se envolveu em novas dívidas.

Entre os analistas, generaliza-se a convicção de que só uma substancial ajuda externa poderá fazer o país superar as atuais dificuldades. Eles prevêm o agravamento dos complicadores econômicos, com um novo mergulho no endividamento externo, assim mesmo se a boa vontade do mercado vier a restabelecer o acesso da Argentina ao crédito voluntário.

Recessão

Novas ajudas internacionais são, hoje, consideradas difíceis, porque o mercado entende que a Lei de Déficit Zero vai agravar a recessão. Além disso, no pri-

meiro semestre deste ano, as reservas cambiais do país despencaram de 35 bilhões de dólares, em fevereiro, para apenas 24 bilhões na última quinzena de julho. Ainda em julho, a arrecadação tributária caiu 10%, em comparação com o mesmo mês do ano passado.

O déficit em conta-corrente projetado para este ano é de 13 bilhões de dólares, mas a perspectiva é de ser um pouco menor, se confirmada a previsão de um superávit comercial de três bilhões.

Nos meios políticos e técnicos, o corte de salários e proventos foi considerado uma punição desnecessária, pois os recursos reivindicados para a cobertura do déficit de 1,5 bilhão de dólares poderiam ser obtidos de outras fontes, como, por exemplo, a incidência de 0,6% do imposto sobre operações financeiras nos depósitos em cadernetas de poupança; aumento de 16% para 20% das contribuições patronais das grandes empresas de serviços e bancos privatizados; revogação da prometida redução de 9,6% no imposto sobre combustíveis; adiamento, para o próximo ano, da devolução de parte do imposto de renda pago no primeiro semestre, e a eliminação das isenções do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Estima-se que o governo poderia conseguir uma receita adicional de 20 bilhões de dólares com o fim das isenções fiscais que beneficiam as instituições financeiras, o setor onde se concentram os maiores ganhos no país. As transnacionais em geral

também não pagam impostos, uma das condições que elas impõem para se instalarem nos países da América Latina.

A proposta governamental inclui o aumento do IVA e de outros impostos, o que acaba por reduzir mais ainda a renda disponível para consumo e prejudicar a meta de zerar o déficit fiscal. No Senado, a proposta do governo encontrou fortes resistências, particularmente na bancada do partido do próprio presidente Fernando de la Rúa, a União Cívica Radical (UCR). Os senadores governistas justificaram sua posição como uma questão de princípios e pelo receio de que a aprovação dos cortes, a partir do mínimo definido pela Câmara, venha a ter desdobramentos políticos na derrota da UCR nas eleições de outubro próximo.

Os senadores do Partido Justicialista (PJ, peronista), por sua vez, manifestaram a intenção de apoiar a proposição aprovada na Câmara, depois de vê-la acolhida pelos governistas, apesar das pressões dos governadores peronistas, aos quais o governo prometera verbas para pagamento de salários dos servidores das províncias.

Esses recursos, porém, ainda não estão plenamente assegurados, pois farão parte de um fundo de um bilhão de dólares formado por contribuições de empresas e bancos privados que resistem a aderir à iniciativa do Poder Executivo. As contribuições são nada mais que a antecipação do pagamento do imposto de renda, cujo recolhimento será efetuado em 2003 e 2004. Na contrapartida, remuneração de 9% ao ano.

Atrair investimentos externos é o objetivo do governo, nessa demonstração de



Trabalhadores no limite

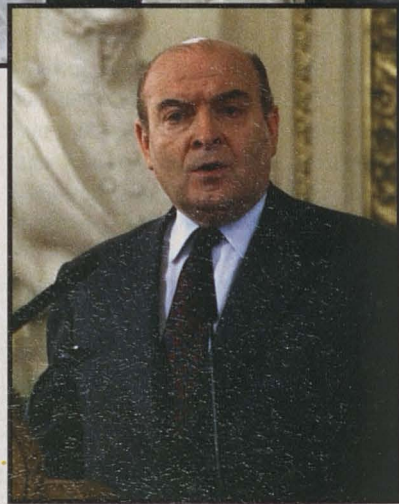
A sociedade argentina perdeu definitivamente a paciência com os rumos do governo, que afunda o país numa crise econômica sem término à vista. Indignados com o anúncio de mais um pacote de ajustes pelo ministro da Economia, Domingo Cavallo, o sétimo plano nos 19 meses da gestão de Fernando de la Rúa, diversos setores da sociedade estão se organizando para combater o modelo que levou a Argentina a uma delicada situação de dependência e empobrecimento.

Em julho, as três centrais sindicais da Argentina conseguiram ampla adesão a uma greve geral contra o corte nas aposentadorias e salários do setor público, anunciado pelo governo como medida essencial para se alcançar o déficit zero nas contas públicas. Foi

a sexta greve contra o governo de Fernando de la Rúa que, em 1999, assumiu prometendo mudar o modelo seguido pelo ex-presidente Carlos Menem. A greve de julho coincidiu com a divulgação dos dados sobre o desemprego em maio.

A pesquisa do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos indicava que o desemprego alcançava 16,4% da população economicamente ativa, dois pontos acima da pesquisa anterior, realizada em outubro. O organismo indicou ainda que os subempregados constituíam outros 14,9%. Assim, cerca de cinco milhões de trabalhadores argentinos (quase um terço da população economicamente ativa) sofriam problemas de emprego, uma cifra sem precedentes na história do país.

Em julho, as três centrais sindicais argentinas conseguiram ampla adesão a uma greve geral (foto acima) contra o corte nas aposentadorias e salários do setor público, anunciado por Cavallo (foto ao lado)



No dia seguinte à aprovação do projeto de ajuste no Senado, por 25 votos a favor e 20 contra, milhares de servidores voltaram a sair às ruas da capital para protestar contra a redução nos salários e aposentadorias. A marcha foi reprimida pela polícia argentina. Novas manifestações estavam marcadas para 10 de agosto, nas 50 maiores cidades do país, apesar do aviso governamental de que reprimirá os protestos.

A aprovação do projeto no Senado piorou a tensão social, pois fez com que muitos setores perdessem a esperança com a política institucional. Os partidos de oposição, capitaneados pelos justicialistas que respaldaram o neoliberalismo de Menem por dez anos, não demonstram vontade de resistir a um governo que mantém a mesma linha de atuação. Resta à opinião pública inconformada ir às ruas. (Alvaro Neiva)

austeridade fiscal. Os gastos do Estado, tão insistentemente condenados, não passam, todavia, de encargos em juros e amortizações da dívida externa, remessas de lucros e dividendos, que, no ano passado, consumiram 10 bilhões de dólares, correspondentes a 18% da receita do Estado. Se não existissem essas obrigações, o governo teria conseguido um superávit de 5,5 bilhões de dólares, tornando absolutamente desnecessários os cortes de vencimento de trabalhadores e aposentados.

O ministro da Economia, Domingo Cavallo, parece ter perdido o senso das medidas ao reduzir os problemas do país a um simples déficit fiscal de 1,5 bilhão de dólares e montar mais um pacote recessivo, em nome de uma paradoxal retomada do crescimento. O país entrará no quarto ano de uma recessão que se aprofunda. Os salários dos trabalhadores da iniciativa privada caíram 7% em ajustes anteriores e, ao lado da fúria tributária do governo, tiveram como efeito imediato maior a redução da demanda de bens e serviços.

Ao contrário do que afirma Domingo Cavallo, a redução da renda disponível para consumo com os novos cortes vai acarretar o agravamento da recessão – mais desemprego, menos renda, com efeitos na própria arrecadação tributária, principalmente do Imposto sobre Valor Agregado e do Imposto sobre Lucro, que dependem do nível de atividade econômica.

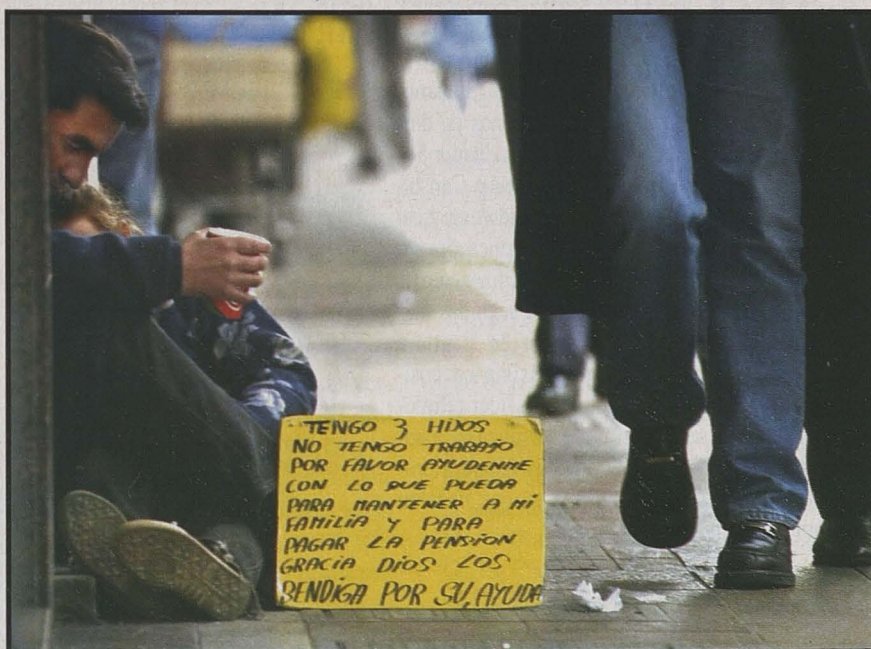
A situação em que hoje se debate a Argentina só interessa ao setor financeiro, o grande beneficiário da esperada dolarização. O Estado tem que se endividar para assegurar generosas remessas de lucros, juros e dividendos pelas multinacionais que compraram o patrimônio nacional.

Os analistas mais independentes concluem que o grave problema da Argentina, hoje, é a comprovada ineficiência de seu sistema econômico. O modelo tem a sobrevivência comprometida pelo esgotamento da capacidade dos trabalhadores de continuarem pagando a conta dos desatinos neoliberais. Por mais que se reduzam os salários e os custos em geral da mão-de-obra, os custos de produção não caem.

Assim, o país perdeu a capacidade de competir nos mercados internacionais, porque a sobrevalorização do peso, por conta da Lei de Conversibilidade, torna caros os produtos de fabricação argentina. Como o Estado teve os seus ativos mais importantes transferidos para o capital estrangeiro, os dólares, que antes fluíam em profusão, hoje ganham direção inversa, a título de remessas de lucros e dividendos, algo como oito a nove bilhões de dólares por ano. Ganhos patrimoniais, simplesmente. Os recursos que entraram na Argentina – assim como no Brasil e em todos

honrar-lhe o serviço, razão pela qual é visto como de alto risco.

Sem patrimônio, o Estado perdeu poder econômico e expressão política. Diante desse panorama, Domingo Cavallo, em artigo publicado sob o título “A Argentina precisa amadurecer” chega a indagar: “Será tão óbvio que a Argentina tem um problema cambial?” Antes, ele havia afirmado que, durante os anos da conversibilidade, as exportações mais que dobraram, e o investimento estrangeiro direto permaneceu forte. Anos que se foram e não voltam mais.



Os trabalhadores argentinos não têm mais condições de pagar a conta dos desatinos neoliberais. Caem os salários e os custos da mão-de-obra, mas não os custos de produção

quantos se entregaram às privatizações – não aumentaram a riqueza nacional. Ao contrário, reduziram-na, através da compra a preços módicos.

A Argentina, no momento, é um país sem crédito no exterior, conforme proclamou recentemente Domingo Cavallo. Sobre-lhe uma moeda “estável”, insuficiente, no entanto, como instrumento de credibilidade externa. A dívida junto ao mercado internacional é de 140 bilhões de dólares, mas o país perdeu a capacidade de

Se, como tenta dizer Cavallo, não é tão óbvio que a Argentina tenha um problema cambial, seria o caso de perguntar a ele o que significam as “blindagens”, as operações de swaps e todo esse esforço, no sentido de atrair o capital estrangeiro? Por que, recentemente, o país teve de “queimar” alguns bilhões de dólares de suas reservas cambiais? Parece que, como a Argentina, Cavallo perdeu o controle dos seus próprios movimentos. Ambos parecem caminhar sem rumos definidos. (Alvaro Queiroz) ■

Megawati assume Presidência

Alvaro Neiva

M ESES DE INCERTEZA E LUTAS POLÍTICAS NA INDONÉSIA terminaram no dia 23 de julho, quando o Parlamento decidiu substituir o presidente Abdurrahman Wahid pela vice-presidente Megawati Sukarnoputri, na segunda mudança em menos de dois anos. O afastamento do sucessor do ditador Suharto foi determinado pela Assembléia Consultiva do Povo, de 700 membros, diante da qual Wahid havia se negado a prestar explicações sobre várias denúncias de escândalos financeiros.

A população vinha fazendo seguidas manifestações de protesto nas ruas de Jacarta e das principais cidades do país. Exigia a deposição de Wahid, que é também um líder religioso, de quem se esperava que moralizasse a administração, após os 32 anos da ditadura pró-Washington do general Suharto, que instalou um regime altamente corrupto.

Acerto com a história

Megawati Sukarnoputri, presidente do Partido Indonésia pela Democracia-Luta (PDI-P), ganhou as eleições gerais de 1999. Entretanto, o pleito foi questionado devido à suspeita de fraudes. As forças políticas fizeram um acordo, nomeando Wahid, um líder islâmico, para a Presidência, e deixando Megawati como sua vice. Filha de Sukarno – o líder da descolonização do país e primeiro presidente da Indonésia, foi deposto pelo ditador Suharto, em 1965 –, Megawati sempre participou do movimento de oposição à ditadura.

O violento e corrupto regime indonésio de Suharto surgiu em 1965 com o apoio dos Estados Unidos, que, através da CIA, coordenou as ações para a deposição do governo de Sukarno,

A destituição de Wahid e a posse de Megawati marcam não apenas o fim de um período turbulento na política indonésia como também uma vingança da história. A nova chefe de Estado é filha de Sukarno, o presidente deposto em 1965 por um sangrento golpe militar inspirado pelos Estados Unidos



Megawati: reconstrução

Ao tomar posse, a nova presidente pediu união nacional para reconstruir um país desestabilizado por problemas econômicos, sociais e políticos. Conclamou todos os grupos políticos a respeitar o processo democrático e aceitar seus resultados. A posse de Megawati é uma marca das voltas da história. Apesar de questionada por alguns analistas e por grupos islâmicos, Megawati é a política mais popular do país. A população a chama de "Mãe Mega" e acredita que só ela poderá restaurar o orgulho da Indonésia, como fez seu pai.

Ahmed Sukarno foi um dos principais líderes do movimento pela independência, declarada à revelia da metrópole, a Holanda, em 17 de agosto de 1945. Junto com a independência da Índia e do Paquistão, a revolução cubana, a nacionalização do canal de Suez e a vitória dos argelinos sobre a França, o surgimento da Indonésia como nação independente marcou a entrada do Terceiro Mundo no cenário político mundial. Foi na cidade indonésia de Bandung que os principais líderes terceiro-mundistas reuniram-se pela primeira vez, em 1965, para definir a linha de atuação internacional que garantisse o desenvolvimento de suas nações, fora das hegemonias dos blocos ideológicos que se confrontavam na Guerra Fria. Essa linha de ação passou a ser conhecida como "não alinhamento" e o grupo de nações que a impulsionava como Movimento dos Países Não Alinhados.

Apoiado pelo Partido Comunista, que contava com três milhões de filiados, Sukarno empreendeu planos de desenvolvimento de cunho nacionalista, orientados para a elevação do nível de vida da população, que tinha uma das rendas per capita mais baixas do mundo. Em 1965, estatizou a extração de petróleo, uma das maiores fontes de riqueza do país. Poucos meses depois, com o apoio dos Estados Unidos, o general Suharto liderou um golpe que deixou mais de um milhão de mortos. Os militares só abandonaram o poder nas turbulentas e contestadas eleições gerais de 1999. ■

Manifestantes pró-Wahid tentam invadir o Parlamento para linchar os opositores que pediam o impedimento do presidente, numa das inúmeras manifestações de rua. Wahid (foto ao lado) tentou um golpe quando o 'impeachment' já era inevitável

A subida de Wahid, mesmo sob contestação devido à fraude eleitoral, foi encarada pela população indonésia como a abertura de novos tempos. Mas logo surgiram as denúncias de que os vícios administrativos da era Suharto continuavam.

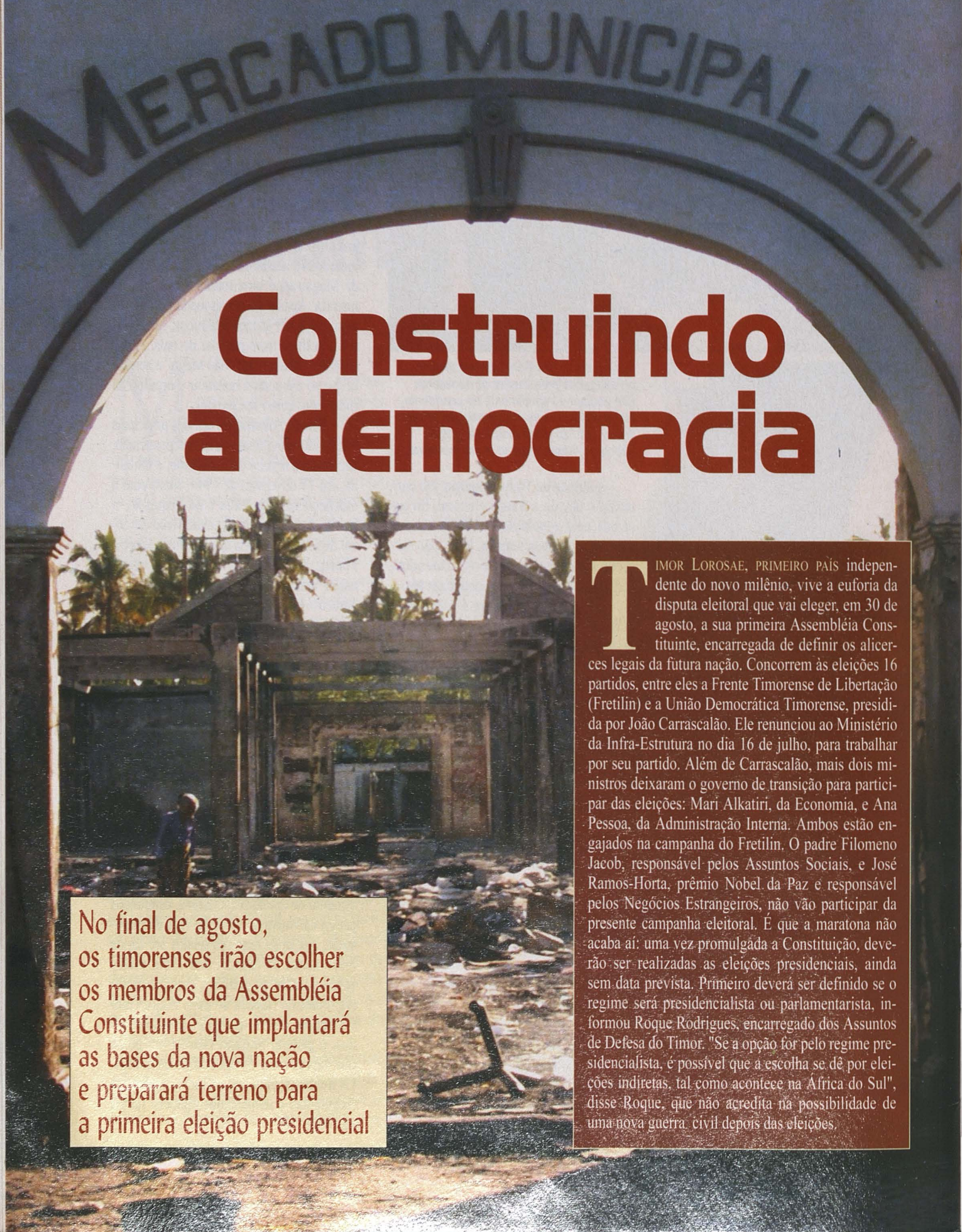
O enfrentamento entre a Assembléia e Wahid foi desencadeado por acusações de participação do presidente em dois escândalos financeiros, apelidados de "Bullogate" e "Bruneigate". Neste último, Wahid era acusado de desviar uma enorme quantia de dinheiro doada pelo sultão do Brunei. Desde então, ele começou a ficar cada vez mais isolado politicamente. A relação entre Wahid e a vice Megawati se deteriorou completamente e vários de seus ministros pediram para sair ou foram demitidos. A crise econômica que afeta o país há mais de três anos complicava ainda mais a situação do presidente.

Em meio a seguidas manifestações de rua, a crise política estourou. Às vésperas de um pronunciamento do Legislativo sobre a abertura de processo para sua deposição, Wahid tentou um golpe: declarou estado de emergência e fechou o Parlamento. O decreto ditatorial foi ignorado, porém, pelas forças políticas e também pela polícia e pelo exército. A crise culminou com a decisão da Suprema Corte de considerar nula a decisão do presidente, que foi, afinal, destituído pelos parlamentares.



de orientação progressista. Na repressão que se seguiu ao golpe, calcula-se que a chacina política eliminou até um milhão de indonésios identificados com partidos de esquerda. Documentos da CIA recentemente descobertos indicam que foram assassinados muito mais do que os 100 mil admitidos até agora, chegando ao milhão de mortos.

Com a justificativa do combate ao comunismo, que fez o governo norte-americano semear ditaduras militares sangrentas pelo mundo, Washington respaldou todas as atrocidades do regime indonésio. Em 1975, Jacarta estendeu sua política de terror para o Timor Leste, a ex-colônia de Portugal. Somente com o fim da era Suharto o Timor Leste recuperou sua liberdade, mesmo assim após semanas de massacres e destruição por parte do exército e de milicianos indonésios, quando a população timorense, em plebiscito supervisionado pela Organização das Nações Unidas, rejeitou a anexação e escolheu a independência.



MERCADO MUNICIPAL DILI

Construindo a democracia

No final de agosto, os timorenses irão escolher os membros da Assembleia Constituinte que implantará as bases da nova nação e preparará terreno para a primeira eleição presidencial

TIMOR LOROSAE, PRIMEIRO PAÍS independente do novo milênio, vive a euforia da disputa eleitoral que vai eleger, em 30 de agosto, a sua primeira Assembleia Constituinte, encarregada de definir os alicerces legais da futura nação. Concorrem às eleições 16 partidos, entre eles a Frente Timorense de Libertação (Fretilin) e a União Democrática Timorense, presidida por João Carrascalão. Ele renunciou ao Ministério da Infra-Estrutura no dia 16 de julho, para trabalhar por seu partido. Além de Carrascalão, mais dois ministros deixaram o governo de transição para participar das eleições: Mari Alkatiri, da Economia, e Ana Pessoa, da Administração Interna. Ambos estão engajados na campanha do Fretilin. O padre Filomeno Jacob, responsável pelos Assuntos Sociais, e José Ramos-Horta, prêmio Nobel da Paz e responsável pelos Negócios Estrangeiros, não vão participar da presente campanha eleitoral. É que a maratona não acaba aí: uma vez promulgada a Constituição, deverão ser realizadas as eleições presidenciais, ainda sem data prevista. Primeiro deverá ser definido se o regime será presidencialista ou parlamentarista, informou Roque Rodrigues, encarregado dos Assuntos de Defesa do Timor. "Se a opção for pelo regime presidencialista, é possível que a escolha se dê por eleições indiretas, tal como acontece na África do Sul", disse Roque, que não acredita na possibilidade de uma nova guerra civil depois das eleições.

Fotos: AFP

O fantasma da guerra civil foi afastado, na sua opinião, porque o Conselho Nacional da Resistência Timorense formalizou um pacto com os partidos políticos "em nome da reconstrução do país". Depois de 24 anos de guerra civil, o Timor Leste está destruído e só com paz poderá receber investimentos internacionais para a reconstrução. "Não há nenhum sinal de guerra civil", afirmou o dirigente.

Roque Rodrigues esteve no Brasil para participar da recente reunião dos ministros da Defesa dos países de língua portuguesa, na qualidade de observador. Durante o encontro, apresentou a seus colegas o projeto para a formação do Exército regular do seu país. Até o fim do ano, Timor Lorosae terá seu 1º Batalhão, a ser integrado por 1.500 homens. A base do Exército timorense será constituída pelos ex-guerrilheiros do Fretilin. Além deste batalhão, a defesa do país terá uma guarda costeira "para proteger nossas fronteiras marítimas".

Tribunal Internacional

Na opinião de Roque Rodrigues, não há qualquer possibilidade de influência dos grupos pró-Indonésia nas eleições. "Os 21,5% da população que, no plebiscito que marcou o começo da transição para a independência, defenderam a opção pró-Indonésia, a fizeram sob ameaça. A Indonésia nunca teve base popular no Timor", disse ele, informando ainda que a política adotada em relação aos defensores do alinhamento à Indonésia "é a da inclusão. Somos favoráveis à reconciliação, mas com o julgamento daqueles que mataram o povo, como fez Nelson Mandela, na África do Sul. Mas não somos favoráveis a julgamentos sumários. Queremos apenas que a Indonésia nos peça desculpas", afirmou.

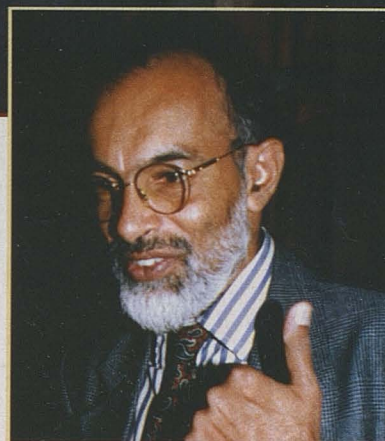
O primeiro julgamento já começou. Em julho foi instalado o Tribunal Internacional de Crimes contra a Humanidade para julgar o massacre da população civil em Los Palos, a 80 quilômetros de Díli, capital do país. Sob a presidência do juiz brasileiro Marcelo Dolzany, o júri ouviu mais de 30 testemunhas.



Xanana Gusmão (esq.) e José Ramos Horta, Prêmio Nobel da Paz de 1996 (dir.), foram recebidos em Washington pelo secretário de Estado Collin Powell, em abril deste ano. Os EUA, que apoiaram as tropas indonésias, agora buscam aproximar-se da Fretilin

Além da tarefa de reconciliação e do julgamento dos massacres, o governo de Transição quer o retorno dos refugiados. "Vamos fazer um convite para que todos os timorenses voltem ao país", disse Roque Rodrigues. Até mesmo aqueles que participaram das milícias pró-Indonésia estão sendo convidados a voltar.

Satisfeito com o trabalho desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU), que pela primeira vez participa de um processo de construção de um país, Roque Rodrigues acredita que o Conselho de Transição será ampliado até o final do ano. "Mas a ONU deve permanecer no Timor Leste, mesmo depois das eleições presidenciais, para garantir a paz." No momento, apenas três ministérios do governo de transição da ONU estão sob responsabilidade internacional: Finanças, Emergência e Serviços de Polícia e Justiça. Os demais (Economia, Infra-Estrutura, Admi-



Roque Rodrigues: 'A ONU deve permanecer no Timor Leste para assegurar a paz'

nistração Interna, Assuntos Sociais e Negócios Estrangeiros) já estão nas mãos de timorenses.

Passado o período eleitoral, o Timor Leste pretende começar a fechar acordos de investimentos internacionais, inclusive com o Brasil, que poderá vir a colaborar nos trabalhos de prospecção de petróleo, uma das principais riquezas do novo país.

"Em tempo oportuno uma delegação virá ao Brasil para aprender com a Petrobrás, que desenvolveu muita tecnologia de extração de óleo cru em águas profundas, como é o caso do Timor", concluiu Roque Rodrigues. (Memélia Moreira) ■

As estatísticas e as essências

Geraldo Mendes dos Santos

NO UNIVERSO FENOMENAL de dados estatísticos em que a sociedade moderna se vê atolada, talvez seja insignificante ou mesmo desprezível saber, por exemplo, que os países ricos e desenvolvidos possuem 20% da população e consomem 80% da energia disponível no mundo ou que eles lançam na atmosfera, a cada ano, cerca de 5,5 bilhões de toneladas de gases. De mesmo modo que existem no Brasil cerca de oito milhões de pessoas acometidas de doença de Chagas, trezentos mil casos de malária, metade das crianças com anemia ou uma vítima da violência a cada instante.

Afinal, qual o real significado e alcance dessas estatísticas e que tipo de sensação íntima, motivação psíquica, esses números dão conta? Convenhamos: pouco, talvez coisa nenhuma. As estatísticas,

embora úteis na pesquisa social, na gestão administrativa e nas colunas de jornais, são frias e passivas, desprovidas de essência, sem nenhum sentimento ou energia verdadeiramente humana. Infelizmente, as circunstâncias exageradamente competitivas e adversas do mundo moderno parecem ter transformado os dilemas, as tragédias e os dramas em algo absolutamente comum.

A humanidade parece estar se acostumando à impessoalidade e ao anonimato. Tudo é transformado em número. O nome das pessoas pouco importa, já que elas estão sendo transformadas em letras e algarismos, não importando aqui se tratar de arábicos, barras ou genômicos.

Parece haver uma tendência mórbida, degenerativa e inconseqüente, visando sempre à negação do sujeito e à identidade do indivíduo. O objeto é o que importa e parece importar, ainda mais quando se trata de dinheiro, poder e fama. As realidades

personais e subjetivas são brutal e imbecilmente transformadas em gráficos, cifras e citações. Até a desgraça humana e a degradação ambiental parecem estar perdendo a cara e o nome e sendo transformadas em códigos e números. Tudo é quantificado e transformado em cifras, como se isso fosse retrato da verdade, protocolo da mudança desejável, solução do problema ou simples atestado da suprema sapiência humana.

Como alimentar a esperança num futuro diferente, se a manipulação dos genes, artefato da tecnologia de ponta e apanágio da excelência científica, já está sendo utilizada como fator de coação, peça de caça-níqueis ou mesmo instrumento de discriminação?

É verdade que o mundo é grande e está coalhado de gente e que o processo tecnológico é irreversível, mas isso não é justificativa para essas mórbidas tendências. É preciso resgatar os reais valores humanos, situados fora da raia dos números. A tentativa de quantificar os valores do progresso, do sucesso e até do sofrimento é perfeitamente compreensível, mas, com empenho igual ou ainda maior, é preciso estar atento às essências. É preciso uma revalorização dos sentimentos, uma das mais belas e pujantes prerrogativas do ser humano. É preciso uma sintonia mais afinada com as verdades transcendentais, preconizadas pelas profecias dos santos ao longo dos tempos, quais sejam, a fraternidade, o amor e a justiça.

A conquista do progresso, do desenvolvimento ou da sustentabilidade (ou qualquer nome que se queira dar à aventura humana na Terra) deve passar obrigatoriamente por essa ética. A quantificação das coisas, fatos e pessoas é necessária à gestão, administração e pesquisa, mas seguramente ela contribui com ninharias para a melhoria das condições ambientais ou a redenção humana. Importante mesmo é cuidar da essência dos seres, da qualidade das coisas, da origem dos fatos, enfim, da natureza intrínseca do mundo. ■

É verdade que o mundo é grande e está coalhado de gente e que o processo tecnológico é irreversível, mas é preciso resgatar os reais valores humanos.

É preciso uma revalorização dos sentimentos, uma das mais belas e pujantes prerrogativas do ser humano

Dr. Geraldo Mendes dos Santos é pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)

MAGIA CULTURAL,
PRAIAS, SOL DIRETO,
BRISA CONSTANTE,
PATRIMÔNIO HISTÓRICO
QUE FAZ
VIAJAR NO TEMPO.



São Luís tem uma economia emergente, quase virgem se comparada às maiores cidades do país. E por isso mesmo oferece oportunidades singulares para pessoas ousadas e com visão empresarial, especialmente no campo do turismo – com a aceleração das obras de infra-estrutura, novos hotéis e tudo mais que está acontecendo a olhos vistos. Só que São Luís tem muitas outras coisas para olhar e se apaixonar. Mesmo o mais determinado empresário vai sentir que veio para esta vida a passeio. Nem sempre a negócios.

E TEM GENTE QUE
VEM SÓ A NEGÓCIOS.



JÁ VIU UM JOGO ONDE TODO MUNDO GANHA?

Quando você tenta a sorte em um jogo da Loterj, pode estar mudando a sorte de muita gente. Agora ainda mais: o Governo do Estado estadualizou os bingos e passou a regulamentar, autorizar e controlar esta atividade através da Loterj. Isto significa aumentar em quase o dobro os recursos provenientes do bingo. Recursos para o desenvolvimento social do Estado do Rio. Aqui é assim: você sabe para onde vai o dinheiro do bingo. Agora mesmo, 900 casas populares estão sendo entregues no Trevo das Missões, um prêmio para quem sonhava com a casa própria. Este prêmio pode sair em muitas outras formas, como ambulâncias, reforma de escolas, o que for preciso para tornar melhor e mais digno o dia-a-dia de quem vive em nosso Estado. Loterj. Sorte de quem mora aqui.

GOVERNO DO ESTADO
RJ
RIO DE JANEIRO

Loterj

